



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Mingnon Pereira Lins

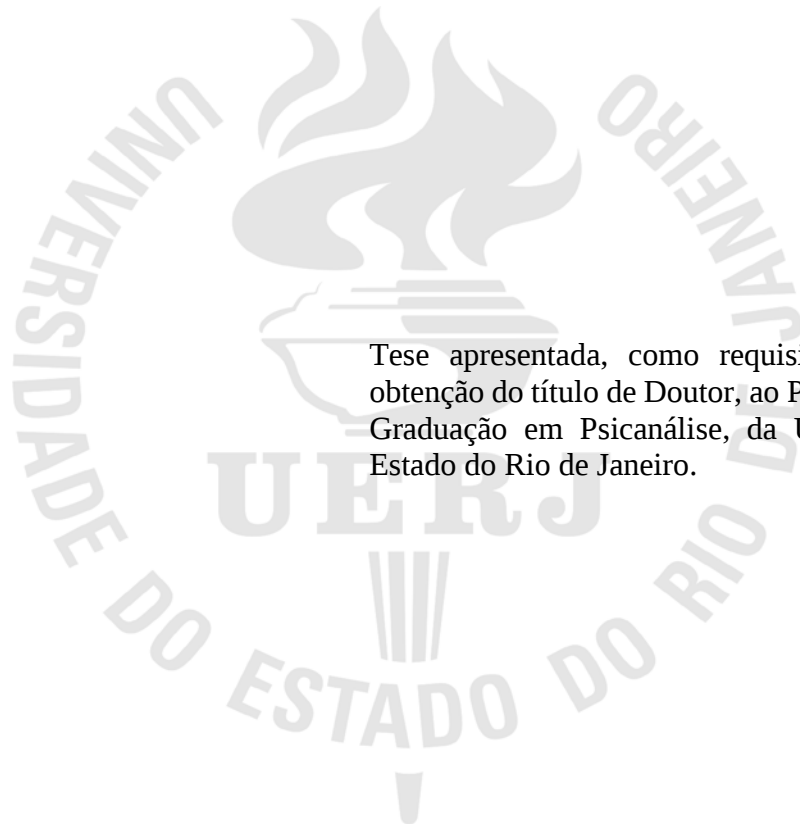
**Uma proposta de psicanálise: do território psicossocial ao território do
sujeito**

Rio de Janeiro

2022

Mingnon Pereira Lins

Uma proposta de psicanálise: do território psicossocial ao território do sujeito



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Costa de Figueiredo

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L759	Lins, Mingnon Pereira Uma proposta de psicanálise: do território psicossocial ao território do sujeito / Mingnon Pereira Lins – 2022. 133 f. Orientadora: Ana Cristina Costa de Figueiredo. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 1. Psicanálise – Teses. 2. Território – Teses. 3. Marxismo – Teses. I. Figueiredo, Ana Cristina Costa de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título. br CDU 159.964.2
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mingnon Pereira Lins

Uma proposta de psicanálise: do território psicossocial ao território do sujeito

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ana Cristina Costa de Figueiredo (Orientadora)
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Miriam Debieux Rosa
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a. Andréa Máris Campos Guerra
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a. Ana Paola Frare
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita a muitas mãos. Seu resultado tem origem no desejo decidido de trabalhar a partir das relações indissociáveis entre marxismo e psicanálise e a possibilidade de aplicação dessa articulação em um campo como o Território. Para tanto, foi necessário que alguns apostassem na consistência teórica e no valor de transmissão que este material poderia ter.

Tudo iniciou com um encontro com Ana Cristina Figueiredo e o seu desejo de saber mais sobre o que era o Território e o que poderia sair desse encontro com a psicanálise. Essa parceria se estendeu para outros espaços das nossas vidas. A essa parceira, tão generosa todo o meu carinho e admiração.

Aos meus familiares, que sempre apostaram no meu desejo de voar, todo o meu amor. Mainha, painho, minha irmã Simone, tia Degivan, tio Edmilson, voinho e voinha, obrigada por tudo.

Um agradecimento especial aos meus irmãos do coração, que compreenderam os meus momentos de ausência e de angústia, aqui, declaro o meu amor; Isabela Cardoza, Samira Rodrigues, Janaína Bianchi, Wagner Erlange, Virgínia Malta, Taiana Nunes, Ara Nogueira, Caíque Ferreira e Daniella Achilles.

Aos meus companheiros de luta e jornada, William Fernandes e Waldir Périco, que me ajudaram com tantas interlocuções preciosas para sustentar o marxismo como uma perspectiva teórica crítica, fundamental a todos os campos de saber, toda a minha admiração, carinho e respeito.

Aos leitores desta tese, boa jornada.

RESUMO

LINS, Mingnon. Pereira. *Uma proposta de psicanálise: do território psicossocial ao território do sujeito*. 2022. 133f. Tese (Doutorado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese tem como objetivo a articulação do conceito de Território com a teoria psicanalítica, para o desenvolvimento de um dispositivo de cuidado territorial que não prescindisse da clínica com o sujeito. A necessidade dessa articulação teórica nasceu a partir de uma demanda de trabalho no território com pacientes psiquiátricos. Em meio as direções de trabalho, que foram estabelecidas, uma delas requeria uma retirada de objetos que faziam parte da construção delirante desses pacientes e que possuíam um valor de estabilização para eles, com a justificativa de uma adaptação dos sujeitos em questão a realidade do território. Partimos da necessidade de retomar as bases do Território como conceito para alcançar os seus usos e seus limites de atuação. Nesse percurso, no primeiro capítulo desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de Território que possui uma forte influência da leitura crítica marxista que influenciava os debates, na década de setenta, na Europa. Privilegiamos, em nossas discussões, as teorizações do geógrafo Milton Santos e seus leitores, os quais interpretam o território como produto de uma materialidade cumulativa, que possui um uso social e historicamente definido por seus cidadãos. Essa base conceitual, nos leva a desenvolver o porquê de um modelo de reforma psiquiátrica sob a égide do território, o que nos conduz à conclusão de que o uso desse conceito demanda um trabalho crítico do espaço da cidade sobre as formas históricas que reproduzem a exclusão tanto no território, como nas instituições e que tem origem no modo de produção capitalista. A segunda parte dessa tese, se desdobrou no diálogo da Geografia crítica com o Marxismo. A leitura sobre os conceitos históricos da alienação, ideologia e o aparelho de Estado, oriundas do marxismo, influenciam diretamente a materialidade do espaço e seu uso social. O marxismo, porém, não possui um debate sobre o uso e as dinâmicas atinentes ao espaço, mas é por intermédio das apropriações dos conceitos e elaborações advindas da teoria crítica marxista que os geógrafos apoiam suas alusões sobre os efeitos de dominação também no do espaço urbano. A terceira parte da tese retoma o debate entre psicanálise e marxismo com o intuito de resgatar as conceituações de Freud a Lacan sobre a teoria de Marx. Recuperamos, inclusive, as inferências de Freud ao Marxismo, em sua obra, na tentativa de aclarar as difíceis interpretações de Freud que reverberam em equívocos e resistência por parte dos psicanalistas ao marxismo. Em seguida, recuperamos o diálogo com o marxismo, a partir da leitura de Lacan, que retira consequências teóricas desse debate, para a clínica psicanalítica. Em nosso último capítulo, dedicamo-nos à conceituação de alienação na psicanálise: (i) como operação de constituição do sujeito; (ii) como componente do objeto *a*, como resultado dessa operação de divisão do sujeito; (iii) e sob o qual gira a produção do mais-de-gozar, função responsável por inserir o sujeito em uma relação com o gozo, por meio do sintoma. Esses conceitos operadores na clínica psicanalítica foram fundamentais para pensar o sujeito na psicanálise em uma relação de extimidade com o território. Esta pesquisa reverberou na invenção de um dispositivo clínico e político que funciona até hoje.

Palavras-chave: psicanálise; território; marxismo; sintoma; objeto *a*; extimidade.

ABSTRACT

LINS, Mingnon Pereira. *A proposal of psychoanalysis: from the psychosocial territory to the subject's territory*. 2022. 133 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis aims to articulate the concept of Territory with the psychoanalytic theory, for the development of a territorial care device that does not dispense the clinic with the subject. The need for this theoretical articulation emerged from a demand of work in the territory with psychiatric patients. Among the work directions that were established, one of them required the removal of objects that were part of the delusional construction of these patients and that had a stabilization value for them, due to an adaptation of the subjects in question to the reality of the territory. We start from the need to retake the bases of the Territory as a concept to reach its uses and its limits of action. In this way, in the first chapter we developed a bibliographical research on the concept of Territory that has an important influence of the Marxist critical reading that influenced the debates, in the seventies, in Europe. In our discussions, we privilege the theories of the geographer Milton Santos and his readers, who interpret the territory as a product of a cumulative materiality, which has a social and historical use defined by its citizens. This conceptual basis leads us to the reason of the development of a psychiatric reform model under the aegis of the territory, which leads us to the conclusion that the use of this concept demands a critical work in the space of the city on the historical forms that reproduce the exclusion both in the territory and in the institutions and which has its origin in the capitalist mode of production. The second part of this thesis focused on the dialogue between Marxism and Critical Geography. The reading of the historical forms of alienation, ideology and State apparatuses, originating from Marxism, directly influence the materiality of space and its social use. However, Marxism does not present a debate on the use and dynamics related to space, but it is through the appropriation of concepts and elaborations arising from Marxist critical theory in the science of class struggle that geographers support their allusions about the effects of domination also in the urban space. In the third part of the thesis, we resume the debate between psychoanalysis and Marxism in order to rescue these relationships in the radical nature of their concepts, from Freud to Lacan. We even take up Freud's inferences about Marxism in his work, in an attempt to clarify the difficult interpretations of Freud that reverberate in misunderstandings and resistance on the part of psychoanalysts to Marxism. Then, we resume the dialogue with Marxism, based on Lacan, who extracts theoretical consequences from this debate, for the psychoanalytic clinic. In the last chapter, we dedicated ourselves to the concept of alienation: (i) as an operation for the constitution of the subject; (ii) as a component of object *a*, as a result of this subject division operation; (iii) and under which the production of surplus jouissance revolves, a function responsible for inserting the subject into a relationship with jouissance, through the symptom. These operating concepts in the psychoanalytic clinic were fundamental to think about the subject in psychoanalysis in a relationship of extimacy with the territory. This research reverberated in the invention of a clinical and political device that still works today.

Keywords: psychoanalysis ; territory ; marxism ; symptom ; object *a*; extimacy.

RÉSUMÉ

LINS, Mingnon Pereira. *Une proposition de psychanalyse : du territoire psychosocial au territoire du sujet*. 2022. 133 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Cette thèse vise à articuler le concept de Territoire avec la théorie psychanalytique, pour l'élaboration d'un dispositif de soin territorial qui ne dispense pas de la clinique avec le sujet. La nécessité de cette articulation théorique est née d'une demande de travail sur le territoire auprès de patients psychiatriques. Parmi les consignes de travail qui ont été établies, l'une d'entre elles exigeait le retrait d'objets qui faisaient partie de la construction délirante de ces patients et qui avaient pour eux une valeur de stabilisation, avec la justification d'une adaptation des sujets en question à la réalité du territoire. Nous partons de la nécessité de reprendre les bases du Territoire en tant que concept pour atteindre ses usages et ses limites d'action. Ainsi, dans le premier chapitre, nous avons développé une recherche bibliographique sur le concept de Territoire qui a une influence importante de la lecture critique marxiste qui a influencé les débats, dans les années soixante-dix, en Europe. Dans nos discussions, nous privilégions les théories du géographe Milton Santos et de ses lecteurs, qui interprètent le territoire comme le produit d'une matérialité cumulative, qui a un usage social et historique défini par ses citoyens. Cette base conceptuelle nous amène à la raison du développement d'un modèle de réforme psychiatrique sous l'égide du territoire, ce qui nous amène à la conclusion que l'utilisation de ce concept exige un travail critique dans l'espace de la ville sur les formes historiques qui reproduisent l'exclusion tant dans le territoire que dans les institutions et qui trouve son origine dans le mode de production capitaliste. La deuxième partie de cette thèse s'est concentrée sur le dialogue entre le marxisme et la Géographie critique. La lecture des formes historiques d'aliénation, d'idéologie et d'appareils d'État, issues du marxisme, influence directement la matérialité de l'espace et son usage social. Cependant, le marxisme ne présente pas un débat sur l'usage et la dynamique liés à l'espace, mais c'est par l'appropriation de concepts et d'élaborations issus de la théorie critique marxiste dans la science de la lutte des classes que les géographes étayaient leurs allusions sur les effets de la domination également dans l'espace urbain. Dans la troisième partie de la thèse, nous reprenons le débat entre psychanalyse et marxisme afin de sauver ces relations dans la radicalité de leurs concepts, de Freud à Lacan. Nous reprenons même les inférences de Freud sur le marxisme dans son travail, dans une tentative de clarifier les interprétations difficiles de Freud qui se répercutent dans les malentendus et la résistance des psychanalystes au marxisme. Puis, nous reprenons le dialogue avec le marxisme, à partir de Lacan, qui tire des conséquences théoriques de ce débat, pour la clinique psychanalytique. Dans notre dernier chapitre, nous nous sommes consacrés au concept d'aliénation: (i) comme opération de constitution du sujet ; (ii) en tant que composante de l'objet a , à la suite de cette opération de division du sujet; (iii) et sous laquelle s'articule la production du plus-de-jouir, fonction chargée d'insérer le sujet dans un rapport à la jouissance, à travers le symptôme. Ces concepts opératoires dans la clinique psychanalytique ont été fondamentaux pour penser le sujet en psychanalyse dans un rapport d'extimité au territoire. Cette recherche s'est répercutée sur l'invention d'un dispositif clinique et politique qui fonctionne encore aujourd'hui.

Mots clés: psychanalyse; territoire ; marxisme ; symptôme; objet a ; extimité.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	O QUE FAZ A NOSSA REFORMA PSIQUIÁTRICA SER TERRITORIAL?.....	13
1.1	O que é o território?.....	14
1.1.1	<u>O território na geografia crítica.....</u>	15
1.1.2	<u>O território na saúde pública.....</u>	19
1.1.3	<u>O território no campo da saúde mental.....</u>	20
1.2	A Reforma Psiquiátrica brasileira e sua formação histórico-política.....	25
1.3	A reforma psiquiátrica italiana e a sua formação histórico-política.....	34
1.3.1	<u>Breve resumo biográfico do psiquiatra italiano Franco Basaglia e do conjunto de suas principais influências teóricas.....</u>	36
2	MARXISMO: DO TERRITÓRIO ÀS INSTITUIÇÕES.....	44
2.1	Marxismo e território.....	44
2.2	O aparelho do Estado e sua influência sobre o território: uma leitura a partir de Marx.....	47
2.3	O domínio e o exercício do poder no campo das ideias: ideologia e território	
2.4	Instituições psiquiátricas: repressão e ideologia.....	51
3	MARXISMO E PSICANÁLISE.....	63
3.1	Freud e o marxismo.....	63
3.2	Lacan e o marxismo.....	74
4	UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE AO CONCEITO DE TERRITÓRIO DE MILTON SANTOS.....	82
4.1	Alienação e separação: as operações de constituição do sujeito.....	82
4.2	O conceito de objeto a: uma extração do ‘território’ do outro.....	90
4.3	O sujeito e o território: uma articulação pela extimidade.....	98
4.4	Relatos clínicos de experiências em articulação ao trabalho com o território.	101
4.4.1	<u>O homem da farda.....</u>	101
4.4.2	<u>O homem da chave no pescoço.....</u>	104
4.4.3	<u>A invenção de um dispositivo clínico e político.....</u>	106
4.4.3.1	Metodologia do grupo.....	107

4.4.3.2	Fundamentação teórica.....	110
4.4.3.3	Recortes clínicos do grupo.....	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	122

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2014, iniciei um trabalho de acompanhante em uma residência terapêutica (RT), do município do Rio de Janeiro, atualmente conhecido como o bairro da Colônia Juliano Moreira. A residência em que trabalhava era uma casa de tipo 2, isto é, de alta complexidade, e seus moradores tinham diagnósticos que variavam entre autismo e esquizofrenia. Certa vez, após alguns problemas com um paciente esquizofrênico, que chamaremos de Caio, que costumava vestir-se de guarda de trânsito e “trabalhar” no território da Taquara como guarda, recebo a demanda do Centro de atenção psicossocial (CAPS) de referência de iniciar um trabalho de território com o paciente. Esse trabalho, para a equipe de referência do CAPS, cumpria duas tarefas: primeiro, retirar a farda do paciente, uma vez que isso o colocava em risco dentro da comunidade que fazia parte e, segundo, iniciar uma conversa com as pessoas do território para explicar a situação constrangedora que o paciente estava passando e para que a comunidade tivesse ciência que se tratava de um paciente psicótico.

A segunda situação em que estive diante de uma demanda de “trabalho de território” foi a partir de outro caso clínico. Desta vez, tratava-se de outro morador que apenas tinha permissão para sair da RT acompanhado de um cuidador ou do acompanhante terapêutico. Romário, como iremos chamá-lo, sempre reagia com muita violência diante da negativa de sair sozinho da residência e, mesmo provando inúmeras vezes que possuía orientação espacial suficiente para ir e vir, os próprios cuidadores da residência e os técnicos de referência do CAPS, apenas repetiam que se tratava de um paciente psiquiátrico grave que não podia sair sozinho pelo território. Novamente, o território surgia como demanda de trabalho. Mas, dessa segunda vez, o território aparece como um elemento a ser excluído da existência de Romário.

O encontro com o “território”, como uma demanda de trabalho com os pacientes no serviço de saúde mental, me despertou o desejo de saber o por que (i) para trabalhar com o território era uma condição a exclusão do sujeito como no caso de Caio e, no outro, por que (ii) o território era o elemento que deveria ser excluído do trabalho com Romário? Trabalhar com o território, nessa lógica que me era demandada, parecia seguir uma orientação de extração de elementos que poderiam ser fundamentais para uma estabilização e manejo clínico com aqueles sujeitos. Ao mesmo tempo em que me questionava sobre o lugar do sujeito no trabalho com o território, outra dimensão foi aberta também, para mim, enquanto pesquisadora: o território; o que é isso?

Demanda de trabalho, desejo de saber, trabalho com o sujeito. Essas dimensões não pertencem à práxis da Psicanálise? Lacan, em sua definição da práxis psicanalítica, afirmou que sua prática: “O põe em condição de tratar o real pelo simbólico. Que nisto ele encontre menos ou mais imaginário tem aqui valor apenas secundário” (LACAN, 1964, p. 14). Tratar o real pelo simbólico, nos remete ao campo de trabalho que está em jogo no saber e na prática psicanalítica.

A partir disso, foi iniciada uma intensa pesquisa bibliográfica sobre o território, encontrando uma série de referências e respostas coerentes às demandas que chegavam a mim, a partir disso, me deparo com um conceito que tem bases na geografia crítica e que possui uma contribuição singular de um geógrafo brasileiro, professor da Universidade de São Paulo, chamado Milton Santos.

Entre as respostas que encontrei sobre o território é que é um conceito que deve ser lido pela crítica social. O território, a partir de Milton Santos, tem como base a leitura crítica sobre o espaço social, sendo uma zona que sofre influência de um modo de produção econômico, que não se remete apenas a um ato de produção de coisas, mas atua na produção de valores, desde capital até as relações sociais entre os cidadãos, e modo como se apropriam do território. A base conceitual de questionamento crítico deste conceito se encontra na teoria marxista, que não apenas se dedica a descrever as condições de operação do modo de produção capitalista, mas também a sua zona de influência na construção de conceitos, de valores e de representações de uma sociedade, em uma dada época.

Milton Santos vai trabalhar com os conceitos de alienação social e ideologia como elementos que afetam a relação dos indivíduos com o território. Esses processos estão atrelados ao modo de produção capitalista, e tem uma relação estreita com as conceituações de Marx, que em sua teoria não havia desenvolvido um debate sobre o espaço, mas esse diálogo da Geografia com a teoria marxista era necessário, pois a leitura da geografia crítica sobre as contradições do capitalismo, para além do chão das fábricas, era urgente para pensar a apropriação e a dominação também no espaço urbano.

A importância do território como um conceito de caráter político, despertou a dimensão da minha própria ignorância, forçando a me deparar com o território como objeto que precisava de um aprofundamento teórico tão radical quanto o domínio da ciência do sujeito, o que acabou por lançar meu desejo em direção a uma pesquisa de doutorado que teve como resultado esta tese, que foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo retomamos a construção do conceito de território em seu campo de origem na Geografia crítica, privilegiando a construção teórica de Milton Santos que é a

referência que baliza as políticas públicas de saúde no Brasil e alguns dos seus comentadores. Retomamos a origem desse conceito, que possui forte influência da Geografia regional francesa e da leitura crítica marxista que influenciava os debates da década de 70, na Europa, e os posteriores desenvolvimentos teóricos de Milton Santos.

A importância do uso do conceito de território estava relacionada à compreensão de que o debate das condições materiais e suas contradições é fundamental para a percepção de como um espaço se organiza e é utilizado por seus cidadãos. Este capítulo, nos leva a compreensão de que a demanda de uma reforma psiquiátrica ser territorial encontra-se na necessidade de que tanto os trabalhadores, quanto os pacientes possam perceber e atuar no território, questionando os modos excludentes de dominação que têm origem no modo de produção econômico capitalista e se reproduzem igualmente nas instituições manicomiais. Se o trabalho no território não se apoia em uma teoria social crítica, que compreenda os efeitos de contradição que se reproduzem nos espaços públicos, os trabalhadores dos serviços de saúde mental estarão apenas demandando que os pacientes se adaptem a uma realidade social excludente e, com isso, apenas reproduzam mais um discurso de dominação.

Após essa retomada conceitual sobre o território, fizemos uma retrospectiva histórica da Reforma Psiquiátrica brasileira para compreender os determinantes políticos do nosso país que viabilizaram a inclusão do conceito de Território na política pública de saúde mental brasileira e o debate de uma Reforma Psiquiátrica que prescindiu das instituições psiquiátricas. Também foi feita uma retomada histórica da Reforma Psiquiátrica italiana, que tem na figura de Franco Basaglia, psiquiatra italiano que promoveu a reforma psiquiátrica italiana, uma das nossas maiores influências. Mas, muito além de uma inspiração por prescindir de instituições de aprisionamento, havia um questionamento por parte de Basaglia — em relação às forças produtivas do sistema econômico capitalista — que era necessário questionar na cidade, fazendo-nos inferir que a identificação pela reforma psiquiátrica italiana vai além de um espelhamento, ela também coincide com uma interpretação marxista da cultura e suas instituições de segregação. Basaglia analisava as instituições como um reflexo do modo de produção econômico, assim como a sociedade e a cultura em que está inserida. Mais a frente, isso será discutido ao resgatarmos os escritos de Basaglia cotejando suas elaborações junto a alguns de suas influências e seus leitores contemporâneos. Neste percurso utilizamos o referencial teórico de grandes nomes da Reforma Psiquiátrica Brasileira e seus comentadores: Paulo Amarante, Fernando Tenório, Abílio da Costa-Rosa, dentre outros.

No segundo capítulo, nos dedicamos a um debate extenso com a teoria marxiana e seus comentadores: José Paulo Netto, Alysson Mascaro, Jorge Grespan, Raymond Williams, David

Harvey, dentre outros. No intuito de compreender como as forças produtivas de um modo de produção influenciam o espaço. Todo modo de produção econômico, não age sozinho. Suas condições de legitimação estão articuladas a outras forças históricas, responsáveis por reproduzir a sua estrutura e sustentar a sua existência. Para tanto, é preciso que uma dominação se reproduza no campo das ideias, por aparelhos ideológicos que reproduzem os seus valores, juízos e ideias de uma época, e no uso da força repressiva, que é efetuada pela ação do Estado. Aparelhos repressivos e ideológicos são o principal método de dominação utilizado pelo sistema capitalista e esses dois preceitos funcionam no território e nas instituições manicomiais.

No terceiro capítulo nos dedicamos a debater as relações entre Marxismo e Psicanálise. Esta é uma tese que se depara com o território como um conceito de bases marxistas, uma leitura crítica necessária ao seu fundamento e funcionamento e que nada tem a ver com demanda de adaptação ou exclusão do sujeito. Não existe possibilidade de trabalho no território sem um diálogo estreito com o marxismo. Pois é preciso uma leitura crítica sobre as formas históricas da alienação e ideologia, como forças atuantes sobre o espaço e o indivíduo. Mas como fazer consistir um diálogo entre esses dois campos de saber e o sujeito do inconsciente?

Nesta etapa, estabelecemos o diálogo entre marxismo e psicanálise. Para isso, primeiro nos dedicamos a analisar as afirmações de Freud em relação ao marxismo, procurando desconstruir as assertivas feitas em sua obra sobre a Teoria de Marx, que incorreram em muito erros de interpretação e efeitos de resistência por parte dos psicanalistas em relação ao Marxismo. Depois trabalhamos sobre as aproximações entre Marxismo e Psicanálise, oriundas da leitura de Jacques Lacan, psicanalista e leitor dedicado a um retorno rigoroso a obra de Freud, e que faz usos de vocábulos também utilizados na teoria marxista, mas retirando consequências para a teoria e clínica psicanalítica. Lacan consegue estabelecer a relação entre marxismo e psicanálise, como uma relação entre saber e verdade, que tem repercussões para a história do homem e a constituição do sujeito.

No quarto e último capítulo, iremos trabalhar algumas das bases conceituais da clínica psicanalítica, que Lacan extrai de seu encontro com o discurso de Marx, sendo eles: (i) alienação; (ii) sintoma; e (iii) objeto *a*. Esses conceitos são fundamentais para a dimensão do sujeito do inconsciente. Na operação de alienação do sujeito ao campo do Outro, a sua verdade é perdida para ele, mas é uma perda necessária à sua constituição. A verdade perdida, retorna como uma falha no saber, como uma irrupção da verdade, que, na psicanálise, se denomina como o sintoma. Essa operação de alienação também produz como resto um objeto, denominado de *a*, que diz da posição de objeto de gozo que o sujeito um dia foi para o Outro.

Para Marx, a alienação social, é a separação entre o indivíduo e o seu modo de produção, essa operação afeta a relação do indivíduo com o produto, pois ele não se reconhece mais como parte dessa produção, a alienação, no sentido da teoria marxista, produz um recalque da verdade histórica, que tem como sintoma o mal-estar a classe trabalhadora.

No último capítulo, introduzimos uma articulação possível do território à dimensão da clínica psicanalítica, por meio do uso do conceito de extimidade. Este conceito, em Lacan, localiza o gozo em uma posição de exclusão interna para o sujeito que não se reconhece como um corpo que goza, transformando a substância que lhe é mais íntima, como uma experiência estrangeira, a qual não se reconhece. A extimidade fornece ferramentas para pensar o espaço como um território de gozo, como uma extensão contígua ao próprio sujeito e onde o real do gozo, substância do objeto *a*, deve estar incluído, para que um território possa existir também como uma criação e escolha do sujeito. Traremos ainda, neste quarto capítulo, os dois casos clínicos que originaram as questões desta tese e uma experiência de grupo como aplicação e resultado desta tese.

1 O QUE FAZ A NOSSA REFORMA PSIQUIÁTRICA SER TERRITORIAL?

Neste capítulo nos deteremos, sobre a apresentação do conceito de território, circunscrevendo nosso objeto de estudo e incluindo aí a sua importância para a Reforma Psiquiátrica. Para tanto, investigamos a sua origem na Geografia crítica até a sua aplicação na saúde mental, a partir de Milton Santos, geógrafo e pensador brasileiro, que é a principal perspectiva teórica adotada nas políticas públicas de saúde no Brasil.

Apresentamos inclusive os argumentos que tornam o conceito de território crucial para a reforma psiquiátrica brasileira. Mas a pergunta norteadora deste capítulo é o que faz a Reforma Psiquiátrica brasileira ser territorial, com base na portaria portaria 336/02¹,?

Para tentar responder a essa pergunta, é preciso apresentar ao leitor as nuances deste conceito que possui características que abrangem desde o espaço geográfico até a análise de determinantes econômicos, históricos e políticos em sua formação. No intuito de compreender esses fatores decisivos sobre o espaço, nos apoiamos em uma leitura social crítica feita pelo marxismo sobre essas causas de peso significativo sobre o território. A compreensão desses

¹ “§ 2º Os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, s/p).

fatores é fundamental para entender que cada reforma realizada é determinada por inúmeros fatores, políticos e econômicos que particularizam um espaço e influenciam as características de uma Reforma. Consonante a isso, nos detivemos na apresentação do contexto histórico e político que balizou a construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O intuito desta exposição é apresentar ao leitor as condições econômicas e históricas do território nacional para, assim, compreendermos quais foram as influências determinantes em nossa reforma e que fizeram dela uma reforma de base territorial.

No estudo sobre as influências e conjuntura decisiva sobre a nossa reforma psiquiátrica, é preciso remetermos ao teórico, estudioso e psiquiatra Franco Basaglia, que se tornou não apenas uma influência importante no Brasil, mas uma figura decisiva para a crítica e o rompimento com as instituições manicomiais. A Reforma brasileira, assim como a italiana, privilegia serviços de base territorial, mas é preciso compreender que, em cada país, existe uma conjunção de circunstâncias históricas e uma conjuntura política e econômica que propiciou as condições para um debate que incluía a sociedade, os trabalhadores e os usuários. Neste capítulo, iremos debater o que de fato legitima uma reforma a ser nomeada como territorial, tentaremos construir essa resposta, galgando nossas argumentações sobre o espaço e a realidade social, apoiada em uma teoria social crítica.

1.1 O que é o território?

1.1.1 O território na geografia crítica

Quando a Geografia moderna iniciou a sua descrição sobre o espaço, utilizava como referência para as suas conceituações, termos como: “habitat”, paisagem e lugar. Dessa forma, era através destes vocábulos que geógrafos como, Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859) se remetiam, inicialmente, a uma ideia sobre o território. Somente a partir das elaborações do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), que o termo território ganha uma centralidade no discurso geográfico moderno. Com as contribuições de Ratzel, o território passa a ser conceituado como uma propriedade terrestre de um grupo que atribui uso e identidade a uma superfície. “Sobre este território vemos claramente repetir-se o desenvolvimento das formas sociais e políticas que tendem a ocupar espaços cada vez maiores”

(RATZEL, 1882/1990, p. 32). Sobre a importância das contribuições de Ratzel para o conceito de Território, o geógrafo Lucas Fuini (2017), afirma: “O território, na geografia política ratzeliana, é o corpo do Estado, às vezes confundido com o solo e os recursos naturais, e este corpo deve ser alvo de domínio, proteção e expansão.” (FUINI, 2017, p. 226). A partir dessas contribuições, o território adquire então uma centralidade fundamental no pensamento geográfico moderno, pois passava também a ser uma definição que representava as formas de organização política de uma sociedade.

A partir dos anos cinquenta, surgiram novas abordagens que buscavam cotejar o território em uma relação além de uma expansão espacial, mas como um espaço que subsume a um sistema político, submetido a um contexto histórico e social determinados por processos econômicos de produção. A Geografia na Europa dos anos 1960 recebeu grande influência do seu contexto cultural e político, que abordava a teoria social crítica marxista de maneira não ortodoxa, inserindo as teorias sociais à dimensão do espaço, tendo essa leitura trazido a superfície do debate que o espaço era habitado por disputas de poder e contradições de um sistema de classes. Essa mutação na perspectiva teórica da geografia também influenciou os desenvolvimentos teóricos da geografia brasileira, sobre a perspectiva do Território.

Entre os precursores do conceito de Território na geografia brasileira, destaca-se Milton Santos, geógrafo e pensador brasileiro, que delineou de maneira mais sensível o território como a forma de organização e utilização que os sujeitos produzem em suas ações cotidianas, suas trocas simbólicas e suas dinâmicas sociais, em detrimento da delimitação político-administrativa anteriormente proposta. A perspectiva deste geógrafo é a que baliza as políticas públicas de saúde brasileiras e será a concepção que iremos utilizar em nossos estudos. Contudo, existe uma evolução nas obras de Santos sobre as conceituações do território a qual iremos inserir ao longo dessa discussão.

Em um primeiro momento, referente às teorizações de Milton Santos, entre as décadas de 1950 a 1960, esse conceito constitui uma noção em sentido informal e é utilizado como demarcação de unidades político-administrativas. Mas ao considerar o que existia no entorno das cidades, demonstrava a necessidade de deslocar a dimensão espacial do centro do interesse das análises em questão, pois era preciso incluir uma leitura que conseguisse abranger também as nuances sociais que caracterizariam um território.

Entretanto, a partir da década de 70, no livro *Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (SANTOS, 1978), é possível observar que esse conceito adquiriu traços de um universo político devido à forte influência da geografia regional francesa da época, que se apropria de temas como a modernização e o subdesenvolvimento, utilizados

no debate da vanguarda de esquerda, e que encontrava nas ideias sobre a produção do espaço, do filósofo marxista e sociólogo francês, Henri Lefebvre, o seu principal expoente. Essa perspectiva metodológica combinava a prática da geografia tradicional, que era descritiva e empirista com uma motivação política oriunda de uma perspectiva marxista. Para Nascimento (2016), os estudos de Milton Santos avançam na perspectiva da urbanização e a dinâmica de conformação das redes urbanas. “O debate político e a atenção em relação à dimensão territorial começam a se apresentar de forma mais explícita em seus trabalhos” (NASCIMENTO, 2016, p. 172). O diálogo com uma visão econômica e política se sustentava na percepção de que seria a partir de aspectos econômicos que se chegaria a associar, posteriormente, uma ótica sociológica e histórica.

De acordo com o Geógrafo brasileiro e estudioso da obra de Milton Santos, o geógrafo Moraes (2013), a politização progressiva da perspectiva teórica de Milton Santos fica expressa na preocupação com a temática do subdesenvolvimento, como resultado tanto de sua aproximação com o existencialismo de Jean Paul Sartre² e Franz Fanon³ quanto das alusões ao marxismo para discutir o urbanismo, que se tornará a principal perspectiva teórica nos textos de Milton Santos. Em suas palavras, Santos nos lembra sobre a trajetória da sua formação acadêmica:

É evidente que a estes estudos sobre marxismo, eu juntei estudos sobre outras áreas. Na França eu passei dois anos estudando economia e mais dois anos estudando sociologia, ambos sistematicamente. Na África estudei filosofia e física, porque entendia que, para completar a minha formação, era preciso fazer um investimento em outras disciplinas (SANTOS, 1989, p. 52).

Apenas posteriormente ele se afasta dos postulados da geografia regional clássica francesa, fazendo críticas incisivas às formulações teóricas vigentes e publica obras que representam teorizações completas do ponto de vista epistemológico, alcançando o patamar de uma contribuição teórica, como encontramos nas publicações: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2000) e o *Espaço do Cidadão* (2002). Suas formulações sobre o território englobam as condições naturais e dos objetos criados pela sociedade, essa materialidade cumulativa ajuda a objetivar o espaço geográfico. Portanto, para Moraes (2013, p. 14): “A certa altura de sua teorização, o autor distingue com clareza o território como materialidade, e a configuração territorial como uso social e historicamente definido desse âmbito espacial”. Milton Santos (2007) compreende que são os sujeitos os demarcadores

² Filósofo existencialista, escritor e dramaturgo francês.

³ Psiquiatra, intelectual e militante revolucionário martinicano.

da territorialidade dada, sobretudo, pelas relações sociais, culturais, tradicionais. Nas palavras de Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2007, p. 14).

No livro *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2000), Milton Santos, propõe uma interpretação multidisciplinar da situação do mundo, nos tempos atuais e, nesta publicação realça o papel da ideologia na produção da história, demonstrando os limites do discurso ideológico frente a realidade vivida no território. Em sua concepção, a ação territorial do dinheiro global seria responsável pela situação caótica em que se vive atualmente nas nações, pois a lógica do dinheiro impõem-se aquelas da vida socioeconômica e política, forçando adaptações e rendições. “No território, a finança global instala-se como a regra das regras, um conjunto de normas que escorre, imperioso, sobre a totalidade do edifício social, ignorando as estruturas vigentes [...] impondo outras estruturas” (SANTOS, 2000, p. 101). Essa lógica afeta o conteúdo do território como um todo, uma vez que em favor de regulações estranhas ao sentido local, a identidade do território é perdida. Essa perda de identidade é causada pelo uso do território não pelos seus habitantes, mas em benefício de uma lógica produtiva.

Quando publica o livro *O Espaço do cidadão* (SANTOS, 2002), Milton Santos convida o público a refletir sobre a cidadania e o questionamento da submissão a um modelo econômico neoliberal que rege o território pela lógica do mercado, atrofiando a possibilidade de cidadania e do uso do território pelos cidadãos. Este livro introduz o território como categoria de análise social e traz em seu arcabouço teórico duas referências do léxico marxista para discutir o conceito de território: Ideologia e Alienação. Esses termos, dentro da categoria de análise social crítica de Marx são fundamentais para entender as relações de poder de determinações políticas e econômicas sobre o espaço.

Ideologia e alienação emergem na discussão sobre território, na medida em que Santos (2000) constrói sua perspectiva de que o espaço e a sociedade seriam modificados por um discurso de Mercado. Portanto, um espaço construído por uma sociedade de mercado seria cego às finalidades do homem. Pensar o território em uma relação indissociável da alienação social é refletir que, quando os indivíduos estranham sua existência em um espaço é porque estão apartados das próprias condições sócio-históricas que o determinam. Para Santos:

Em vários pontos de sua obra, Marx insiste no fato de que as relações entre os homens se dão como relação entre as coisas. É a função específica dos objetivos artificiais, qualitativamente diferentes das coisas naturais [...] da atividade alienada resultam objetos alienados [...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja a história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 2002, p. 81).

Outra referência ao conceito de território que também encontramos na teoria marxista é o da Ideologia. No livro *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2000), Milton Santos determina o papel da ideologia como principal influenciador sobre o território por reconhecê-lo como principal veiculador de um discurso único. Isso quer dizer que é através da ideologia que se sustentará um discurso que desconsidera as relações materiais e históricas para persistir reproduzindo mais alienação e, por conseguinte, mais segregação e sofrimento para os indivíduos.

É fundamental entender que a ideologia é um processo que se impõe no nosso tempo como um discurso com estrutura de verdade que sustenta o desconhecimento das condições materiais. Esse processo histórico é indissociável da alienação, um dinamismo que separa os indivíduos do espaço, ao fazê-los desconhecer os determinantes históricos que constroem a realidade de um território.

Quando Marx se dedica à construção da ideologia como algo que faz parte das suas teorizações, o faz buscando qual a relação entre o âmbito ideal — ideias, valores, juízos e representações, que correspondem à consciência social de uma época —, e como esse ideal mantém relação com a sociedade na qual se insere.

A produção de ideias e representações da consciência está, em primeira linha, intimamente ligada à atividade material ao comércio dos homens, é a linguagem da vida real. A representação, o pensamento e o comércio espiritual dos homens aparece, ainda aqui, como decorrência direta de sua conduta material (MARX; ENGELS, 1932/2009, p. 306).

Desse modo, Marx parte do princípio de que as ideias dominantes de cada época, os ideais, pertencem sempre à classe dominante, impedindo que as determinações materiais e sócio-históricas sejam percebidas pelas classes dominadas. Essa construção é fundamental para entender o capitalismo e suas formas de influência e poder. Segundo Marx e Engels (1932/2009, p. 304): “A ideologia quase que inteira se reduz seja a uma concepção errada dessa história, seja a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é mais do que um dos lados dessa história”.

A articulação do conceito de território de Milton Santos, pela leitura marxista dos fenômenos de alienação e ideologia, tornou-se necessária pelo fato da ideologia ser um fenômeno histórico social decorrente do modo de produção econômico vigente. Em toda

ideologia, “o homem e suas condições aparecem invertidos, como numa câmara escura, este fenômeno decorre imediatamente do processo histórico, tanto quanto a inversão sobre a retina decorre do processo físico” (MARX; ENGELS, 1932/2009, p. 306). A concepção marxista de ideologia presente no conceito de território é importante para entendermos como esse aspecto torna-se constitutivo na formação do que é a realidade e como exerce poder tanto no território quanto nas instituições.

Entender o papel da ideologia nos permite reconhecer como, muitas vezes, um discurso sobrevém escamoteando a realidade material de uma determinada classe social. Podemos observar esse efeito, por exemplo, através do discurso da meritocracia⁴, que utiliza exemplos de histórias em que sujeitos de todas as classes sociais são colocados em uma condição de igualdade imaginária e que mesmo indivíduos de origem pobre alcançam lugares na pirâmide social próximos do topo; lugar este simbolizados pelas conquistas pessoais de metas de alta remuneração financeira, de compras, investimentos e capitalização muito distantes da capacidade destas em sua classe social de origem e, por meio dessas pretensas evidências empíricas que encontramos no senso comum, passam a considerar essa imagem do sujeito que “conquista com o próprio suor” como a verdade do ideal de realização pessoal.

Este tipo de narrativa é sempre sustentada por uma rede de mecanismos discursivos, que tem como estratégia o uso de evidências encontradas na realidade para se afirmar como verdade. Para tanto, a ideologia se utiliza de uma perversão de conceitos, instituída por uma apropriação de aspectos da linguagem, que faz operar um discurso único e de exercício de poder de uma classe dominante para fazer valer seus interesses sobre a outra.

Para Milton Santos (2000), uma forma de fazer frente a um discurso único seria através da criação de soluções político-territoriais buscando sobreviver a partir dos lugares e das pessoas. Nesse sentido para o futuro e a existência de qualquer espaço, é o homem, entendido

⁴ Michael Sandel, em seu livro *A tirania do Mérito*, mostra que a palavra ‘meritocracia’ foi utilizada pela primeira vez de maneira sistemática pelo sociólogo britânico Michael Dunlop Young, em 1958, em seu livro: *The rise of the meritocracy*. Nesta obra, Young (1958) considera que a meritocracia se refere a uma implementação ideológica que visa naturalizar um funcionamento estrutural social. De acordo com Sandel, a origem da meritocracia remonta ao período pós-queda da aristocracia, que nasceu em uma classe que herdava privilégios de nascença. Com a queda da aristocracia, a burguesia ascende ao poder e com ela a ideia de que já se nasceria herdeiro de um direito real, ou divino, é questionada. A ascensão da classe burguesa e do sistema capitalista impulsiona a convicção de que cada indivíduo poderia adquirir privilégios através do esforço pessoal, o que estimula o juízo de que existem pessoas merecedoras, graças ao esforço pessoal e outras não. Mas esse julgamento engendra uma falsa neutralidade de aspectos histórico-sociais e políticos dos indivíduos, caracterizando, assim, a meritocracia como uma operação discursiva e ideológica.

como sujeito da história, atado a materialidade do seu espaço, que deve estar colocado no centro, sendo responsável objetivamente pelo curso da história⁵.

1.1.2 O território na saúde pública

O momento histórico vivido pelo nosso país quando acrescentou o território como um vértice central para pensar uma política de saúde pública foi a promulgação da nossa Constituição Federal Brasileira, em 1988, coincidindo com o importante movimento político de abertura democrática do nosso país. Ao determinar o princípio da descentralização político-administrativa (BRASIL, 1990)⁶, a Constituição introduziu uma necessidade de distribuição de competências entre União, estados e municípios, substituindo o antigo parâmetro que centralizava todas as decisões na esfera federal. Essa delegação de poderes às outras esferas da união foi pensada a partir da heterogeneidade do território brasileiro como um todo, uma vez que, das cinco regiões constituintes do nosso país, todas elas possuem determinações diferentes para a desigualdade social. Dessa forma, a federação dota os municípios de autonomia e gerência sobre as políticas públicas. Essa descentralização da assistência pública em saúde teve como consequência a delegação de um determinado poder decisório por parte da população, mas também, demandou que a comunidade tivesse um maior comprometimento com a execução dessas políticas.

As condições do ambiente influenciam os processos de saúde, por isso é necessário verificar as condições sócio-históricas vinculadas ao ambiente. Para Brevilheri, Narciso e Pastor (2014) A compreensão da dimensão das diferenças dos aspectos sociais do nosso país e o reconhecimento dos processos de saúde e doença como sócio-historicamente determinados,

⁵ Nesta tese, utilizamos o sentido estabelecido para a História como Marx a define: como uma maneira de organização da propriedade e da divisão social do trabalho, definindo, assim, o modo de funcionamento das instituições sociais e políticas que visam à conservação das formas de organizações sociais existentes, e onde são produzidas as ideias e os sentidos sobre uma formação social. Para Raymond Williams (2021, p. 202): “A história se vale de diversos tipos de sistema intelectual: notadamente do sentido iluminista de progresso e desenvolvimento da civilização; do sentido idealista, como em Hegel, de processo histórico mundial; e do sentido político, primordialmente associado a Revolução Francesa e mais tarde ao movimento socialista e em especial ao marxismo, de forças históricas - produtos do passado ainda ativos no presente e que configurarão o futuro de maneiras cognoscíveis”.

⁶ Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de set. 1990. Cap. II - Dos Princípios e Diretrizes, Art. 7º, inciso IX, alínea a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. 19 de setembro de 1990. Acesso em 01 mar. 2022

trará consequências na compreensão dos processos de saúde e doença, determinando uma mudança decisiva fundamental sobre esse parâmetro saúde-doença. O que implica pensar que não é possível pensar em nenhum cenário epidemiológico sem discutir as condições materiais e sociais e seu impacto determinante.

Essa demarcação de particularidades que pertencem a cada território, o que inclui a sua dimensão histórica, política e cultural somado ao reconhecimento da especificidade do uso que os cidadãos fazem dele, tornou-se uma contribuição indispensável para alcançar o princípio da universalidade que nossa Constituição preconiza para o acesso aos serviços de saúde com mais equidade e o mais próximo possível da realidade dos usuários.

1.1.3 O território no campo da saúde mental

Herdeira das contribuições da Reforma Sanitária, que institui uma nova política de saúde, a Reforma Psiquiátrica brasileira também estabelece como princípio imprescindível uma dimensão territorial em seu escopo. Mas a pertinência da continuidade do uso desse conceito de território, não se restringe ao fato de herdarmos seu uso de um sistema público de saúde.

No curso de sua história, a loucura sempre demandou da psiquiatria novas estratégias de lidar com a doença mental, colocando em discussão, a cada momento, a clínica psiquiátrica vigente. Algo significativo e singular a esse percurso e que talvez seja uma das contribuições mais valiosas à psiquiatria é a construção de uma nova política de saúde mental que passa a considerar a dimensão histórico-política e clínica no tratamento como proeminente, fazendo frente a uma lógica do tratamento disciplinar que anulava a condição histórica desses sujeitos, e que sustentava a violência e o aprisionamento dentro das instituições como diretrizes.

No Brasil, foi por meio de um movimento político alavancado por trabalhadores, familiares e pacientes que se começou a questionar a instituição psiquiátrica, desmontando um tratamento que instituíra o exercício do poder médico de um lado a outro, e que estabelecia uma abordagem estritamente biológica do fenômeno da loucura, excluindo as complexidades e singularidades daqueles pacientes em sofrimento psíquico. Esse movimento terá como consequência considerar que o adoecimento psíquico deve ser entendido como parte de um contexto, no qual tanto os fatores sociais quanto os fatores mentais e biológicos intervêm na saúde dos indivíduos.

Prescindir do antigo parâmetro psiquiátrico, que se estabeleceu pela opressão e pelas relações de poder, determina o desafio de criar uma saúde mental como um campo heterogêneo, incluindo uma clínica articulada a diversos saberes. Trata-se de uma clínica psiquiátrica instigada pelo debate com o direito, assistência social, clínica psicanalítica e, em particular, com a geografia, principal campo de saber que será objeto do nosso mais estreito diálogo.

A antiga política de modelo hospitalocêntrico institui um processo de desterritorialização, que consiste em retirar os pacientes do território de origem e internados em instituições, alocados fora dos espaços urbanos e de seus lugares de origem. Com a implementação de uma política pública de saúde mental que considera o retorno dos usuários para casa, tornou-se imprescindível pensar que regressar aos territórios de origem estaria além de uma readaptação ao espaço público, isto é, tratava-se de apropriar-se do território, tendo a tarefa de ir além de ocupar os espaços com os corpos daqueles que os habitam. Dessa forma, era apropriar-se das condições históricas e culturais dos espaços geográficos, entendendo que esses aspectos exercem impacto, tanto no meio ambiente como nos indivíduos.

Apesar da existência de debates dentro da saúde mental que promoviam a reintegração familiar e social do paciente desde a década de 70, isso era tratado do ponto de vista de uma adaptação dos pacientes a diferentes redes de relações sociais. Definição herdada da psiquiatria comunitária que incluía a adaptação dos pacientes às redes de relação social como fundamental para o tratamento, mesma estrutura que efetuava a Psiquiatria Institucional. Para Birman e Costa (1994, p. 45), “O que ambas - a Psiquiatria institucional e a comunitária - visam é o mesmo: a promoção da Saúde Mental, sendo esta inferida como um processo de adaptação social” .

O debate da reforma psiquiátrica brasileira também reivindica uma política de acesso à cidadania para os usuários dos serviços de saúde mental, demandando uma participação maior da comunidade e da sociedade como parceira desse projeto. A noção de território utilizada como referência pela reforma psiquiátrica era uma necessidade de compartilhamento do cuidado das pessoas em sofrimento psíquico com a comunidade (REINHEIMER et al., 2016). Trata-se de afirmar espaços sociais nos quais esta parcela da população possa ser incluída na vida cotidiana da cidade, através de vínculos mais estreitos com a cultura que foram perdidos ao estarem sob o crivo da loucura e subjugados à instituição manicomial. O reconhecimento desses aspectos nos ajuda a compreender a utilidade desse conceito para o campo da saúde mental. Apontando para novas propostas teórico-metodológicas, como o conceito de “território-usado” de Milton Santos (SANTOS, 2000), que trata como uma dada população utiliza um espaço. “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo

que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2000, p.96). Lima e Yasui, comentam sobre a concepção de Milton Santos de “território-usado” na saúde mental:

A ideia de território transitaria do político para o cultural, das fronteiras entre os povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas. Isso aponta para novas propostas teórico metodológicas, cujas bases estão na perspectiva da operacionalização do conceito de “território usado” de Santos e Silveira (LIMA; YASUI, 2014, p. 597).

Ao ser incorporado ao arcabouço teórico da saúde mental, o território inclui um debate sobre uma perspectiva política e crítica acerca dos determinantes da saúde, como também do sofrimento psíquico. Ao longo do estudo desse conceito na saúde mental é possível observar que ele adquiriu outras elaborações. Furtado et al. (2016) organizou um levantamento teórico sobre os principais sentidos atribuídos a esse conceito, pelo campo da saúde mental, onde se pode destacar os seguintes significados: o território como área de cobertura e ação dos serviços extra-hospitalares; como contraposição a psiquiatria hospitalocêntrica; o território como conjunto de recursos terapêuticos que incluem os profissionais dos serviços de saúde mental em articulação com instâncias que não pertencem a saúde mental diretamente; e o território com uma direção de tentativa de inclusão dos pacientes em espaços públicos, mas sem uma reflexão crítica sobre as contradições inerentes ao território.

Outra leitura a ser destacada é a definição muito corrente nas práticas de saúde mental, oriunda de Deleuze e Rolnik (1986), como a de ‘territórios existenciais’ que compreendem o território como uma articulação entre elementos afetivos e materiais na constituição de lugares de existência. Para esses autores: “O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Essas noções de território são importantes para as políticas de saúde mental e seus desdobramentos no campo da atenção psicossocial, pois contribuem para uma nova perspectiva da clínica que inclua o espaço, a cultura e a subjetividade. Mas é inegável que essas abstrações sobre o território também produzam um distanciamento e uma imprecisão conceitual em relação ao que baliza a geografia crítica de Milton Santos, que submete o território a uma leitura do espaço como um produto histórico e de processos sociais e políticos (REINHEIMER et al., 2016).

Para o Geógrafo Marcelo Souza (2000), a materialidade do território deve ser compreendida a partir das relações de poder que se exercem sobre ele, seja ele dominado por

milícias, indústrias ou conglomerados de luxo, o que está em jogo nessa análise seria a seguinte reflexão: “Quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?” (SOUZA, 2000, p. 79). Isso implica pensar o exercício do poder, em um determinado espaço, como um questionamento fundamental para entender quais os vetores que incidem sobre um território.

O Território, na concepção crítica de Milton Santos, nos serve para compreender que o espaço possui nuances mediadas por forças econômicas e históricas, como a alienação e a ideologia, que caracterizam as condições sociais da população que é acolhida pelo sistema público de saúde. Os habitantes de um território estão alienados de um espaço, assim como de seus modos de produção. Não se reconhecendo como parte da produção do espaço e nem com condições de questionar sobre a sua realidade social. Enquanto a ideologia corresponde a um sistema de ideias que legitima as condições da alienação, retirando do debate da vida pública, a importância da realidade material de classes. Portanto, parece pertinente considerar que uma concepção do território que não considera as dimensões do poder e as relações materiais de classe, ou que não interpreta esses determinantes através de uma teoria social crítica, corre o risco de utilizar esse conceito apenas como uma maneira de adaptar os sujeitos em sofrimento psíquico ao território dado. Uma vez que não fornece as bases do conhecimento histórico e crítico necessário para o questionamento de uma realidade social e das concepções da exclusão e do adoecimento.

Para Santos (2000), o território é o espaço privilegiado entre o político e o cultural. É importante entender que a cultura, como campo de atuação da atenção psicossocial, não está desatada das condições sócio-históricas e de aspectos econômicos, esses determinantes serão trabalhados com mais detalhes no segundo capítulo desta tese, assim como o poder. E o reconhecimento dessa perspectiva é fundamental para pensar outras utilidades desse conceito na atenção psicossocial.

O conceito de Território, que atualmente fundamenta a lógica dos serviços de saúde no Brasil, tornou-se fundamental para entender como um contexto social intervém diretamente na saúde dos indivíduos. Os serviços de saúde pública construíram-se ressaltando as idiosincrasias de cada região. Por isso, o território é um conceito estratégico. O território pode propiciar, segundo Reinheimer et al. (2009, p. 125): “Novas formas de cuidado em relação ao fenômeno da loucura a partir das delimitações administrativas das regiões programáticas nas quais estão situados os CAPS”.

O território articula o que seria o espaço físico, a dimensão de aspectos históricos, políticos e econômicos, sendo de importância capital para pensar desde a distribuição de serviços até a compreensão crítica das forças econômicas e políticas que caracterizam as

condições materiais da população acolhida pelo sistema público de saúde. A concepção de território é basilar nas políticas públicas de saúde brasileiras e foi apropriada como principal diretriz pelo campo da saúde mental como uma política de oposição ao manicômio. Sendo utilizada como uma ferramenta clínica que operacionaliza um cuidado em diversos níveis que compreendem, segundo (LEMKE; SILVA, 2011), desde uma clínica itinerante, bem como uma estratégia de práticas de desinstitucionalização, ao questionar criticamente a sociedade, servindo à saúde mental tanto no campo clínico quanto no campo político. O uso do território pelos serviços de saúde mental é indispensável para uma clínica que preconiza uma política de inserção social dos seus usuários no espaço da cidade. Para Leão & Barros, o território seria uma: “Pré-condição para o desenvolvimento de ações quando a finalidade das mesmas seja estimular os processos de inclusão social e de exercício da cidadania” (LEÃO; BARROS, 2014, p. 583).

A inserção do território na política pública de saúde mental se dá pelo reconhecimento dos vínculos dos usuários não apenas em relação ao espaço geográfico de origem ou nascimento, mas por um pertencimento que se reconhece através de uma filiação à cultura. Essas análises de cunho sociológico são um dos fatores que embasam a distribuição dos nossos serviços de saúde mental, que se determinam como base territorial adstrita a sua localização⁷. Para o sociólogo Furtado et al. (2016) o conceito de território é necessário para entender a realidade psicossocial dos sujeitos e também analisar as potencialidades de cada território favorecendo transformações sócio-espaciais. Cada território nos apresenta uma realidade sócio-histórica diferente e é o reconhecimento desses aspectos culturais e político-econômicos diversos que legitima a necessidade de pensar o território e a influência desse conceito em uma reforma psiquiátrica que compreenda essas questões.

Quando Milton Santos elabora o conceito de território, reconhece a influência capital de determinantes políticos e econômicos e em suas análises, privilegiando uma perspectiva teórica marxista. Essa ideia, será defendida com mais argumentos e clareza no capítulo subsequente. Antes disso, faremos uma retomada do histórico de duas reformas psiquiátricas: A Reforma brasileira e a italiana, construídas sob cenários sociais e históricos diferentes que marcam a especificidade de cada território, mas que possuem uma mesma inspiração política marxista em sua prática.

⁷ “Os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território” (BRASIL, 2002, s/p.).

1.2 A reforma psiquiátrica brasileira e sua formação histórico-política

Para compreender as relações entre Reforma Psiquiátrica, saúde e política é importante retomar a trajetória da psiquiatria brasileira e suas relações estreitas com o contexto econômico, político e social vigente em cada época. Neste subitem nos deteremos nos episódios históricos que influenciaram o estilo da nossa reforma psiquiátrica, desde períodos históricos que compreendem o Brasil Colônia até a abertura democrática do nosso país, após a segunda metade dos anos 70. Pois foi sob a incidência desses episódios, que se pode estabelecer a primeira organização política dos trabalhadores da saúde mental, dando início aos primeiros questionamentos das instituições psiquiátricas no Brasil.

O curso da psiquiatria brasileira tem seu início ainda no período conhecido como Joanino (1808 a 1821), que corresponde ao período histórico do Brasil Colônia (1530 a 1821). Esse período corresponde com a chegada da família real no início do século XIX no Brasil, e estabeleceu um projeto de mudanças sociais e econômicas no estágio que se seguiu, demandando um ordenamento do espaço urbano, devido ao crescimento das cidades e das populações. Àquela época, os alienados eram qualificados como degenerados e perigosos à ordem pública e vagavam pelas ruas. Sob o atributo de devassos estavam submetidos os miseráveis, trabalhadores pobres, camponeses, desempregados, índios e negros que encontravam abrigo e acolhimento em casas de correção, Santas Casas de Misericórdia ou até mesmo em prisões.

O saber psiquiátrico que, já se estabelecia sob os parâmetros de tratamento constituídos por Phillipe Pinel (1745-1826) e Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), que instituíram as bases do alienismo e o primeiro tratamento moral para os alienados com um caráter asilar (TEIXEIRA, 2019), foi convocado como medida de reordenamento do espaço urbano, afirmando-se como um projeto do exercício de uma prática de cunho asilar e de um processo de medicalização social. Segundo Amarante: “A ordem psiquiátrica, como veremos, é oferecida como paradigma de organização modelar às instituições de uma sociedade que se organiza” (AMARANTE, 1994, p. 74). A instituição psiquiátrica asilar representava o modelo de organização que espelhava as demandas do sistema social daquela época.

Segundo Amarante (1994) durante o período do Brasil Império (1821 a 1889), o Rio de Janeiro é o primeiro estado a realizar, em 1830, um diagnóstico da situação dos alienados na cidade e, a partir disso, eles são compreendidos como doentes mentais que necessitavam de um espaço próprio para reclusão e tratamento. Duas décadas mais tarde, será inaugurado o Hospital

Pedro II, com uma proposta de tratamento a partir de um modelo asilar e de tratamento moral formulado por Pinel e Esquirol.

Durante o período da Proclamação da República brasileira (1889), o Hospício Nacional de Alienados passou a ser controlado pelo Estado e não mais pela Santa Casa, como era antes estabelecido. A partir daí, adaptou-se uma nova proposta de psiquiatria científica desenvolvida naquela época, mas com uma aliança nefasta entre projetos sociais e estatais de controle social.

Ao se promulgar a Lei nº 1132, de 22 de dezembro de 1903 (BRASIL, 1903), buscou-se a legitimação jurídico-política da psiquiatria nacional, que reorganizava a assistência aos alienados no país e tinha como principal finalidade o encarceramento dos alienados que compromettesse a ordem pública ou a segurança das pessoas. Concomitante, Juliano Moreira havia sido designado para dirigir a assistência médico-legal dos alienados, dando continuidade à criação de novos asilos e reorganizando os já existentes. Após anos de estudos no velho continente, é na figura desse psiquiatra baiano que a disciplina psiquiátrica no Brasil irá adquirir um caráter científico. Para Devera e Costa-Rosa:

A assistência psiquiátrica do Brasil, no início do século XX, cumpriu uma síntese asilar definindo mais um dos elementos de uma Política de Saúde Mental: um estatuto do usuário. A Psiquiatria abre seu caminho para fase científica com Juliano Moreira, que propôs fundamentos teóricos, práticos e institucionais para um sistema psiquiátrico coerente (DEVERA; COSTA-ROSA, 2007, p. 62).

Entre os anos de 1912 a 1920, se estabeleceu no Brasil o modelo de colônias agrícolas, que foi instituída em inúmeras capitais brasileiras, como um ambiente calmo e regado para tratar os doentes mentais, oferecendo tratamento e reeducação pelo trabalho. Mas esse modelo de instituição acabou novamente por ser destinado a outras demandas que estavam além da doença mental e se consumaram novamente como um espaço para receber toda uma gama de excluídos como: mendigos e prostitutas, para os quais não havia nenhuma estrutura de assistência social e abrigamento fora das instituições. As colônias agrícolas pautavam o tratamento na reclusão e no trabalho forçado, que, segundo Couto e Alberti:

Uma concepção de sociedade rural, na qual o paciente desenvolveria atividade e depois de recuperado seria devolvido a sociedade, foi por muito tempo sustentado como o melhor modo de tratamento dos doentes mentais. [...] a ideologia do trabalho como fatos de sanidade também influenciou a internação de não doentes. (COUTO; ALBERTI, 2008, p. 13-14).

No governo provisório de Getúlio Vargas, em 1930, Juliano Moreira foi destituído do seu cargo e substituído por um psiquiatra com uma afinação teórica da escola alemã de

psiquiatria. A escola de ciência psiquiátrica de inspiração alemã conciliava uma política consistente, de caráter preventivo, em que a intervenção ultrapassava a atenção para com o indivíduo, buscando adentrar o espaço social para a normalização do indivíduo, mas de uma maneira diferente da que era produzida pelo alienismo francês.

Nos anos 1920 e 1930, o ideário psiquiátrico preventivista seria fortemente sustentado pela Liga Brasileira de Higiene Mental, com os psiquiatras identificando-se cada vez mais como higienistas, ao mesmo tempo que concediam um sentido específico à higiene mental. Inicialmente considerada uma aplicação do conhecimento psiquiátrico, ela foi alçada à condição de teoria geral, fundada na ideia de eugenia, que devia conter e orientar a prática psiquiátrica (VENÂNCIO, 2003, p. 891).

Gustavo Riedel, substituto de Juliano Moreira, já havia estabelecido, desde 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental com a qual cristalizou uma política de intervenção no espaço social com características higienistas, xenofóbicas, antiliberais e racistas. A Psiquiatria científica brasileira sofreu uma forte influência da psiquiatria alemã e os seus conceitos de degenerescência e eugenia. Segundo Portocarrero (2002, p. 19): “No Brasil, a elaboração de um novo corpo teórico se impôs cada vez mais como necessária para conferir cientificidade à relação da psiquiatria com a prática da assistência”, colocando a psiquiatria definitivamente em defesa de uma ação rigorosa de controle social e submetida aos interesses do Estado.

Entre as décadas de 20 e 40, enquanto Gustavo Riedel estabelecia políticas de controle e segregação social por meio da Psiquiatria, um outro questionamento era feito deste modelo hospitalocêntrico, fomentado pelo precursor da psiquiatria social brasileira, o Psiquiatra Ulisses Pernambucano (1892-1943). Ulisses instaurou em Pernambuco uma rede de serviços ampla e composta por um ambulatório aberto no Hospital Psiquiátrico para Agudos e no Manicômio judiciário uma colônia de alienados para acolher e cuidar dos enfermos da mente, atuando, segundo Devera e Costa-Rosa (2007, p. 63), “com uma forte humanização da assistência, protestando contra as violências e os maus tratos que sofriam os doentes mentais nos hospícios”.

No pós-segunda guerra mundial, a Europa acabara de dissolver os regimes totalitários que acabaram por ceifar o destino de milhares de pessoas. Mas em contrapartida, nesse mesmo período, a América Latina passava por uma aplicação do liberalismo econômico, determinado pelas invasões estadunidenses na execução de regimes de ditadura civil-militar. A derrocada dos regimes totalitários na Europa ventilou o debate acerca dos modelos institucionais. As instituições psiquiátricas asilares, que tinham como princípios a internação e o confinamento asilar do doente mental, também tiveram o seu caráter repressivo e segregacionista, questionado como método. Dando início aos primeiros movimentos de Reforma Psiquiátrica, inicialmente

pelo continente Europeu, tendo cada território estabelecido a sua Reforma, a partir da sua realidade material e histórica.

No Brasil o regime ditatorial-militar instaurou-se entre os anos de 1964 a 1985. A realidade do nosso país, que já era desigual, torna-se palco dos maiores acirramentos e contrastes causados pelo modelo econômico liberal, que se por um lado incita o lucro pela modernização capitalista, por outro engendra uma concentração de renda nas mãos de poucos, gerando condições econômicas, sociais e políticas sempre selvagens, principalmente com as classes exploradas.

A ditadura militar brasileira sacramentou um regime autoritário que estimulou ainda mais o desenvolvimento de uma política social voltada para o controle das classes dominadas e a constituição de uma sociedade mais desigual, estratificada e hierarquizada. Nesse período histórico, a psiquiatria brasileira caminhava para uma hegemonia de instituições asilares como principal política de assistência aos doentes mentais, havendo um acréscimo vertiginoso de instituições manicomiais que eram abastecidas por verbas públicas, que eram destinadas aos hospitais privados e instituições conveniadas, visando ao encarceramento de pacientes. De acordo com Pitta (2011, p. 4583): "Na era da "indústria da loucura", em plena ditadura militar, se construíam manicômios cada vez maiores e mais lucrativos sustentados por recursos públicos".

Durante a ditadura militar, o modelo econômico vigente, que se caracterizava pela alta concentração da renda nas mãos de uma pequena parcela da população e somadas às distorções ideológicas, impediam ainda mais o estabelecimento do diálogo entre as demandas sociais e o Estado. É num contexto de crise geral, sobretudo política, econômica e social, que surgem as primeiras reações populares organizadas em movimentos sociais pela reformulação da Atenção em Saúde Mental no Brasil.

Sob essas condições econômicas e históricas, tem início o movimento pela reforma psiquiátrica brasileira. A reforma tem como seu ator e sujeito político fundamental o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), o qual tem sua gênese entre os anos de 1978 e 1980. Os funcionários da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), que pertenciam à seção estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, deflagraram uma greve em abril de 1978, a qual foi o estopim para a crise do órgão pertencente ao Ministério da Saúde e que era responsável pelas políticas de saúde do subsector de saúde mental. Segundo Devera e Costa Rosa (2007, p. 64): "Esses movimentos são realizados principalmente por trabalhadores do setor, sensibilizados pela situação crítica em que se encontravam". A organização dos trabalhadores em um movimento de luta por direitos foi fundamental para dar início ao

questionamento não apenas da situação dos trabalhadores, mas também das condições precárias dos serviços de psiquiatria que prestavam assistência aos pacientes.

O ato dos trabalhadores não tem apenas uma repercussão local e acaba por mobilizar profissionais de outras unidades. O vínculo empregatício de profissionais graduados e estudantes universitários que trabalhavam como médicos, psicólogos, enfermeiros e outras categorias era sem o respaldo ou proteção dos direitos trabalhistas e passíveis de demissões e represálias, mesmo entre aqueles que ocupavam cargos de chefia e direção, trabalhando em condições precárias e sendo alvos de ameaças e violência.

O movimento dos trabalhadores tinha uma proposta de transformação da assistência psiquiátrica construída através de um espaço não apenas de luta dos trabalhadores, mas de estimular também o debate democrático e o encaminhamento de propostas. A crise na Psiquiatria e no setor da Saúde Mental era compreendida como reflexo da situação política geral do país. Nesse sentido, tornou-se indispensável incluir no debate os diversos setores da sociedade civil, fomentando reuniões de grupos, assembleias, ocupações de Sindicatos e também demais espaços que pertenciam à sociedade civil.

Em 1978, durante o 5º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, estabelece-se uma discussão e organização político-ideológica, voltadas não apenas para as questões em relação à política de saúde mental, mas também para crítica da atividade psiquiátrica como exercício de uma terapêutica majoritariamente biológica. Segundo Tenório, a novidade forjada no seio da reforma psiquiátrica brasileira é: “uma inflexão diferente: a crítica ao asilo deixa de visar seu aperfeiçoamento ou humanização, vindo a incidir sobre os próprios pressupostos da psiquiatria, a condenação de seus efeitos de normatização e controle” (TENÓRIO, 2002, p. 27).

Ainda em 1978, o MTSM dialoga com outros nomes da rede de alternativa à psiquiatria, dentre eles: Franco Basaglia, Félix Guattari e outros grandes críticos das instituições manicomiais. Na busca de estabelecer um marco teórico para reforma psiquiátrica brasileira, o MTSM, sob as condições de inúmeras divergências, estimulou importantes discussões internas para a revisão de estratégias de lideranças e princípios políticos para a reforma psiquiátrica brasileira.

É nessa conjuntura discursiva que Basaglia faz conferências⁸ em universidades, sindicatos e associações no país, sendo então, considerado como a principal influência no pensamento e na prática do MTSM. Muito se diz sobre a influência mais pujante: a reforma psiquiátrica italiana, realizada por Franco Basaglia, devido ao seu caráter libertário e de

⁸ A coletânea dessas conferências no Brasil está publicada no livro *Franco Basaglia - A Psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática - Conferências no Brasil* (BASAGLIA, 1979).

rompimento com instituições de aprisionamento que privilegiava serviços limitados à base territorial.

De acordo com Portolese, Figueiredo e Mascarenhas (1979), Basaglia ressaltava a participação fundamental da classe trabalhadora como principal agente deste processo e que somente a partir dela foi possível a implementação de espaços políticos e de formação de consciência das relações entre saúde e política. O rompimento com as instituições manicomiais e a consciência de que o movimento social dos trabalhadores é a principal força por trás da Reforma são as principais características políticas e epistemológicas que nos aproximam dos ideais basaglianos. Ainda com Portolese, Figueiredo e Mascarenhas: “Basaglia estabelece as relações entre a violência do hospital psiquiátrico e a violência global dos nossos sistemas sociais” (PORTOLESE et al., 1979, p. 8).

No bojo das contribuições para a reforma psiquiátrica brasileira, encontramos também a participação do movimento psicanalítico na figura de inúmeros trabalhadores e algumas instituições que se dispuseram ao debate. No Brasil, a reforma psiquiátrica ainda carrega em sua origem a contribuição significativa da psicanálise que, primeiro, iniciou as suas contribuições a partir das experiências de comunidade terapêutica, ainda na virada da década de 60. Depois, consolidou-se como uma das principais referências teórico-clínicas. De acordo com Tenório:

Tratava-se, grosso modo, da tentativa de construção, a partir da psicanálise, de um novo modelo discursivo/organizacional que comande e remodele as ações do cotidiano hospitalar. A aplicação da psicanálise consistia em interpretar, por meio das leituras inconscientes, não apenas os pacientes, mas também a instituição e seus profissionais (TENÓRIO, 2002, p. 29).

O MTSM foi o primeiro movimento em saúde que possuía participação popular para a construção de uma luta popular no campo da saúde mental. Outra grande expressão dessa participação da sociedade no MTSM, era a articulação Nacional da Luta Antimanicomial que agregava um grande número de entidades de familiares, amigos e usuários da saúde mental.

Ao longo dos anos 80, houve mudanças importantes na modalidade de gestão da saúde estabelecidas pelo Ministério da Previdência: o modelo de Cogestão e o Conselho Consultivo de administração de Saúde Previdenciária - o plano CONASP, que demarcaram uma trajetória específica nas políticas de saúde. A cogestão previa a colaboração no custeio, planejamento e avaliação das unidades Hospitalares do Ministério da Saúde. Enquanto o plano Conasp - instituído posteriormente a modalidade de cogestão - possuía diretrizes para saúde previdenciária, para a saúde oral e outro para assistência psiquiátrica, e alinhava-se com as

postulações técnicas do primeiro plano de assistência médico-hospitalar, discutido com setores ampliados, desde empresários a profissionais da saúde diretamente envolvidos nos serviços, mas ainda não contava com a participação direta dos usuários.

A implementação da cogestão, de certa forma, rompia com a lógica de compra e venda de serviços e tinha como prerrogativa a integração do sistema de saúde, tanto na esfera Municipal, Estadual e Federal. Os hospitais são transformados em centros de referência em Saúde Mental com polos de emergência, ações e atividades assistenciais, abrindo as portas da instituição para a comunidade e ampliando a sua atenção ambulatorial. As mudanças apontavam na direção de uma ambulatorização do hospital psiquiátrico, na tentativa de impedir as internações e capacitando as equipes multiprofissionais para realizar intervenções, diagnósticos e tratamentos.

Para Amarante (1998, p. 61), com a implementação da cogestão, as políticas públicas de saúde se constituíram como: “Uma cooperação interinstitucional, a descentralização e a regionalização, propostas defendidas pelos movimentos das reformas sanitária e psiquiátrica”. Esses esforços, em última instância, superavam o Manicômio como recurso terapêutico, mas não eram suficientes contra a hospitalização asilar e ainda era necessário buscar soluções territoriais para a assistência de saúde mental.

Após o estabelecimento das políticas de cogestão, se efetua uma segunda mudança no modelo de diretrizes para a saúde: o plano CONASP, que determinava o que era de responsabilidade do estado, a política e o controle dos sistemas de saúde, assim como sua organização junto aos setores públicos e privados. Esse é o primeiro momento em que a assistência psiquiátrica institui o ambulatório como elemento central do atendimento e o hospital torna-se elemento secundário. Apresentando como principal objetivo a redução de internações, o tempo médio das internações e o aumento da oferta de consultas ambulatoriais.

Ainda na primeira metade da década de 80, a desinstitucionalização da reforma psiquiátrica brasileira encontra-se inserida em um contexto político de grande importância para o Brasil. A partir da segunda metade da década de 70, nosso país já havia iniciado o seu processo de abertura política, estabelecendo, em 1979, a Lei da Anistia. Essa lei promulgada pelo Presidente João Batista Figueiredo determinava em ato jurídico que os crimes políticos cometidos em um determinado período de tempo seriam esquecidos ou perdoados pela Lei brasileira, marcando o início do declínio do regime político ditatorial militar. Ainda que os militares almejassem a permanência no poder, a impopularidade do regime era crescente.

Nesse contexto político, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) colocou sob votação do plenário a emenda constitucional que demandava o restabelecimento das eleições diretas para

presidente. Mesmo derrotado no plenário, esse movimento ganha força junto à sociedade civil, fomentando o desejo pelo retorno de eleições democráticas no país. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves foi eleito pelo colégio eleitoral como o último presidente do regime militar. Mas vem a falecer antes mesmo da sua posse, sendo substituído pelo seu vice, José Sarney, que encerra o período do regime civil militar no Brasil.

No panorama desses acontecimentos históricos, em 1986, acontece a 8ª Conferência Nacional de Saúde que apresenta como principal característica um forte caráter de consulta e participação popular na construção de uma nova concepção de saúde, contando com a participação ativa de diversos setores da comunidade, envolvendo muitas pré-conferências estaduais e municipais. Nesta conferência foram debatidos temas em relação à universalização, descentralização e democratização do acesso à saúde e esse tipo de debate só pode ser sustentado, devido às condições políticas que ventilavam o debate em território nacional. A sociedade pôde debater uma nova visão de Estado, agora como promotor de políticas do bem-estar social. E a saúde não era mais entendida como um conceito abstrato, mas sim definida em um contexto histórico de determinada sociedade.

Para a reforma psiquiátrica, o caráter predominantemente hospitalocêntrico e privado das internações pode ser questionado, apontando para a necessidade de uma reformulação substancial no setor e uma maior participação da comunidade nas decisões da política e da avaliação. Em 1987, acontece a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, ocorrida na UERJ, da qual são retiradas as recomendações e orientações de que os trabalhadores deveriam realizar esforços em conjunto com a sociedade civil no intuito não só de redirecionar suas práticas, mas de democratizar as instituições de saúde. Abaixo traremos um fragmento do “Manifesto de Bauru” sobre a política adotada pelo movimento, a partir de 1987:

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agentes da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeita os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. O estado que gerencia tais serviços é o mesmo que sustenta os mecanismos de exploração e da produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial, impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada (MTSM, 1987, p. 1).

Concomitante a esses eventos, em 1987, é inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial professor Luiz da Rocha Cerqueira, na região da Bela Vista, em São Paulo. Este serviço ainda era uma instituição intermediária entre o Hospital Psiquiátrico e o ambulatório de saúde mental. Todavia, inaugurou um campo de experimentação de novas práticas, sob a

influência de experiências históricas alternativas à psiquiatria ou modelo hospitalocêntrico, absorvendo influências da Psicoterapia Institucional Francesa e da Psiquiatria Democrática italiana, ao permitir que uma série de experiências similares fossem desenvolvidas no Brasil.

No pós década de 80, os ideários e práticas fomentados nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) substituíram os modelos hospitalocêntricos pela atenção psicossocial, mas apenas em 2001, a Lei 10.216, que rege a reforma da assistência psiquiátrica no Brasil foi aprovada. Dessa forma, foi instituída uma proteção legitimando os direitos de pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em Saúde Mental.

“Por uma sociedade sem manicômios” tornou-se a mais forte expressão da nova estratégia do MTSM, que tinha um caráter de ruptura epistemológica e política. O trabalho de liderança e de ideias, construído pelo MTSM, formou não apenas novos militantes, mas também operou um questionamento da prática psiquiátrica conservadora, que antes se voltava exclusivamente aos interesses privados, demandando que esta participasse de uma política de transformação da psiquiatria como prática social.

Nossa reforma foi cometida por um movimento de trabalhadores que em muitos momentos identificou que a problemática da política de saúde mental era maior do que os manicômios e que estas instituições eram apenas o reflexo de um Estado que regulava a exploração e a produção de violência e isso também se reproduzia no uso de saberes como a psiquiatria. Nosso percurso epistemológico e político nos lança sobre uma hipótese fundamental, e que não pode ser perdida: Não seria o marxismo que vincula a Reforma basagliana aos princípios teórico-práticos da Reforma Psiquiátrica Brasileira? Essa é uma pergunta que procuramos responder no subitem seguinte. Para sustentarmos a nossa hipótese, iremos nos aprofundar na construção histórico-política do percurso da reforma italiana e tentaremos responder o porquê de a reforma basagliana ser sedimentada sobre a teoria e prática marxista.

1.3 A reforma psiquiátrica italiana e a sua formação histórico-política

Neste subitem iremos tratar sobre a questão dos elementos que constituíram e contribuíram para a Reforma Psiquiátrica Italiana, para tanto iremos contextualizar o seu cenário histórico e político, a partir da década de 60, dentro de um referencial teórico que

compreende, principalmente, o percurso conceitual e a experiência prática de Basaglia e alguns de seus comentadores.

Retomar e conhecer a história do movimento italiano auxilia na construção da identidade da saúde mental como movimento clínico e político. Ademais, o exame comparativo entre o movimento italiano e o brasileiro nos serve como um instrumento de análise crítica de extensa importância, para que, a partir disso, possamos retomar em que ponto a experiência italiana nos influencia e em que ponto nos diferenciamos dela; o que nas palavras de Passos, significa dizer: “Trata-se de refletir sobre as continuidades e descontinuidades das experiências de luta por direitos humanos de países e épocas tão diferentes” (PASSOS, 2009, p. 17).

No século XX, a década de 60 foi um momento histórico de profundas mudanças políticas e sociais, fundamentais para entendermos as transformações das diversas esferas das relações humanas e suas consequências para a sociedade moderna. Nesse contexto histórico político, a Itália, em 1962, teve um tradicional governo de centro-direita dando lugar à um governo de centro-esquerda⁹ que implementou reformas sociais e uma reconstrução socioeconômica, no período pós-segunda guerra, onde o país se encontrava sob fortes embates sociopolíticos e políticas de descentralização administrativa, tanto nas áreas de educação como na área de saúde (PASSOS, 2009).

Na mesma década, as lutas sociais configuraram-se como um momento de inclinação no interior das mobilizações estudantis e de trabalhadores em todo mundo (GROPPO, 2005). O movimento estudantil irrompeu na região norte da Itália, no final de 1967, e encontrou no movimento operário o seu importante aliado. Os estudantes eram um setor social efervescente desses questionamentos; para Teles: “Em diversos países, esse movimento estudantil buscou radicalizar suas demandas, aprofundando o questionamento da sociedade em seus diversos domínios e articulando suas reivindicações com as mobilizações das classes trabalhadoras” (TELES, 2019, p. 190).

Inspirados na Comuna de Paris¹⁰, os estudantes propunham a liberdade democrática através de uma democracia direta e descentralizada. Eles visavam não apenas à reforma

⁹ O candidato da Democracia Cristã, Giovanni Gronchi (1955-1962) foi eleito o 3º Presidente da República Italiana, após dois mandatos consecutivos do Partido Liberal Italiano. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/impresso/brasil-italia-documentario-da-visita-oficial-ao-brasil-do-senhor-giovanni-gronchi-presidente-da-republica-italiana-4-14-de-setembro-de-1958>>

¹⁰ Logo após a Guerra Franco-Prussiana (1870), com a derrota francesa e a proclamação da Terceira República, em 1871, o burguês Adolphe Thiers havia assumido o poder na França, assinando rapidamente um acordo de paz com o chanceler prussiano, Bismarck. A classe operária não concordou com o contrato firmado entre Thiers e Bismarck, e revoltou-se contra o governo francês. Com o apoio da Guarda Nacional, a classe operária tomou o poder em Paris, em março de 1871. Dessa maneira, os revolucionários parisienses substituíram o governo republicano, assumiram o poder e instalaram a chamada Comuna de Paris. Segundo Costa (2011, p. 16), “a Comuna de Paris de 1871 foi a primeira experiência de governo proletário da história. Mesmo ocorrida há 140

universitária, mas à transformação na sociedade. Àquela época, os estudantes participavam ativamente no questionamento e na transformação da lógica das instituições na Itália. A sociedade civil também teve uma importante participação na Itália dos anos 60 e 70, e a junção desses três setores da sociedade viabilizou a reivindicação de uma reforma sanitária, instituindo o Sistema Nacional de Saúde Universal.

Concomitante à luta pela transformação das instituições, no fim dos anos 60, o movimento estudantil juntou-se aos sindicatos de trabalhadores, participando ativamente das experiências do movimento antimanicomial, como força política de um questionamento em relação às práticas institucionais vividas pela psiquiatria italiana. Se tornando um corpo fundamental para dar suporte à reprovação dos manicômios, uma vez que esses movimentos criticavam essas instituições como lugares de marginalização.

O movimento antimanicomial italiano significava a mais profunda radicalização de uma direção instituída no pós-guerra de reformas psiquiátricas. Como nos ensina Goulart, sobre a reforma psiquiátrica italiana: “Promoveu uma peculiar aliança entre os profissionais de saúde mental e sua clientela, revelando a dimensão eminentemente política dessa relação contratual. O movimento se guiou pela promoção da justiça e da liberdade” (GOULART, 2007, p. 21).

A compreensão da dimensão política em jogo nas instituições é uma característica da Reforma Psiquiátrica Italiana que, se tornou a primeira a romper com as instituições manicomiais, deixando a amostra que era necessário também que houvesse uma mudança efetiva na organização social que, no entendimento dos seus defensores, modificaria a concepção de doença mental. Esses princípios da Reforma Italiana foram construídos sob um contexto histórico que demandava uma nova concepção de sociedade e, também, de instituições.

No bojo dessa construção, destacamos a figura do psiquiatra Franco Basaglia, principal força política idealizadora dessa Reforma, original em seus princípios e libertadora das instituições de aprisionamento.

anos, ela continua atual, e seu estudo e conhecimento, associados aos de outras revoluções, contribuem para desnudar conhecidas e velhas falácias de fim da história. A experiência da Comuna de Paris permite ao proletariado compreender que não só é possível, mas é um dever fundamental e um direito lutar por seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que continuam presentes e é a seiva que levará à construção de uma nova sociedade”.

1.3.1 Breve resumo biográfico do psiquiatra italiano Franco Basaglia e do conjunto de suas principais influências teóricas

O caráter particular da destituição do manicômio na experiência italiana é atravessado pela força de um psiquiatra singular: Franco Basaglia. Um psiquiatra oriundo da cidade de Veneza, que chegou a ser preso político¹¹ por um forte envolvimento com as lutas de caráter anti-facista na Itália de Mussolini.

Após se formar em medicina, Basaglia se especializou em Psiquiatria e obteve o título de livre docente, quando ainda era professor na Universidade de Padova, em 1958. Sua formação acadêmica e intelectual lhe permitiu ter acesso a diversas correntes filosóficas que influenciaram fortemente o seu pensamento. Segundo Serapioni (2019), a orientação científica de Basaglia tinha influência desde teóricos do método da análise existencial, representado por Ludwig Binswanger e Eugene Minkowski, como também aproximações de uma análise mais complexa do ser-humano através das obras de Sartre, com quem chegou a encontrar-se algumas vezes em Bolonha. O encontro com um horizonte genealógico da psiquiatria, através da perspectiva histórica de Michel Foucault e a visão microssociológica do hospital psiquiátrico de Erving Goffman, também foram fundamentais para a construção de uma visão crítica da instituição asilar e da doença mental por Basaglia. Para Goulart (2007) Basaglia, em sua perspectiva prática, vai ainda mais longe ao promover uma passagem de um movimento filosófico humanista para um movimento social politizado por meio de uma crescente inspiração marxista e sua filosofia da práxis. Essa perspectiva influenciou fortemente os debates da Itália na década de 60 até os anos 70. Nesse momento, Basaglia apoiava-se “na leitura e na cultura de esquerda marxista italiana, com destaque para o materialismo histórico e, em particular, o papel do intelectual e da sociedade civil em Gramsci” (GOULART, 2007, p. 42). Podemos acompanhar essa influência de caráter materialista histórico-dialética em construções teóricas no percurso de Basaglia que evidenciam a força de um sistema econômico sob o campo das ideias, ciências e valores de um época:

A situação (a possibilidade de uma abordagem terapêutica do doente mental) se revela, assim, intimamente ligada e dependente do sistema, onde toda a relação está

¹¹ Quando ainda era um estudante da faculdade de medicina e cirurgia na Universidade de Padova, “Basaglia iniciou um contato com estudantes antifascistas, aliando-se a resistência italiana contra o fascismo, mas sua união ao grupo foi denunciada e ele acabou sendo preso” (PASSOS, 2007, p. 36). Esse fato inaugura a história de Basaglia como militante político, que adere à liberdade como condição de um tratamento e como referência ao seu trabalho como psiquiatra.

rigidamente determinada por leis econômicas. Ou seja: não é a ideologia médica que estabelece ou induz um ou outro tipo de abordagem, mas antes o sistema sócio-econômico é que determina as modalidades adotadas a níveis diversos (BASAGLIA, 1969/1985, p. 105).

Quando iniciou na direção do Hospital Provincial Psiquiátrico de Gorizia, já no primeiro dia, considerou a possibilidade de deixar o seu cargo de diretor, tamanha foi a sua aversão diante da situação de doentes sendo tratados como prisioneiros. Segundo Goulart (2007, p. 38): “Sua repulsa à violência foi, por si mesma, impactante na prática e nas concepções correntes naquela estrutura asilar”. Isso levou Basaglia a desenvolver, já em 1960, quando trabalhava em Gorizia, um projeto de reforma com características anti institucionais, para ele parecia fundamental prescindir da instituição de aprisionamento, chegando a afirmar que para o tratamento dos doentes: “O psiquiatra parece, realmente, redescobrir que o primeiro passo em direção à cura do doente é o retorno à liberdade que, até então, ele mesmo havia tirado do doente” (BASAGLIA; TRANCHINA, 1979, p. 9). Para sustentar a sua proposta anti institucional, debruçou-se sobre os estudos de experiências de reforma que já estavam em curso na Europa: “Começou então a estudar de maneira assaz duas experiências contemporâneas à sua: a primeira delas foi a experiência inglesa com as comunidades terapêuticas e a segunda, a experiência francesa com a psicoterapia institucional” (AMARANTE, 1996, p. 89).

Ainda no século XIX, a França era o berço do modelo asilar, com uma Psiquiatria disciplinar e assistencialista, calcadas sobre os princípios de Pinel e Esquirol, e possuía um caráter asilar que sustentava o seu método. No período pós-guerra, entre os anos 60 e 80, o modelo psiquiátrico francês apenas incorporou novas formas da Psiquiatria, mas não realizou nenhuma ruptura profunda com a Psiquiatria como prática de regulação social. Enquanto na Grã-Bretanha, apesar dos avanços constatados pelas comunidades terapêuticas e, na utilização de métodos terapêuticos inspirados na fenomenologia do existencialismo e na psicanálise.

Após um breve contato com as experiências de Psiquiatria de setor francês, bem como com a Comunidade terapêutica da Grã Bretanha, Basaglia se interessou pela experiência inglesa que foi instituída por nomes como: Maxwell Jones (1968), Ronald Laing (1964) e David Cooper (1967). Maxwell Jones (1972) afirmava que a lógica da Comunidade terapêutica seria a de um ambiente democrático, de mobilidade social, no qual todos os membros pudessem ser responsáveis pelo grupo dos usuários como também pela instituição, independentemente das suas características pessoais. A experiência inglesa serviu de base para a adotada por Basaglia, quando ainda trabalhava na cidade de Gorizia.

Basaglia reconhecia os avanços alcançados pelo método francês e inglês, que proporcionaram a descentralização da assistência em hospitais psiquiátricos, redirecionando-as

para a comunidade, seguindo a perspectiva da psiquiatria social da época, onde o paciente poderia ter mais acesso a relações pessoais e um outro cuidado no espaço social. Mas, ele temia também que estes modelos fossem apenas uma nova forma de instituição, em suas palavras:

O internado, em vez de aparecer como um homem doente, é bjetto de uma violencia institucional que atua em todos os níveis [...] O nível da degradação, objetivação, aniquilação total, que se observa, não é a pura expressão de um estado de morbilidade, mas sim o produto de uma ação destrutiva de uma instituição cujo objetivo era a proteção das pessoas saudáveis contra a loucura (BASAGLIA, 1968, p. 128).

A intenção de Basaglia era criar uma alternativa definitiva ao asilo. Para Serapioni (2018, p. 1171), "o movimento de Basaglia tinha como principal prioridade a destruição de todo o sistema de asilo, ao contrário dos modelos britânicos que visavam apenas a uma transformação, a partir de dentro do asilo". A experiência anglo-saxã dizia respeito ao início de uma negação da realidade institucional, mas era preciso ir além. "No que diz respeito a nossa experiência, parece-nos ser uma medida urgente adaptar nossos instrumentos à realidade sobre a qual agíamos. Não poderíamos limitar-nos a adaptar modelos já codificados e aplicáveis a qualquer circunstância." (BASAGLIA, 1969/1985, p. 112).

O desafio de Basaglia, no início, era implementar uma nova possibilidade de tratamento que estivesse em consonância com a psiquiatria social europeia do pós-guerra, mas sua posição política instituía uma ética de trabalho onde o encontro com o doente mental só seria viável se o paciente fosse livre e se todos os membros da instituição se encontrassem em um mesmo plano de liberdade e responsabilidade. A negação da instituição por Basaglia não era uma negação da doença mental ou da psiquiatria, mas uma recusa ao mandato outorgado pela própria sociedade aos psiquiatras, que demandava que a psiquiatria selasse um destino institucional aqueles a quem se considerasse inadaptáveis e improdutivos ao sistema econômico. Alojando a Psiquiatria no lugar de terapia da ordem pública com o intuito de anular os sujeitos à margem da normalidade social. De acordo com Venturini:

Basaglia não negou a existência da doença mental: no máximo, buscou superar a conduta típica da psiquiatria, que justificava o insucesso do encontro com o outro pela incompreensibilidade deste último, negando qualquer valor a tudo aquilo que, por limitação própria, não conseguia compreender (VENTURINI, 2010, p. 18).

Após dez anos da experiência na cidade de Gorizia, que ainda funcionava sobre os moldes de uma comunidade terapêutica, Basaglia destinou suas forças na construção da sua prática na cidade de Trieste, que será reconhecida como a primeira a estabelecer serviços com uma organização de base territorial em saúde mental, que eram instituições que funcionavam

24 horas por dia, e trabalhavam de portas abertas, fomentando a criação de cooperativas para reinserir as pessoas no trabalho e na vida social (BELMONTE, 1996).

No escopo da reforma italiana também nasceu um núcleo de desenvolvimento militante intitulado como: “Psiquiatria Democrática”. Associação civil inspirada na magistratura democrática dos advogados que se constituiu formalmente no “documento de fundação, em 1973, na cidade de Bolonha, a partir do grupo saído da experiência de Gorizia, que em grande parte migra para Trieste” (PASSOS, 2009, p. 130) e tinha como objetivo conquistar posições estratégicas nas administrações locais, operando como um ator social. Para Goulart:

A psiquiatria democrática, expressa um segundo momento identificatório do movimento antimanicomial. Como organização fundamentalmente política, não se reportava à especificidade das experiências locais. Sua criação indica uma reorientação no esforço de expansão, quando o movimento estudantil os outros movimentos de protestos italianos recrudesciam [...] a psiquiatria democrática criticava a chamada “ciência ideológica”, a neutralidade e o uso da ciência para equacionar contradições sociais, denunciava a exclusão social dos doentes mentais e sua segregação em grandes manicômios, apontava as contradições do papel do técnico, reivindicava a participação popular na gerência e controle dos serviços e estabelecia vínculos com outras iniciativas anti-institucionais e/ou democráticas. (GOULART, 2007, p. 81).

Para a prática basagliana, era imprescindível a experiência de luta e resistência, tanto dos trabalhadores quanto daqueles que sofriam de qualquer doença mental, e, para isso, era necessária uma leitura das arbitrariedades que estavam em jogo nas instituições e no saber psiquiátrico quando aliado a outros interesses que não são os do tratamento.

O questionamento inaugurado por Basaglia institui uma prática que opera em todos os níveis institucionais, desde o manicômio até o saber psiquiátrico. A instituição psiquiátrica não era entendida tão somente como o manicômio, mas se ramificava por meio de saberes e práticas operadas sob o título de “Psiquiatria”. Esse processo de desconstrução também necessitava se articular dentro da sociedade e atravessar a realidade social por ela construída. A experiência basagliana era, antes de tudo, a possibilidade de inventar novas estratégias de mediação, que iam desde as técnicas médicas, psicológicas, culturais, sociais e políticas.

Para Basaglia, só foi possível romper com os manicômios por compreender que, ao longo da história da Psiquiatria, essas instituições sempre estiveram embaraçadas a outras demandas que exigiam da psiquiatria o exercício do controle social. O principal aparato ideológico e repressivo utilizado pelo saber psiquiátrico foi a instituição manicomial, que exercia todo tipo de dominação e submissão, por meio do aprisionamento e da segregação dos inadaptáveis e contraproducentes ao sistema econômico capitalista. Mas a prática basagliana demonstrou que, para desenvolver uma terapêutica não era necessário prescindir da liberdade,

mas era fundamental romper com uma estrutura de aprisionamento e um discurso ideológico, que gerava mais segregação.

Se é verdade, contudo, que uma análise científica - seja qual for a problemática de que se ocupa - representa a busca da essência de um fenômeno, uma vez isolado das superestruturas e ideologias que habitualmente o esconde, se quisermos enfrentar cientificamente o problema do doente mental será preciso, em primeiro lugar, por “entre parênteses” a doença e o modo pelo qual ela foi classificada, para considerar o doente no desdobramento das idades humanas - justamente enquanto tais - nos pareçam abordáveis (BASAGLIA, 1966/2005b, p. 36).

A leitura marxista de Basaglia sobre a realidade material da sociedade o fez compreender qual o lugar que as instituições haviam ocupado ao longo da história da sociedade e da psiquiatria, respondendo às demandas de um determinado modo de produção econômico. As instituições também se estabeleciam a partir das demandas do sistema econômico vigente, que tinha como princípio o valor de produção que o homem possuía. Se ele não produz, não pode ser considerado um cidadão, o que metonimicamente foi utilizado como fator deliberativo também para a internação de muitas pessoas, sem qualquer comprometimento psiquiátrico. “A psiquiatria, desde o seu nascimento, é em si uma técnica altamente repressiva que o Estado sempre usou para oprimir os doentes pobres, isto é, a classe operária que não produz” (BASAGLIA, 1979, p. 14).

Uma característica a ser destacada da Reforma Psiquiátrica italiana, que tem uma origem diferente da brasileira, é a origem e o uso do conceito de território. No Brasil, o território possui sua gênese na Geografia crítica de Milton Santos, na Reforma Psiquiátrica Italiana, o uso do conceito de território é oriundo da Psiquiatria de setor francesa que sublinha o território como espaço social. Sobre o uso do conceito de território pelos italianos em sua Reforma, Passos afirma:

A noção de território, muito cara aos basaglianos, foi certamente inspirada no setor francês, mas guarda uma definição própria e singular, não se confundindo com a mera demarcação de um espaço geográfico. É, antes, o *espaço social* de uma coletividade, identificado pela existência de uma cultura própria e de uma série de recursos arquiteturais e institucionais. (de trabalho, lazer, ação política, saúde, educação, convivência, arte e religião etc.) que precisam ser conhecidos e articulados pelos serviços sanitários, numa ação coletiva integradora. O território é uma *construção*; como tal, deve medir a mobilização concreta dos recursos existentes e das necessidades reais da comunidade (PASSOS, 2009, p. 136).

Ainda que utilize uma leitura francesa sobre o território, a análise italiana reserva uma apreciação própria sobre o espaço social que, possivelmente, anexa uma compreensão política em seu escopo, pela própria dimensão e origem dos seus determinantes históricos. A reforma

italiana tinha duas características determinantes em seu escopo: primeiramente, trata-se de uma reforma norteadas por uma forte ligação com as lutas de base lideradas por estudantes e trabalhadores da sociedade civil e, em segundo lugar, tinha por característica o forte questionamento da psiquiatria acadêmica positivista, principal direção científica da Psiquiatria Italiana, até então (SERAPIONI, 2018).

O reflexo dessa interpretação e uso do território pode ser observado ainda hoje. Por exemplo, a Lei 180, implementada em 13 de maio de 1978 (BRASIL, 1978), continua sendo interpretada localmente e não exercida de uma maneira uniforme em todo país¹². O que proporciona certa liberdade para que cada região consiga adaptar-se a partir da sua realidade e dos seus interesses. As possibilidades de tratamento são estabelecidas a partir das condições do território, efetuadas através das particularidades de cada região.

Basaglia compreendia a instituição e o território como lugar de expressão plena das contradições de classe. Por isso, o projeto da reforma italiana impusera como tarefa inédita na psiquiatria implicar o técnico ou psiquiatra em uma dimensão além de um aspecto sanitário. O que marcou essa experiência como singular, foi que, ao atravessar os muros do manicômio, institui-se não apenas um rompimento com o que antes era estabelecido como tratamento, mas inseriu o questionamento do saber psiquiátrico, do lugar dos trabalhadores e uma aposta de uma terapêutica na comunidade¹³. Por isso, a importância de não se encerrar o projeto basagliano a eliminação do manicômio, mas compreendê-lo como um projeto político de ruptura com uma visão científica ideológica sobre a doença mental.

O projeto de reforma na Itália efetuou um corte político decisivo com a instituição psiquiátrica. O papel de todos no manicômio era colocado em questão. Não apenas a psiquiatria como representante do campo de um saber, mas também como dos trabalhadores, desde os enfermeiros até os outros técnicos que faziam parte da construção da realidade do manicômio. “A reforma italiana também sistematizou uma crítica epistemológica ao saber médico

¹² Cabe ressaltar que a Itália é um país com uma menor tradição de estado-nação do que outros países da Europa. Sua unificação aconteceu somente há pouco mais de um século e, até hoje, muitas de suas regiões cultivam dialetos, cultura e uma identidade própria preservando também uma certa autonomia política.

¹³ Basaglia faz uma inversão de cunho linguístico para distinguir a sua prática da experiência inglesa da “comunidade terapêutica”. “Mas não é a comunidade terapêutica enquanto organização estabelecida e definida dentro de novos esquemas, diferentes daqueles da psiquiatria asilar, que irá garantir a eficácia terapêutica de nossa ação, e sim o tipo de relação que irá se instaurar no interior dessa comunidade. Ela se tornará terapêutica na medida em que consiga identificar as dinâmicas de violência e exclusão presentes no instituto tal na sociedade como um todo; criando os pressupostos para uma gradual tomada de consciência dessa violência e dessa exclusão, de modo a que o doente, o enfermeiro e o médico, enquanto elementos constitutivos da comunidade asilar e, ao mesmo tempo, da sociedade global tenham a possibilidade de fazer-lhes frente, dialetizá-las e combatê-las, reconhecendo-as como parte integrante de uma estrutura social particular e não como um dado de fato inelutável” (BASAGLIA, 1969/1985, p. 127).

constituente da psiquiatria” (GOULART, 2007, p. 81), o que deve ser apreendido como um movimento questionador instituído por trabalhadores, ou seja, um movimento que preconizou uma mudança discursiva no tratamento e na prática com os doentes mentais. Esse era o exercício diário da desinstitucionalização, que também trouxe modificações importantes sobre como era percebida a experiência da loucura e do sofrimento humano, inaugurando uma nova perspectiva ética na instituição.

2 MARXISMO: DO TERRITÓRIO ÀS INSTITUIÇÕES

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz.

Karl Marx (1843/2010, p. 151)

O conceito de território extrapola as noções de espaço geográfico e nos ensina que seu uso historicizado pelos cidadãos é o que faz dele matriz da vida social, econômica e política. Milton Santos (2000) estabelece esse conceito de maneira indissociável da discussão dos processos de produção histórica e econômica, discutindo o espaço por meio de um diálogo com uma teoria crítica social, e dos usos dos conceitos marxistas de ideologia e alienação como forças históricas atuantes sobre o território.

Neste capítulo retomamos as relações entre o marxismo e o território com uma discussão mais extensa e incluimos questões que possuem influência determinante sobre o espaço geográfico, dentre elas: (i) a forma do aparelho do Estado e sua constituição e (ii) sua função no modo de produção capitalista. A forma Estado e suas instituições de poder são a principal força política, detentora de um aparato de força e repressão, responsáveis por ampliar e modificar um território. Mas não atua sozinha, possuindo uma estreita ligação às formas históricas de alienação e ideologia, responsáveis por agir no campo das idéias, para com isso legitimar um discurso de dominação sobre o espaço.

Outro argumento que incluimos na discussão desse capítulo é o debate sobre a força dessas formas históricas também nas instituições psiquiátricas asilares, pois sustentamos que os manicômios também são construídos sob um modelo de aparelho repressivo e ideológico de Estado, intimamente ligado às sociedades de modo de produção capitalista.

2.1 Marxismo e território

A teoria marxiana foi capaz de perceber que o funcionamento histórico da sociedade se constituiu ininterruptamente através do conflito material. Esse movimento sempre esteve articulado aos interesses conflitantes entre as classes sociais (a burguesia e o proletariado) a classe burguesa e a classe trabalhadora. Essa estrutura contraditória é fundamental para realizar qualquer análise territorial. Marx, em seu *Manifesto Comunista* nos ensina sobre a importância da compreensão da disputa material entre as classes:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes [...] uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa [...] Nossa época - a época da burguesia - distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado (MARX, 1848/1998, p. 9-10).

Se nos anos 70, os marxistas interpretavam a luta de classes apenas na disputa entre os trabalhadores e empresários – respectivamente proletariado e burguesia – reduzindo essa luta ao chão das fábricas e das indústrias, será através dos estudos de pensadores franceses, como: Manuel Castells¹⁴ e Henri Lefebvre¹⁵ que se passará a pensar a luta de classes no espaço urbano como uma luta urbana, indo além da questão da exploração do chão de fábrica. A contribuição de Henri Lefebvre à Geografia crítica, que é a principal área de desenvolvimento e estudos sobre o território, foi fundamental. Segundo o geógrafo inglês, David Harvey¹⁶, em seu livro: *Cidades Rebeldes*:

Os movimentos revolucionários frequentemente, se não sempre, assumem uma dimensão urbana. [...] Lefebvre faz uma provocação ao pensamento marxista convencional, que nunca concedera ao urbano grande importância na estratégia revolucionária, ainda que mitologizasse a Comuna de Paris como acontecimento central em sua história. [...] Estava sugerindo tacitamente que a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, e não exclusivamente por operários fabris (HARVEY, 2012, p. 16).

Harvey, no texto em destaque, articulado pela perspectiva da geografia crítica, consegue avistar que tanto a exploração como o processo de acumulação do capital atuam para além das lutas operárias de classe contra o capital, mas estavam subjacentes às lutas travadas pelo espaço

¹⁴ Manuel Castells Oliván é Doutor em sociologia pela Universidade de Paris, e professor nas áreas de sociologia, comunicação e planejamento urbano e regional e pesquisador dos efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade em geral. Disponível em:

<https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=10175>. Acesso em 27 mar. 2022.

¹⁵ Filósofo marxista e sociólogo francês. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5633>. Acesso em 27 mar. 2022.

¹⁶ David Harvey é um dos marxistas mais influentes da atualidade, reconhecido internacionalmente por seu trabalho de vanguarda na análise geográfica das dinâmicas do capital. É professor de antropologia da pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York (The City University of New York – CUNY) na qual leciona desde 2001. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/david-harvey/>. Acesso em 27 mar. 2022.

e pela apropriação dos territórios. A dominação territorial é um elemento fundamental para o capitalismo e sua lógica de propriedade privada institui a forma de relação dos indivíduos com o território, produzindo reconfigurações radicais.

Um exemplo na história recente do nosso país de uma dominação territorial sob a influência do capitalismo é o do caso da usina Hidrelétrica de Belo Monte, situada na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no norte do estado do Pará. O projeto dessa usina encontrou forte resistência entre os ambientalistas e outros setores da sociedade, pois desapossava as comunidades indígenas locais do seu modo de produção e existência. Anteriormente à construção dessa usina, esse território não estava estruturado sobre as relações estreitas de propriedade privada, mas ante outras ordens de relações comunitárias.

Apesar da forte resistência, o projeto seguiu e se impôs sobre os habitantes daquele território, a despeito do uso histórico que aquelas populações faziam daquele espaço geográfico, pois o alargamento territorial de uma fronteira de ordem capitalista foi superior em força e interesses. Como consequência, influenciou diretamente a forma como os cidadãos passaram a se relacionar com o território, mantendo outro tipo de relação com este. Os índios que lá viviam foram retirados de suas aldeias e assentamentos e realocados em casas do programa habitacional: “Minha Casa Minha Vida”, uma realidade que foge da materialidade histórica dos povos indígenas, mas que foi imposta a esse território pela lógica capitalista.

Para analisar as formações sócio-espaciais é necessário recorrer às elaborações econômicas sociais da teoria marxiana. Apesar de Marx, ao longo de sua teoria, não tratar exatamente da questão espacial ou mesmo da questão da geografia, as incursões da geografia crítica sobre o marxismo foram fundamentais na elaboração do papel do espaço e da produção capitalista, ampliando a explicação da sociedade elaborada por Marx.

Não é desconhecido o alcance crítico da obra marxiana e o quanto sua leitura sobre os processos da história são adequados aos impasses da humanidade e fundamentalmente do nosso tempo presente. Quando se dedicou a examinar o capital, Marx analisou como a forma mercadoria se capilarizava além dos produtos, passando também a determinar as relações sociais, desmascarando assim a pretensa normalidade que revestiam os fenômenos mais inocentes ou os mais contraditórios da nascente sociedade moderna burguesa. Para Marx: "O capital não é outra coisa, senão uma relação social entre as pessoas, relação que se estabelece por mediação das coisas [...] O capital é uma relação social de produção" (MARX, 1867/2017, p. 219). Graças ao seu aprofundamento teórico e seu exame sobre a conjuntura política e social, Marx e Engels estabeleceram as bases de uma prática e ação revolucionária.

Durante mais de 15 anos, Marx estudou com afinco grandes economistas de sua época, dentre eles: David Ricardo e Adam Smith. Através desse estudo, pode perceber as contradições fundantes do capitalismo e como essas eram encobertas e justificadas, influenciando até mesmo a realidade de um sistema social, apresentando-o de maneira invertida, formando uma visão hegemônica e unilateral da economia. Para Grespan (2020, p. 13), “A Crítica de Marx ao capitalismo explica essas inversões como próprias de uma situação histórica peculiar e contraditória, na qual a exploração da força de trabalho pelo capital adquire sempre novas conformações para continuar existindo”.

Para que o capital exerça seu poder, somente poderá fazê-lo através do aparato do Estado, que é o detentor do mecanismo militar, industrial e político para ampliar fronteiras e submeter todo tipo de resistência ao processo de dominação capitalista. Esse é um *modus operandi* importante para manter sob controle e subjugo, por exemplo, um território, para que assim seja possível espoliar e extrair os ativos territoriais através da repressão.

No que diz respeito à economia política, o território possui um papel fundamental, pois o espaço geográfico urbano é indissociável dos processos de produção econômica e de acumulação de capital. Em decorrência disso, historicamente, é nesse espaço que se apresentam as mais variadas formas de exercícios de poder e, também, se desenvolvem as lutas de classes, como resposta sócio histórica aos mais variados modos de produção econômica e diligência de poder, principalmente através do Estado. Para o estudo desse aparelho, destinamos um exame pormenorizado de sua influência determinante sobre o território, a partir da teoria marxiana, que é um saber fundamental para nos ajudar a entender a relação interna entre a forma estatal e o capital.

2.2 O aparelho do estado e sua influência sobre o território: uma leitura a partir de Marx

Ao se dedicar a descrever e explicar uma teoria crítica do capitalismo, Marx conseguiu revelar a contradição profunda inerente a esse sistema. Para tanto, iniciou sua crítica dedicando-se ao estudo da dialética de Hegel, que consistia em um método com um caráter idealista, de modo que o aspecto positivo ocultava-se por trás dos acontecimentos negativos da história, predominando e promovendo uma revelação com enorme poder consolador. Hegel acreditava que as contradições profundas da sociedade civil poderiam ser resolvidas no âmbito do Estado. Na concepção política de Hegel, havia um idealismo de igualdade jurídica que preconizava

encobrir o problema da desigualdade social, sem considerar as influências políticas e econômicas sobre o aparelho de Estado. Marx, quando inicia seus estudos, rompe teoricamente com a tradição idealista sustentada e defendida por Hegel, que até aquela época, buscavam explicar a sociedade e suas contradições. "Meu Método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto" (MARX, 1867/2013, p. 78). Segundo Jinkings:

Marx e Engels iniciaram suas reflexões pela filosofia porque, para os intelectuais alemães da época, o maior desafio era decifrar o enigma da obra hegeliana. Esse acerto de contas passou pela filosofia do direito e pela filosofia do Estado, até chegar ao que chamaram de 'Anatomia da sociedade civil', no seio da qual jazia a luta de classes (JINKINGS, 2015, p. 8).

Mediante a compreensão idealista da dialética hegeliana, Marx pode desvendar as contradições e estratégias adotadas pelo capitalismo para encobrir sua antinomia. Para Williams (2007, p. 142): "Apenas mais tarde, no marxismo, que o sentido de dialética passou a indicar uma unificação progressiva por meio da contradição de opostos, o que Engels chamou de materialismo dialético".

A disposição do termo "dialética" no pensamento marxista ou das noções de leis dialéticas decorrem da necessidade de conservar as interações de forças contraditórias opostas. Na versão materialista proposta por Marx, os polos negativos e positivos apresentam-se invertidos e, até mesmo, os aspectos que poderiam parecer positivos para o capital, como a acumulação e o lucro, apresentam a sua negatividade interna nas crises econômicas e políticas, que sempre se sucedem e retomam o mesmo ponto contraditório. De acordo com Grespan, "a dialética é a forma capaz de reproduzir o movimento contraditório pelo qual os fenômenos aparecem como um inverso do que são em sua essência" (GRESPLAN, 2021, p. 10).

Apesar de Marx reconhecer o mérito das articulações hegelianas, ele argumentava que a resolução das desigualdades, no domínio do Estado, seria uma tarefa impossível, pois conciliar os interesses públicos e particulares era uma tentativa política idílica. A afirmação justificar-se-ia porque o Estado tem como condição ser representante dos proprietários privados e não é um poder capacitado em eliminar a raiz da desigualdade social. De acordo com Grespan (2021, p. 78): "Em vez de conceber o Estado como uma instituição neutra, criada para harmonizar conflitos, Marx concebeu-o basicamente como um instrumento de poder da classe dominante.". A percepção dessa contradição, por Marx, foi alvo de suas críticas. Em seu livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx afirma que:

As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas relações materiais de existência [...] A anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1859/2008, p. 47).

Um momento essencial da acumulação primitiva de capital para a burguesia nascente, era o fato de que não podia prescindir da intervenção constante do Estado, que se manifestava pelo uso da força; que delimitava jornadas de trabalho extenuantes; regulamentava os salários e conservavam o trabalhador em uma dependência esmagadora sobre o jugo do salário e de um terrorismo através das leis contra a classe dos operários.

Em *O capital*, Marx nos relembra um episódio do princípio da Revolução Francesa, em que a burguesia se atreveu a despojar a classe trabalhadora do direito de associação, que ela acabava de conquistar através de uma lei, de 14 de junho de 1791: “se consignou que todo o acordo tomado pelos trabalhadores para defesa dos seus interesses comuns fosse declarado ‘atentatório à liberdade e à declaração dos direitos do homem’, e castigado com multa e privação dos direitos de cidadão” (MARX, 1867/2017, p. 211).

A análise política de Marx fez com que a dinâmica entre as condições materiais da vida e as relações sociais tivessem influência fundamental nas possibilidades de transformação dos grupos sociais, em suas alianças ou conflitos. Muito distante do que afirmam seus ideólogos na sociedade burguesa capitalista, que prima pela imagem do indivíduo livre, Marx nos adverte sobre o quanto o pensamento e a ação estão condicionados às amarras sociais e às instituições políticas.

O Estado não representa os interesses coletivos, como acreditava Hegel, ele é a raiz da contradição de classe e da manutenção da propriedade privada. Por ser uma consequência do antagonismo entre as classes, o Estado nasce da necessidade de ter esses antagonismos reprimidos e exercita essa repressão através da violência. Esses processos violentos, artífices fundamentais desde o princípio, anterior ao capital, foram descobertos por Marx, através do seu método de investigação de acumulação primitiva que o levou a concluir que: no capitalismo “a força é um agente econômico” (MARX, 1867/ 2017, p. 214).

A sociedade capitalista burguesa necessita de uma estrutura política para o exercício do seu poder. Por isso, a forma do Estado é uma forma necessária ao capitalismo. Na compreensão de Marx, de acordo com Mascaro: “Não foi o Estado que criou a sociedade, e sim que ele é resultante de determinada estrutura social. Foi o capitalismo, na verdade, que estruturou essa forma política específica.” (MASCARO, 2015, p.20)

Mas qual a diferença do modelo de Estado no feudalismo, por exemplo? Nesse sistema, a burguesia estava fora do poder do Estado e o monarca era o soberano, que exercia o seu poder de acordo com a sua vontade. Esse poder era absoluto e inquestionável aquela época. A burguesia se opunha a isso, afirmando que o estado não era a razão, não era a justiça. Naquela época, a burguesia ainda era nascente - século XVII e XVIII – e se opunha ao rei, à nobreza, ao absolutismo e aos privilégios exercidos por eles, defendendo que era preciso que se pensasse em princípios universais. Esses princípios diziam respeito à defesa da propriedade privada, da autonomia da vontade e da igualdade fundada perante a lei. Esse era o curso das idéias que estavam no horizonte da burguesia. No entanto, a História nos mostra que, os interesses burgueses, cursaram outro destino. Segundo Mascaro:

A burguesia tomou o poder dos Estados - o Marco exemplar dessa transição é a Revolução Francesa - e deixou de lado a própria filosofia que vinha afirmando. A partir desse momento, defendeu que o que se determinasse pelo Estado era a razão. Começa o juspositivismo. Claro, para isso, houve uma desculpa filosófica, muito esfarrapada, de que a razão individual seria transplantada para o Estado, se tornaria racional (MASCARO, 2015, p. 15).

É nesse momento da história que também surge a figura de Hegel como grande filósofo político do período da burguesia no poder. Nesse período, a burguesia passou a governar o Estado e afirmava que, a partir daquele momento, o Estado representava a razão para todos. Marx discorda inteiramente e rebatia essa ideia, mas, ao mesmo tempo, também sabia que o problema não estava e não era o Estado, mas sim o sistema capitalista que dividia a sociedade em classes. O formalismo jurídico individualista, que prega a igualdade de todos perante a lei, na verdade, não apenas não permite ver as divisões de classes que estruturam a sociedade, mas mascara as contradições desse sistema.

No modo de produção feudal, que corresponde à Idade Média, não havia um Estado, mas havia o poder do senhor feudal que exercia o seu mandato diretamente, vinculando o poder político e econômico. O Estado somente irá existir dentro da lógica capitalista, sendo um aparato fundamental para a manutenção da ordem e da exploração existentes.

O Estado é também um artífice fundamental para a manutenção ou violação de qualquer território. Aprendemos com o marxismo que, devido a relação intrínseca entre o capital e a forma do Estado, este é um agente de força econômica que, por sua própria razão de existir, está sempre a serviço do capital, tornando-se um determinante fundamental no que diz respeito a realidade material e histórica de um território. No entanto, para galgar a sua existência, o Estado não o faz apenas pelo uso da força repressiva, pois não seria sustentável a sua existência

apenas no campo da violência. É preciso, por esse motivo, exercer o domínio pelo campo das ideias, inclusive. Mas sobre qual lógica se constrói e se legitima a articulação entre esse tipo de poder e quais consequências isso tem para o território?

2.3 O domínio e o exercício do poder no campo das ideias: ideologia e território

O mundo moderno nasceu da cisão fundamental entre propriedade e trabalho. Esse momento histórico em que o trabalho manufaturado e a propriedade dos meios de produção são separados e que a maioria da população, despossuída dos meios de produção, viu-se obrigada a vender a única coisa que possuía, a sua força de trabalho. é descrito por Marx como: acumulação primitiva de capital.

O servo no feudalismo¹⁷ tinha a possibilidade de reproduzir a sua própria vida, além de trabalhar para o senhor feudal ele tinha acesso ao bem comum, mas na passagem para o capitalismo efetua-se uma perda e aquele acesso, antes possível, é espoliado pelo capitalista para a exploração. Isso teve como efeito, a migração em massa dos camponeses para as cidades, possuidores apenas de sua força de trabalho para vender ao capitalista por meio de um salário.

A história da propriedade privada dos meios de produção demonstra que sua existência, nem sempre foi natural e verdadeira, essa forma de propriedade estabeleceu-se ao longo dos séculos XV e XVII, estimulada pela crescente distribuição dos meios de produção em poucas mãos. O prelúdio dessa história, segundo Marx, é:

O resultado de uma luta vitoriosa contra o poder senhorial com seus irritantes privilégios no regime dos grêmios pelos entraves que opunha ao livre

¹⁷ O Feudalismo é um modo de produção que tem seu início na Idade Média. Após a expansão territorial do grande império romano, que organizava a sua economia através do escravismo, cada vez mais se requisitavam pessoas para se escravizar e, assim, sustentar aquele sistema econômico. Naquela época, um indivíduo tornava-se escravo para pagar uma dívida ou como espólio de guerra. Segundo a historiadora Kalina Vanderlei Silva (2005), com a escassez de mão-de-obra escrava para a manutenção dos grandes latifúndios, foi necessário pensar em maneiras de garantir o aumento da produtividade e a reprodução de mão-de-obra; a partir disso, iniciou-se uma distribuição de lotes de terra aos escravos, onde estes poderiam assentar-se e constituir família, mas também responsabilizar-se por uma produção, que deveria destinar uma pequena parcela à manutenção do próprio servo e o restante seria convertido para o benefício do senhor. Nesse momento, instalava-se o regime conhecido como “colonato”, o qual muda a relação dos senhores de terra com os escravos, uma vez que os senhores de terra deixavam de consumir a mão-de-obra escrava, passando a doar pequenos pedaços de terra para seus escravos ou camponeses livres, estabelecendo um vínculo vitalício entre o camponês e o senhor feudal. É importante destacar que, conceitualmente, os servos no feudalismo não eram escravos porque eles não pertenciam aos seus senhores; a relação dos servos era com a terra, com o seu modo de produção. A posse e o uso da terra eram o elemento central dessa economia de base agrária, formada em seu seio por camponeses e trabalhadores de terras. Posteriormente, com o crescimento das trocas comerciais, inicia-se o declínio do feudalismo.

desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. O progresso consistiu em variar a forma da exploração; a exploração feudal converteu-se em exploração capitalista (MARX, 1867/2017, p. 211).

Se no modo de produção feudalista havia um vínculo pessoal e compulsório com o senhor feudal, com a instituição do capitalismo, os trabalhadores deixaram a sua condição servil e, do seu desligamento e expropriação dos meios de trabalho, passaram a ser livres do ponto de vista jurídico. Mas a liberdade deles é submetida à venda de sua força de trabalho. Quando o senhor deixou de ser o responsável direto pela sobrevivência do servo, essa separação levou a uma desigualdade social profunda, pois transformou a força de trabalho em uma mercadoria negociável. A esse processo histórico, que determina não apenas o fundamento do sistema capitalista como, por conseguinte, toda uma forma de sociabilidade, denominamos como alienação. De acordo com o Williams:

Marx vê o processo como a história do trabalho, em que o homem cria a si mesmo ao criar seu mundo, mas na sociedade de classes é alienado dessa natureza essencial por formas específicas de alienação na divisão do trabalho, na propriedade privada e no modo capitalista de produção, no qual o trabalhador perde tanto o produto de seu trabalho como o sentido de sua própria atividade produtiva, em consequência da expropriação de ambos pelo capital (WILLIAMS, 2007, p. 54).

Desde a juventude, Marx já entendia que a civilização capitalista despoja o trabalhador dos meios de produção e de suas condições. Subtraído desses requisitos, o trabalhador não se reconhece mais no objeto que produziu, pois não se reconhece como parte desse processo, uma vez que não possui os meios de produção. Esse processo de alienação é de força motriz ao capitalismo como sistema.

Marx, em sua obra, nos ensina que o poder do capital é baseado justamente no poder de excluir o trabalhador da propriedade dos meios de produção e consequentemente do comando sobre as metamorfoses sociais. O trabalhador que não é proprietário dos meios de produção atua dentro das condições que lhes são impostas. Essa condição específica do capital apresenta-se pela alienação como forma social histórica que se institui como a produção do mundo em condições alheias ao trabalhador, espalhando-se por todas as demais relações sociais.

O grande equívoco, da compreensão de Hegel, foi a compreensão idealista do trabalhador como livre proprietário de sua força de trabalho e com condições de igualdade jurídicas para com o seu empregador, equiparando essas forças no plano jurídico e social por meio de um contrato de trabalho. Marx consegue reconhecer que o equívoco cometido por Hegel e os teóricos burgueses decorre do próprio modo de vida capitalista e a sua forma de sociabilidade. Isso porque a perda da propriedade dos meios de produção pelo trabalhador

estabelece também outras perdas de controle sobre outras condições sociais. Em “*A ideologia alemã*”, Marx afirma:

Confronta-se com essas forças produtivas a maioria dos indivíduos, dos quais essas forças se separam e que, por isso, privados de todo o conteúdo real de vida, se tornaram indivíduos abstratos, mas que somente assim são colocados em condições de estabelecer relações uns com os outros na qualidade de indivíduos (MARX; ENGELS, 1867/2007, p. 72).

A alienação é uma operação que institui uma perda da propriedade do trabalhador em se apossar do produto de seu trabalho. Essa operação social sozinha não se sustenta, pois a violência de sua forma, ao despossuir o trabalhador de seu modo de produção, deixando-o à margem de sua existência, deslegitimaria a sua continuidade e existência. Para tanto, sua instituição e permanência só se torna possível se for sustentada, do mesmo modo, no campo das idéias, sendo exequível através da interpelação da ideologia.

A ideologia tem como função reconhecer como verdadeiro, no campo das ideias, o estado de coisas proporcionados pela alienação, construindo nesse campo justificativas que legitimam esse processo, tendo por função mascarar as contradições e desigualdades profundas do capital.

As ideias dominantes de uma época são sempre a expressão das relações materiais dominantes e essas associações são apreendidas como ideais. Não conseguimos perceber esse processo, porque estamos sob o efeito da ideologia capitalista, que, por conveniência, nos oferece uma versão invertida da realidade e os motivos pelos quais se impulsionam esse desconhecimento na consciência dos indivíduos e permanecem desconhecidos por eles, pois, do contrário, não seria de nenhuma forma um processo ideológico.

Contudo, devemos ser cautelosos em relação à ideologia, isso porque uma outra versão da realidade não significa afirmar que existe uma realidade ilusória ou algum aspecto de falsa consciência. Se existe a ideologia burguesa, também existe a ideologia proletária. Em todo caso, a ideologia é sempre um sistema de ideias apropriado a cada classe. Em “*A ideologia alemã*”, Marx e Engels esclarecem o modo como a ideologia é um elemento decisivo na luta de classe:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual [...]. Os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo (MARX; ENGELS, 1867/2009, p. 47).

Marx compreendeu que a distribuição da propriedade privada e dos meios de produção condicionam as formas de consciência, política, religiosa e artística. Embora não de maneira

absoluta ou definitiva, a percepção desses determinantes era fundamental, tornando-se um meio de exercício de poder e dominação também efetivo. A vantagem e superioridade do uso desses aparelhos ideológicos é que, muitas vezes, dispensam o uso da força.

Quando pensamos no território, a concepção marxista de ideologia é fundamental, pois qualquer processo de dominação pode ser feito por forças repressivas, todavia, nunca sem um discurso ideológico que sustente suas ações de dominação. Sem essa legitimação ideológica não é possível qualquer processo de arbítrio e mudança estrutural. Por esses motivos, a concepção marxista de ideologia, presente no conceito de território, é importante para entendermos como esse aspecto torna-se constitutivo na formação do que é a realidade e como exerce poder no território.

A influência decisiva dos processos de ideologia e alienação pode ser observada em um importante fato da história recente da América Latina na implementação dos regimes ditatoriais. Após suportar a Revolução Socialista Cubana e a eleição democrática de um presidente marxista no Chile¹⁸, os Estados Unidos se armaram para tomar, sorrateiramente, o que Henry Kissinger¹⁹ chamava de “quintal” dos Estados Unidos, adotando táticas que originaram ou contribuíram para golpes militares em vários países na América Latina. Segundo Allende (1976, p. 8), “essa era uma estratégia concebida em Washington e imposta aos povos latino-americanos pelas forças econômicas e políticas da direita. Em todas as circunstâncias os militares agiam como mercenários dos grupos privilegiados que exerciam o poder”. Esses golpes garantiram, pela repressão, um sistema ideológico de lógica capitalista. Esse sistema foi sustentado por anos, não apenas pelas autoridades, mas também com o uso da tecnologia da informação ou pelos aparelhos ideológicos do estado.

O território latino americano sempre foi composto de reservas minerais e ambientais, que interessavam ao capital estrangeiro, e o governo norte-americano ao financiar os regimes ditatoriais, o que acarretou um assalto às riquezas do território latino, em detrimento do benefício das populações locais que tiveram de se adaptar à devastação dos seus recursos e à imposição de empresas estrangeiras. A este respeito, o uruguaio Eduardo Galeano (1976) nos ensina que os golpes militares orquestrados pelas classes dominantes da América Latina alinhavam os seus interesses em nome do capital, entendendo a mendicância como a única forma possível de fazer política internacional.

¹⁸ Salvador Guillermo Allende Gossens governou o Chile entre os anos de 1970 até 1973. Allende foi um médico e político social-democrata chileno e membro fundador do Partido Socialista chileno.

¹⁹ Foi assessor de Segurança Nacional, Secretário de Estado dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford e aconselhou muitos outros presidentes em assuntos de política internacional.

O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo [...] A história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo (GALEANO, 1976, p. 18).

As consequências desse fato histórico podem ser observadas, por exemplo, na alienação da população em relação às causas e aos efeitos dos golpes militares em suas vidas, sendo tudo isso sustentado por um discurso ideológico ao qual suplantou a ideia de que existe uma desigualdade social e que se necessita de uma organização social para questioná-la e combatê-la.

A concepção de Milton Santos sobre o território diz respeito a admitir que um discurso ideológico enxerta consequências e é capaz de gerar um lugar de exclusão aos sujeitos habitantes de um território, causando-lhes sofrimento de toda ordem. Assim ocorre o mesmo com cada mudança política no mundo, de modo que esta institui uma forma de pensar, definindo um diferente impacto sobre a sociedade.

A mídia de informação de massa tem uma responsabilidade fundamental na veiculação de uma certa perversão dos conceitos. Uma vez viabilizando em certa alienação, substitui o debate civilizatório pelo discurso único de mercado e é por esse viés que o capital se utiliza da informação globalizada, causando um impacto sobre a nossa vida democrática, substituindo a democracia plena por uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário. “Estas são as razões pelas quais a vida normal de todos os dias está sujeita a uma violência estrutural que, aliás, é a mãe de todas as outras violências” (SANTOS, 2000, p. 61).

Quando Marx se dedica à construção da ideologia como algo que faz parte das suas teorizações, faz isso buscando saber qual a relação entre o âmbito ideal - ideias, valores, juízos e representações - que corresponde à consciência social de uma época e como esse ideal mantém relação com a sociedade na qual se insere.

A produção de ideias e representações da consciência está, em primeira linha, intimamente ligada à atividade material ao comércio dos homens, é a linguagem da vida real. A representação, o pensamento e o comércio espiritual dos homens aparece, ainda aqui, como decorrência direta de sua conduta material (MARX; ENGELS, 1932/2009, p. 306).

Os estudos criteriosos e determinados de Marx fizeram com que a partir da análise da sociedade burguesa ele descobrisse a estrutura e a dinâmica desse sistema. Em termos de desenvolvimento de teoria, esse estudo prestou uma modalidade peculiar de conhecimento e

proporcionou a construção do socialismo científico, colocou sua obra a serviço da causa dos trabalhadores e da revolução socialista. “Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer o exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites” (NETTO, 2011, p. 18). Em seu livro *A miséria da filosofia*, Marx disserta sobre as condições e compreensão do seu método:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas [...] alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais [...]. Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais (MARX, 1847/2009, p. 125-126).

Marx determinou com sua pesquisa um método de investigação, que forjou ao estudar a forma histórica de produção material: a produção capitalista moderna, delimitando a sociedade burguesa da época como seu objeto de pesquisa. Segundo José Paulo Netto “uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, tem que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (NETTO, 2011, p. 40).

A descoberta por Marx das condições da gênese histórica, não determinam de maneira profética o desenvolvimento de qualquer categoria analítica. Para tanto é fundamental em qualquer análise ir além da gênese e desenvolvimento de um objeto, é necessário a análise da estrutura e função da organização do tempo presente.

O método investigativo, desenvolvido por Marx, conseguiu descobrir a estrutura e a dinâmica real do capital extraindo efetivamente a sua lógica e apresentando não apenas uma nova perspectiva da História, que destacava o exame das relações materiais na vida, na produção e na reprodução das condições sociais, mas que era determinante em rastrear e combater a idealização jurídico-política na esfera do Estado. Para Engels (1892/2020, p. 73): “Essas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista por meio da mais-valia devemos a Marx”. Esse método é fundamental para distinguir o socialismo utópico do socialismo científico, e indispensável na análise das contradições mascaradas pela ideologia e pelo Estado.

Nesse sentido, é o materialismo moderno, que tem a tarefa de descobrir as leis do desenvolvimento, o estudo e a concepção da História. Por meio do método materialista histórico-dialético foi possível a compreensão do processo que resultou na formulação do conceito de superestruturas, a partir da observação de que a estrutura econômica da sociedade é o que sempre forma a base real das superestruturas das instituições políticas, jurídicas, assim como também das concepções de ideias de um determinado tempo histórico.

No bojo das considerações teóricas marxistas sobre o Estado como aparelho repressivo e ideológico, que exerce o seu poder, através de suas instituições, nos questionamos se não é pertinente considerar os manicômios também como um aparato que sincretiza ideologia e repressão. Essa inferência é importante, inclusive, para entender a necessidade de se pensar uma reforma territorial. Pois, se as reformas italiana e brasileira conseguiram romper com as instituições manicomiais, não será justamente pela leitura dos determinantes ideológicos e repressivos também nessas instituições?

A Geografia crítica nos ensinou a pensar a luta de classes não apenas nas instituições ou no chão das fábricas, mas ocupando e modificando o espaço e cotidiano urbano, atingindo diretamente os habitantes de um território. Essa é uma condição importante na Reforma Psiquiátrica brasileira, pois nos lembra que, a despeito dos manicômios, as mesmas forças que regem essas instituições seguem exercendo o seu arbítrio também no território. Daí a necessidade de entender o lugar das instituições e do território através da teoria marxiana, que, enquanto método, nos elucida o lugar dessas corporações na sociedade de economia capitalista.

2.4 Instituições psiquiátricas: repressão e ideologia

Um filósofo contemporâneo, felizmente não psiquiatra, enunciou uma frase que acredito ter para nós certo interesse: “Se você quiser se aprofundar na estrutura de determinado país, é preciso visitar os seus hospitais psiquiátricos”.

Frantz Fanon (1952, p. 261)

Marx concebeu em seus estudos que a sociedade se estruturava e se constituía por duas instâncias: a infraestrutura, que corresponde à base econômica, às forças produtivas e às relações de produção; e a superestrutura, que apresenta dois níveis: o nível jurídico-político que corresponde ao direito e o Estado, e o nível ideológico que corresponde às diferentes ideologias: religiosa, ética, legal, política e etc. E, em última instância, a principal determinação é a base econômica. Para Althusser (1970/1994, p. 111): “O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar sua dominação sobre a classe trabalhadora, submetendo esta última ao processo de extorsão da mais-valia”.

O marxismo nos ajuda a analisar o Estado como um aparelho especializado no sentido estrito, que oferece consistência às exigências da prática jurídica, realizando o seu poder e

interesses de classe através das instituições repressivas, como a polícia, os manicômios, asilos, escolas e os tribunais. O Estado executa e intervém sempre de forma repressora a serviço das classes dominantes, por isso, na luta de classes possui uma função fundamental. Entender o Estado, como um estado de classe, nos ajuda a compreender também a função das instituições repressivas que compõem esse aparato. Para Althusser (1970/1994, p. 121): “Todos os aparelhos ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada qual contribui para esse resultado único da maneira que lhe é própria”.

Se ideologia e repressão são formas de exercício do poder e podemos acompanhar esse dinamismo, por exemplo, em inúmeras instituições do Estado — desde a igreja até o exército — que são fundamentais para assegurar a sujeição a qualquer sistema. Logo, não será possível, também, pensarmos o uso das instituições manicomialis como um aparelho repressivo e ideológico de Estado? Uma vez que essas instituições possuem o seu jugo construído através da repressão e utilizam o discurso psiquiátrico como peça ideológica fundamental? Pode a dimensão institucional dos manicômios ser pensada como um reflexo direto do nosso sistema produtivo?

Historicamente, o saber psiquiátrico também respondeu às demandas do Estado para lidar com indivíduos que, além de estarem adoecidos em sua condição, eram economicamente improdutivos. Para Foucault (1975/2015, p. 196): “Essa grande transformação nos procedimentos de saber acompanha as mutações essenciais das sociedades ocidentais: emergência de um poder político sob a forma do Estado, expansão das relações mercantis à escala do globo”. Ideologicamente a necessidade de segregar essa parcela improdutiva com a ideia de que isto faria parte do tratamento, acabou tendo como destino o descaso, o esquecimento e a violência da exclusão. Enquanto os trabalhadores dessas instituições eram reduzidos à força de trabalho que se encontravam alienados desse processo de reprodução das condições materiais da lógica manicomial. E, como efeito disso, não se reconheciam como parte desse processo, apenas reproduzindo suas ações como um mal necessário, as ações são exercidas apenas para o ganho do salário.

O poder também juntar-se-á em práticas sociais que visam ao corpo, indo além de uma relação com um objeto científico, mas também, aprisionando-os em determinações oriundas de relações de poder/saber. Esse poder que se exerce sobre o corpo dos indivíduos institucionalizados incide na criação de uma natureza dócil e controlável, fácil de ser submetida a qualquer processo de produção ou exploração. Segundo Foucault (1975/2015), em relação às grandes iniciativas de reformas psiquiátricas que ocorreram no mundo, um dos principais

aspectos em discussão era muito mais do que o exercício da psiquiatria: “Todas as grandes reformas, não só da prática psiquiátrica, mas do pensamento psiquiátrico, se situam em torno dessa relação de poder” (FOUCAULT, 1975/2015, p. 206). Se as instituições manicomiais sobreviveram até hoje, dentre os inúmeros motivos, é sem dúvida, pela capacidade de reproduzir as relações sociais dominantes e porque, em um ambiente institucional, o poder se institui como verdade da doença, como nos diz Benelli e Costa-Rosa (2003, p. 37): “As relações de poder que constituem a realidade institucional tendem a ser mascaradas, os conflitos e lutas são tomados como distúrbios psíquicos do indivíduo, sendo reduzidos a problemas individuais”.

O caminho sinuoso das instituições manicomiais entre a violência e a ideologia está inserido em um processo histórico, com determinantes em cada período. Desde o período da Idade Média, quando nem mesmo a medicina era uma prática hospitalar e o hospital que, de início era uma instituição de assistência aos pobres, tornou-se um lugar de internamento onde se abrigavam os doentes, loucos, prostitutas e devassos. Todos aqueles que de alguma maneira, incomodavam a ideologia moral vigente na sociedade da época, carregando consigo, desde o início, o germe de uma instituição de separação e de exclusão.

O pobre como o pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por essas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna [...] O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo (FOUCAULT, 1974/2015, p. 174).

Essa organização, que foi instituída ainda no século XVII, começou, também, a responder à necessidade do sistema de produção vigente na época: o mercantilismo. Esse sistema demandou a separação do hospital em hospitais marítimos e militares. Os hospitais marítimos serviam ao controle no momento do desembarque, visto que alguns traficantes faziam-se de doentes e desembarcavam com objetos roubados das embarcações ou subtraídos do controle alfandegário. Enquanto os hospitais militares tinham como função o socorro aos soldados que batalhavam pelos novos Estados-nação e do controle de fugas dos soldados, que eram peças de investimento do Estado e sua perda acarretava em prejuízo.

O hospital geral era uma instituição de caridade, mas exibia aspectos coercitivos inegáveis, como aprisionamento forçado e trabalho obrigatório para os pobres inválidos. Ele tinha por função acolher indistintamente todos os errantes: mendigos, idosos, crianças, sarnentos, epiléticos, venéreos, loucos, enfermos em geral. Os mendigos inválidos tornavam-se moradores. Os mendigos válidos eram estimulados ao trabalho e ao sustento próprio. Os internos passavam os dias envolvidos em atividades de trabalho e práticas religiosas, como orações, leituras de textos cristãos e missas. Com o tempo, o internamento se tornou maciço e as mais variadas figuras da exclusão social foram recolhidas a hospitais gerais (TEIXEIRA, 2019, p. 541).

Ainda no século XVII, a Europa passava por uma crise econômica que tinha uma forte desorganização social como consequência, à qual o rei respondia de maneira autoritária como monarca absolutista, instituindo o hospital como um enclausuramento asilar²⁰, transformando-o em um lugar de confinamento daqueles que haviam se tornado indesejáveis aos olhos da burguesia e do rei, dentre eles: os desempregados, os mendigos e as prostitutas.

O hospital geral tinha por função o recolhimento e o acolhimento indistinto de todos aqueles determinados como errantes, dentre eles, os loucos. Esse é o período, intitulado por Foucault (1989) de “a grande internação”. Os hospitais gerais foram criados conjuntamente com a intendência geral de polícia, como uma tentativa do poder real de responder a desordem social da época. “A estratégia de internação dos excluídos sociais conjugou ação punitiva e fiscalizadora do Estado a um ideal de caridade religiosa” (TEIXEIRA, 2019, p. 542). Mas a partir da revolução francesa o papel do hospital geral passa a ser duramente questionado. Nesse período, instituiu-se uma reforma no mandato do hospital geral de Paris, símbolo do aprisionamento abusivo e a maior parte dos seus internos foi libertada.

No período da eclosão da Revolução Francesa (1789), foi também o momento histórico da construção e promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que viria a garantir um contrato social e a livre circulação de pessoas e mercadorias, refletindo assim sobre a responsabilidade e os limites da liberdade.

Será na efervescência do campo político instituído pela Revolução que irá despontar o modelo assistencial desenvolvido por Philippe Pinel (1784), que tornou o tratamento revolucionário ao implementar os ideais da revolução francesa sobre os direitos do homem para dentro do hospital, o que lhe possibilitou a imagem histórica daquele que retirou as correntes dos loucos. Em 1791, Pinel foi nomeado médico-chefe de Bicêtre, unidade do Hospital Geral de Paris, sendo responsável pela reorganização do espaço institucional, pela aplicação da sua abordagem do tratamento moral para os alienados e as medidas de cunho humanitário. Posteriormente, Pinel continuou a sua prática no Hospital Parisiense Salpêtrière, em 1795.

Tirar as correntes do alienados presos nas celas é abrir-lhes o domínio de uma liberdade que será ao mesmo tempo o de uma verificação; é permitir que apareçam numa objetividade que não mais será ocultada nem nas perseguições, nem nos

²⁰ O edito real que fez nascer o Hospital Geral é retomado por Manuel Desviat em seu livro *A reforma psiquiátrica*: “A todas as pessoas de qualquer sexo, procedência e idade, aos válidos e inválidos, aos enfermos ou convalescentes, aos curáveis ou incuráveis, de mendigar no centro da cidade e nos bairros de Paris, nas igrejas ou em suas portas, às portas das casas, nas ruas e em qualquer outro lugar, publicamente ou em segredo, de dia ou de noite (...), sob a pena do açoite, na primeira vez; e na segunda, irão para as galeras os que forem homens ou meninos, e as mulheres e meninas serão desterrados (27 de abril de 1656)” (DESVIAT, 1999, p. 15).

furores que lhes correspondem; é constituir um campo asilar puro, Tal como era definido por Cabanis e que a Convenção, por razões políticas, desejava ver estabelecido (FOUCAULT, 1984, p. 466).

O alienismo consolida-se como especialidade médica no contexto histórico da França pós-revolução e nasce com a incubência de tratar a população de loucos, o que significava um tratamento possível para aqueles que, até então, eram vistos como irrecuperáveis. “Num único e mesmo movimento, o asilo, nas mãos de Pinel, se torna um instrumento de uniformização moral e denúncia social” (FOUCAULT, 1984, p. 488). Constrói-se assim a ideia de uma internação específica para tratamento dos alienados, com a direção da instituição entregue a um alienista, reunindo, assim, em uma mesma figura, o benfeitor humanitário e o avanço técnico-científico. Nasce assim o manicômio, que se tornou “o lugar para observar, classificar, tratar e recuperar, isolar e reprimir estes indivíduos, em nome da ciência e da filantropia” (TEIXEIRA, 2019, p. 546).

A aniquilação de qualquer indivíduo que incomodasse já não podia mais ser tolerada, e o novo desenvolvimento econômico e social não permitiu mais a privação da liberdade sem garantias jurídicas, delimitando assim a reclusão dos alienados apenas se houvesse um objetivo terapêutico indispensável ao doente. Sobre esse período, Desviat (1999, p. 17) afirma que “a loucura separou-se do campo geral da exclusão para se converter em uma entidade clínica que era preciso descrever, mas também atender em termos médicos, buscando sua cura”.

Ao mesmo tempo em que a loucura foi alçada ao posto de figura clínica que necessitava de estudo e especialização médica para descrevê-la e tratá-la, a sociedade civil caracteriza o louco como supostamente irresponsável por sua conduta e alguém que escapava a pura imposição da lei, nesse momento a psiquiatria se insere em uma nova ordem social, firmando uma aliança nefasta entre psiquiatria e direito que se perpetuou por um longo tempo na história da psiquiatria. Esse é o princípio no qual se sedimentou o manicômio como instituição que embarçava a dimensão social e repressiva com uma dimensão política e ideológica, que se perpetuou até os primeiros movimentos de reforma psiquiátrica no pós-segunda guerra.

Nossa hipótese é a de que leitura materialista histórico-dialética de Basaglia, ofereceu-nos recursos metodológicos de análise conjuntural das instituições manicomiais que culminaram, inclusive, nos desdobramentos de rompimento com as instituições de aprisionamento, quando observada a influência do autor de forma diacrônica. Prescindir do manicômio, como principal política de uma reforma psiquiátrica, só foi possível por se conseguir compreender o lugar ideológico que ocupavam as instituições de aprisionamento e violência para os alienados.

A partir dessa lógica, podemos inferir que a dimensão institucional dos manicômios é também um reflexo direto de um sistema produtivo e suas condições históricas. Pois sob a vigência do modo de produção capitalista, as instituições reproduzem a sua lógica de produção e irão determinar para os indivíduos as concepções de uma classe dominante através de suas construções ideológicas. Basaglia foi inaugural ao compreender o dinamismo entre as variantes repressivas e ideológicas na dimensão institucional dos manicômios.

A Conservação das instituições em sua constante função repressiva de controle constituem a demonstração da impossibilidade de uma ação de renovação técnica que não se impunha como necessidade econômica. É impossível - enquanto não necessário ao capital - adequar um nível de desenvolvimento a outro nível em que as novas ideologias técnico-científicas operam em resposta a exigências socioeconômicas específicas (BASAGLIA, 1971/2005a, p. 190-191).

Compreender o lugar social e político do manicômio, como peça reprodutiva de um modo de produção que, por suas razões de existir, precisa de instituições que legitimam o poder e a exclusão de uma classe sobre outra foi fundamental para propor uma ruptura política que enfrentasse as mais variadas formas de violência e segregação. Dessa maneira, Basaglia pode definir um campo de ação nas instituições, no saber psiquiátrico e no território. “Eu acho que a lógica terapêutica e a lógica da luta de classes são duas coisas muito próximas, e só com um avanço da luta de classes se pode criar um novo código para uma nova ciência. Uma ciência que esteja a serviço do doente” (BASAGLIA, 1979, p. 32).

Pudemos acompanhar, até aqui, a discussão sobre a influência do marxismo em muitas teorias e práticas. Essa Teoria foi fundamental na estruturação do conceito de território, assim como, foi imprescindível na mobilização das reformas psiquiátricas que, de fato, promoveram um rompimento com a instituição manicomial.

No próximo capítulo, iremos discorrer a temática de forma mais aprofundada sobre as relações entre Marxismo e Psicanálise. Essa parte é peça fundamental para esta tese, pois nossos argumentos a consistem em tomar o marxismo como o saber que pode tornar possível o encontro entre a Geografia crítica e a clínica psicanalítica, no contexto da saúde mental. Para tanto, neste debate é necessário retomar as discussões entre marxismo e psicanálise. Primeiramente iremos considerar as posições freudianas em relação à teoria marxista e, posteriormente, faremos considerações sobre Lacan e o marxismo.

3 MARXISMO E PSICANÁLISE

Neste capítulo discutimos as relações entre o Marxismo e a Psicanálise, encadeando a discussão entre esses dois campos de saber como peça fundamental a esta tese. Uma vez que, a leitura marxista sobre o modo de produção capitalista, suas instituições e seu modo de intervenção ideológica, são fatores constituintes da realidade material que estabelecem o social. Os conceitos de ideologia e alienação, que discutimos até agora, também incidem sobre a realidade do inconsciente, que não está desatada das condições históricas onde é constituído.

Para a Psicanálise, a constituição do social faz parte da realidade psíquica do sujeito, porém Freud não possuía uma Teoria sobre o social, mas sim construções teóricas sobre a lógica dos grupos a partir da psicologia individual. Neste capítulo, resgatamos algumas construções de Freud sobre o marxismo, procurando cotejar suas afirmações, junto a teoria marxista, para desconstruir algumas asserções que incorrem em erros de interpretação e disseminam uma resistência, por parte dos psicanalistas, no diálogo entre esses dois campos de saber.

Em seguida, discutimos as relações de homologia ao marxismo, feitas por Lacan, que reconhece o avanço do marxismo em função da sua ruptura teórica com as tradições idealistas, encarnadas na figura de Hegel, e que se aplicavam até as descobertas de Marx. Como também disserta, em inúmeros momentos do seu ensino sobre a invenção do sintoma por Marx e sua articulação ao campo da verdade e do saber.

3.1 Freud e o marxismo

É complicado falar de Freud, mas podemos dizer que, frequentemente, as pessoas que têm um significado na história do homem são aquelas que determinam as tensões nas contradições.

Basaglia (1979, p. 16)

Não sou de modo algum um partidário cego que só encontra todas as deficiências intelectuais apenas de um lado.

Freud (1915/1969, p. 324)

Marxismo e psicanálise sempre tiveram relações complexas. Embora não exista nenhuma relação direta entre as duas matérias, a história da psicanálise e do marxismo ainda repousa sobre inúmeras confusões e imposturas. Mas a relação entre as duas práxis é inexorável, ainda que não seja simples de elucidar.

Iniciaremos com uma afirmação categórica: não se deve buscar as razões e afinidades entre o marxismo e a psicanálise por meio de uma identidade de objeto. Pois ambos os saberes possuem objetos de pesquisa diferentes, sendo respectivamente: a sociedade burguesa e o inconsciente. O que devemos levar em consideração é que existe algo em comum entre essas experiências.

Os estudos de Marx e Freud conseguiram cada qual, em seu campo de saber, formalizar um método de pesquisa para os seus objetos, cunhando uma definição articulada de cada um, com seus limites, caracterizando sua extensão, suas condições, suas formas de existência e também seus efeitos para somente, a partir disso, articular uma teoria e compreender uma forma de atuar sobre seu objeto. Historicamente, tanto a economia, a sociologia, a política e a psicologia foram campos científicos reservados às formações teóricas dos ideólogos burgueses. E, também, ocuparam no interior de cada um desses saberes posições desconcertantes e descobertas surpreendentes. Para Althusser existem ainda outros pontos em que Marxismo e Psicanálise compartilham.

Marx e Freud aproximam-se, portanto, um do outro através do materialismo e da dialética, com a surpreendente vantagem, da parte de Freud, de haver explorado figuras dialéticas muito parecidas com as de Marx, mas, às vezes, inclusive, mais ricas que estas e como que esperadas pela própria teoria de Marx (ALTHUSSER, 1976, p. 78).

Quando Freud inventa a psicanálise, traz ao seio das discussões filosóficas, psicológicas e morais, um conflito antes inédito. Para Althusser, o feito de Freud era desconcertante por muitos motivos, mas se devia principalmente, por descentrar a ideia de natureza e unidade no homem: “Pondo em questão através do descobrimento do inconsciente e de seus efeitos, uma certa ideia natural, espontânea do homem como sujeito, cuja unidade está assegurada ou coroada pela consciência” (ALTHUSSER, 1976, p. 83).

Tanto a teoria marxista quanto a freudiana dependem de um caráter conflituoso em seu escopo, suas posições filosóficas materialistas e dialéticas permitem compreender as posições sempre e necessariamente antagônicas às forças das disposições burguesas. Ambas as descobertas também reconheciam uma falta de essência no homem, mas que é vista por perspectivas distintas. Segundo Pommier (1989, p. 119): “No caso do materialismo histórico, a

essência do homem reduzir-se-ia ao conjunto de suas relações sociais; no campo freudiano, a ausência de Ser seria o resultado de uma história familiar, de efeitos de linguagem e da estrutura simbólica”.

Em alguns textos de sua obra, Freud fez críticas ao Marxismo e ao comunismo, que, sem dúvidas, pela fragilidade dos argumentos, incorreram em ainda mais dificuldades, críticas e resistências por parte de alguns psicanalistas e de alguns marxistas em compreender a articulação entre essas duas teorias. Talvez, também, a leitura de Freud, tenha colaborado sensivelmente para o recalcamento teórico das condições econômicas, sociais e históricas e, certamente, isso repercutiu e segue repercutindo tanto na teoria quanto na prática psicanalítica. Procuraremos, nesta seção, analisar as críticas de Freud citando alguns textos de sua obra em relação ao Marxismo e ao comunismo, na tentativa de esclarecer algumas confusões teóricas do autor.

Em 1930, no texto *O mal-estar na civilização*, ao comentar sobre o que os comunistas pensavam sobre a natureza do homem, Freud imprime uma versão equivocada sobre o sistema político comunista, afirmando que, para os comunistas: “O homem é inteiramente bom e bem disposto para com seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu a sua natureza [...] Se a propriedade privada fosse abolida, possuída em comum toda a riqueza é permitida a todos a partilha de sua fruição, a má vontade e hostilidade desapareceriam entre os homens” (FREUD, 1930/1969, p. 134-135). Apesar de argumentar em seu texto que não estava interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista, Freud reclamava que as premissas psicológicas que o sistema comunista se baseava eram uma ilusão insustentável, e que a agressividade não havia sido criada pela propriedade. De fato, não foi. Sua afirmação é correta. Ainda que a propriedade privada não seja o fator mais poderoso em relação à violência, nem tão primordial e decisivo quanto foi para Marx, é inegável que, para se instituir a propriedade privada, o principal método utilizado pelo capitalismo sempre foi a violência. Segundo Cuéllar (2018, p. 19), é necessário marcar três diferenças fundamentais em relação ao Marxismo, na citação de Freud:

Em primeiro lugar se aceita um gosto humano pela agressão ao invés de se considerar exclusivamente uma determinação histórica e socioeconômica da violência; em segundo lugar a propriedade aparece como um fator poderoso, no entanto não como o mais poderoso nas manifestações agressivas e violentas; em terceiro lugar a mesma propriedade é concebida como instrumento da violência e não como sua causa ou sua condição (CUÉLLAR, 2018, p. 19).

Algumas expressões utilizadas nos comentários de Freud parecem estar mais próximas do pensamento de Rousseau, que defendia a ideia de que o homem nasce puro e bom e que sua

bondade natural havia sido pervertida pela sociedade, quando esta criou a propriedade e os interesses privados. “Para Rousseau, foi ao dar nascimento à razão utilitária ou à razão dos interesses que a sociedade silenciou a bondade natural do coração humano” (CHAUÍ, 2010, p. 392). A maneira como Freud descreve o comunismo parece apresentar um erro comum entre aqueles que não estudam o comunismo e, muitas vezes, entre aqueles que o estudam, como exercício político da teoria marxista. O comentário de Freud, parece se remeter ao socialismo utópico e não ao socialismo científico, objeto de criação e pesquisa de Marx e Engels. A diferença entre o socialismo utópico e o socialismo científico é justamente em função do método. O método do socialismo científico é o materialismo histórico dialético. A concepção materialista da história apenas nos autoriza a afirmar que o elemento determinante final na história é a produção e a reprodução da vida real. Lukács, em seu livro *História e consciência de classe*, defende que: “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o Marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 1974/2003, p. 14). Enquanto Mezan (1990, p. 565): “a dialética da História foi reduzida por Freud a dimensões caricaturais, transformando-se em objeto de ironia”.

O socialismo utópico, por sua vez, entende a classe trabalhadora como geradora de riqueza, mas que não têm acesso a desfrutá-la. Os teóricos dessa corrente política imaginavam uma sociedade onde não existisse a propriedade privada, exploração do trabalho, desigualdade social e política ou mesmo o lucro dos capitalistas. Essa corrente do socialismo era considerada utópica pelos seguintes fatores:

Eram considerados utópicos porque não propunham a libertação de uma determinada classe, no caso a classe operária, mas de toda a humanidade. Vislumbrava uma ordem social ideal, sem aderência às condições do capitalismo em que viviam. Na verdade, suas ideias correspondiam ao tempo em que a burguesia e o proletariado estavam ainda nos seus primórdios (COSTA, 2010, p. 12).

O socialismo científico apresentava-se como uma posição crítica ao socialismo utópico e ao estado liberal, sendo desenvolvido por Marx e Engels, e representava uma mudança decisiva na forma de conceber a política e a relação entre a sociedade e o poder. Para Chauí, em sua definição sobre o materialismo histórico:

Materialismo porque somos o que as condições materiais (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo (CHAUÍ, 2010, p. 481).

Em mais uma crítica feita por Freud a Marx, em sua conferência nº 35 *A Questão de uma Weltanschauung* (1933), quando se perguntava se a psicanálise conduziria a uma determinada visão de mundo, Freud fez menções explícitas à teoria marxista, relatando a estranheza que lhe causava algumas afirmações do Marxismo sobre o desenvolvimento de formas de sociedade.

Existem assertivas nas teorias de Marx que me parecem estranhas: como a afirmação de que o desenvolvimento de formas de sociedade é um processo histórico natural, que as mudanças na estratificação social surgem uma das outras segundo um processo dialético. Não estou nada seguro de estar compreendendo corretamente essas assertivas; e não me parecem ‘materialistas’ mas, antes, semelhantes ao precipitado da obscura filosofia hegeliana, em cuja escola Marx se formou (FREUD, 1933/1969, p. 214).

Essas assertivas possuem algumas insuficiências. Pois, a partir de Marx, o desenvolvimento histórico da sociedade não é postulado como um processo natural, e sua origem materialista remonta às condições materiais e as relações sociais de produção que determinam como o pensamento em cada momento se constrói. Também causa estranheza a aproximação ao método dialético de Hegel, pois o desenvolvimento teórico de Marx sempre trabalhou na direção de uma crítica ferrenha a este filósofo. Sobre o método dialético de Hegel e o seu, Marx afirmaria que:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento. [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1867/2017, p. 16).

Freud entendia os fatores materiais como a posse de armas superiores e a dialética como uma lei natural ou uma evolução conceitual e que os homens sempre colocam os instrumentos de poder que adquiriram a serviço da sua agressividade, usando-as contra os outros homens. Mas ele não associava o uso da agressividade pelos homens ao poder e aos interesses materiais de uma classe sobre outra. Em relação ao marxismo, Freud, em 1932, faz ainda outras considerações:

A força do Marxismo está, evidentemente, não em sua visão da história, ou nas profecias do futuro baseadas nela, mas sim na arguta indicação da influência decisiva que as circunstâncias econômicas dos homens têm sobre as suas atitudes intelectuais, éticas e artísticas [...] não se pode, contudo, supor que os motivos econômicos sejam os únicos que determinam o comportamento seres humanos em sociedade (FREUD, 1932/1969, p. 216).

Apesar de reconhecer as contribuições do marxismo, principalmente como uma nova visão da ciência histórica, Freud cometeu outros equívocos nesta afirmação. Desta vez, o erro por ele cometido é uma confusão comum, ao supor que os determinantes econômicos são os únicos responsáveis pelo comportamento humano, algo que Engels já havia comentado: “Se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia” (ENGELS, 1890/2022, p. 1).

Também é inconcebível imaginar quaisquer “profecias do futuro” baseadas na visão da história de Marx. Pois sua visão histórica coloca o homem como protagonista das ações da história, mas não como alguém que executa essas ações sobre condições e suposições definidas. Em seu livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, em que reflete a respeito do seu tempo e dos problemas da sociedade capitalista naquele momento específico da história, Marx (1848/2011, p. 25) comenta: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram”

Em 1933, quando Freud trocava cartas com Einstein, que havia lhe enviado questionamentos sobre os problemas que a civilização estava enfrentando, dentre eles, a guerra, o físico demandava se havia alguma maneira de a humanidade se livrar deste mal. Einstein buscava elucidar o problema da guerra por meio do conhecimento da vida pulsional do homem. Apesar de Freud reconhecer que os conflitos de interesse entre os homens sempre são resolvidos pelo uso da violência, ao tentar responder a questão de Einstein sobre a relação entre o direito e o poder, como um dos pontos de investigação sobre a guerra, Freud propõe a seguinte permuta: substituir a palavra “poder” pela palavra “violência”. “Permita-me substituir a palavra ‘poder’ pela palavra ‘violência’?” (FREUD, 1933/1969, p. 246). É digna de nota, porque substituir o poder pela violência? Discutir a violência de uma guerra, sem um enlace indissociável com o poder é esvaziar o conflito de toda a circunstância histórica, econômica e política. Devemos lembrar, por exemplo, as circunstâncias históricas e econômicas, da I guerra mundial, onde podemos observar com clareza as relações estreitas entre poder e violência.

Mas as guerras não são os únicos episódios em que violência e poder estão intrinsecamente interligados. Como nos ensina Mosse, a guerra moderna diferencia-se historicamente de outras guerras em outros períodos históricos pelo: “o assassinato de massa sancionado pelo Estado” (MOSSE, 1990, p. 3). Com a leitura marxiana do Estado aprendemos que ele está a serviço das classes dominantes; e quem possui o seu aparelho, possui o exercício de um poder. No capitalismo, para se manter ou alterar um *status quo* de privilégios, o uso da

violência sempre se fez necessário. Nesse regime econômico, a consorciação entre poder e violência são especialmente indissociáveis.

Para definir a violência, Freud o faz em termos de pulsão e de um gosto humano pela agressão, sem articular com as relações econômicas. Segundo Dunker, para Freud: “a violência emanava de um certo funcionamento da cultura, ou de uma incidência da cultura sobre a subjetividade” (DUNKER, 2018, p. 186). Em última instância, em seus estudos, Freud articula a agressividade ao princípio básico universal: a pulsão de morte, objeto de sua descoberta desde 1920.

A pulsão de morte que se tornou distinta tem uma porção destrutiva dirigida para fora, para os objetos. Uma parte dessa pulsão de morte continua atuante dentro do próprio organismo e derivam fenômenos normais ou patológicos em virtude da internalização dessa função pulsional. Esse desvio da agressividade para o eu seria também responsável pela origem da consciência. Para Freud:

Uma ideia mais fecunda era a de que uma parte do instinto é desviada no sentido do mundo externo e vem à luz como um instinto de agressividade e destrutividade. Dessa maneira, o próprio instinto podia ser compelido para o serviço de Eros, no caso de o organismo destruir alguma outra coisa, inanimada, ao invés de destruir o seu próprio eu (self). Inversamente, qualquer restrição dessa agressividade dirigida para fora estaria fadada a aumentar a autodestruição, a qual, em todo e qualquer caso, prossegue (FREUD, 1930/1969, p. 141).

Freud chegou a ser elogioso com algumas das descobertas marxistas sobre a influência de diferentes sistemas econômicos em todos os setores da vida, e ainda que fosse um defensor das liberdades individuais e dos direitos sociais, e de possuir uma certa compreensão da complexa relação entre os indivíduos e as forças sociais e econômicas dominantes. Ainda assim, não havia compreendido os avanços da teoria marxiana, nem mesmo se aprofundado em sua leitura. Para Fernandes (2001, p. 3): “Freud situou-se como defensor do materialismo, negando, porém, a dimensão específica do Social”.

Embora não houvesse uma compreensão materialista histórico-dialética sobre o social, existe, uma leitura sobre a dimensão do social no texto freudiano e que está articulada à noção de narcisismo, que é a primeira teoria do eu em Freud. Mais especificamente, vinculado à instância do ideal do eu. Essa articulação interessa a nossa pesquisa, pois é possível, através dela, pensarmos em como os elementos que compõem o discurso ideológico poderiam interpelar o sujeito do inconsciente? Uma ideia que iremos analisar adiante no texto. Mas, a princípio, precisamos esclarecer de que ordem é o social ao qual Freud destaca em seu texto, segundo Alberti:

O que vem a ser esse “social” ao qual se deveria dar importância? Como articulá-lo na teoria senão pela noção freudiana de que o eu é sempre outra coisa, o eu é o outro, o eu é dividido, ou, como o introduz Lacan, que o sujeito mantém, relação ao Outro, uma posição de alienação e de separação e onde o social faz tanto parte da realidade psíquica do sujeito quanto qualquer outra representação mais ou menos investida (ALBERTI, 2011, p. 298).

No texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, o narcisismo é definido como uma operação psíquica fundamental na formação do eu. Freud revelava que o sujeito, em sua essência singular, não tinha uma figura de um eu, assentado na consciência da existência, mas era constituído por uma estrutura centrada em um desconhecimento imaginário do eu. Freud nos diz: “Estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido” (FREUD, 1914/1969, p. 93).

Freud se perguntava sobre qual a necessidade que o aparelho psíquico teria de ir além das fronteiras do narcisismo e investir a libido nos objetos, a resposta encontrada em sua pesquisa é que esse investimento libidinal nos objetos serviria para diminuir o desprazer e a tensão. Uma vez que, economicamente um investimento libidinal desse tipo no eu, de maneira excessiva, ocasionaria um desprazer, ou um aumento de tensão. Mas apenas uma parte dessa libido é investida nos objetos, enquanto outra parte permaneceria direcionada para o eu. Essa libido direcionada para o eu seria a instância do eu ideal que é para onde se dirige o amor que antes era disputado pelo infantil, que é incapaz de renunciar a satisfação que já fora desfrutada, tentando recuperá-la sob a forma de um eu ideal. Essa operação ocorre na passagem da infância onde a completude e a perfeição infantil são predominantes e essa formação de um ideal, seria um favorecedor e um condicionante para operação do recalque no eu. Para Freud, essa projeção diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era seu próprio ideal.

Esse ego ideal é agora o alvo do amor de si (self-love) desfrutado na infância pelo ego real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ego ideal, o qual, como o ego infantil, se acha possuído de toda a perfeição de valor. (FREUD, 1914/1969, p. 111).

O desenvolvimento do eu consistiria em um afastamento desse estado de satisfação em si mesmo, a que Freud denominou de narcisismo primário. E que seria ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu, imposto de fora e sua satisfação é retirada pela realização desse ideal. Essa outra instância oriunda do narcisismo perdido, seria o ideal do eu, que passaria a ser uma instância do eu encarregada de uma consciência moral, que seria

vigilante nas relações do eu com seu ideal. Segundo Zizek: “O ideal do eu resulta da identificação com uma causa que transcende a vivência imaginária e faça parte da ordem simbólica” (ZIZEK, 1992, p. 70).

Lacan, quando se debruçou sobre os escritos técnicos de Freud, se deteve rigorosamente sobre a diferença entre as duas instâncias do Eu ideal e do ideal do Eu, determinando o eu-ideal como uma instância imaginária, que se apresentava como uma projeção no espelho. Para a constituição dessa imagem, Segundo Lewkovitch e Bastos, faz-se fundamental: "Que essa imagem se constitua, no entanto, é necessário que o olho, no esquema óptico, esteja em certa posição em relação ao espelho, ou seja, que o sujeito se situe em uma posição no simbólico. O modelo simbólico que guiará essa projeção é o Ideal do eu." (LEWKOVITCH; BASTOS, 2016, p. 1193-1194). Nas palavras de Lacan, em seu *Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*:

O que é a relação simbólica? É, para colocar os pingos nos ii, que socialmente nós nos definimos por intermédio da lei [...] A distinção é feita nessa representação entre o Ideal-Ich e o Ich-Ideal, entre o eu-ideal e ideal do eu. O ideal do eu comanda o jogo de relações de que depende toda a relação a outrem. E dessa relação a outrem depende o caráter mais ou menos satisfatório da estruturação imaginária (LACAN, 1953-1954/2009, p. 187).

Freud, ainda em seu texto sobre o narcisismo, descreve as consequências do Ideal do eu, em outros aspectos da vida individual e em grupo. Delimitando a dimensão do social ao ideal do eu e ao princípio de realidade que seria o apoio do mundo social e, ao mesmo tempo, determinam uma identificação e um reconhecimento: “O ideal do ego desvenda um importante panorama para a compreensão da psicologia de grupo. Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação” (FREUD, 1914/1969, p. 119).

Se a ideologia é um modo de considerar as relações sociais na sociedade e de pensar como o indivíduo se constitui moral e racionalmente a partir dela. Então, devemos lembrar que ela é um dos discursos que compõem a realidade social, através de sua impostura, cumplicidade ou denegação. Sendo assim um discurso que recobre o imaginário social e, como tal, também recobre a instância inconsciente do ideal do eu.

Lacan, em seu texto *Formulações sobre a causalidade psíquica*, nos ensina que a construção do sujeito se fixa exatamente aí nesse mundo de identificações ideais:

A história do sujeito desenvolve-se numa série mais ou menos típica de identificações ideais que representam os mais puros dentre os fenômenos psíquicos por eles revelarem essencialmente a função da imago. E não concebemos o Eu senão como um sistema central dessas formações, sistema que é preciso compreender, a semelhança delas, na estrutura imaginária e em seu valor libidinal (LACAN, 1946/1998, p. 179).

Em cada interpelação ideológica, em cada figura de um discurso ideológico que o sujeito faz laço no mundo, existe também um circuito libidinal em jogo, assim como em qualquer outra realidade investida. Freud parece destacar isso em seu texto sobre *O interesse científico da psicanálise*, quando se deteve sobre o interesse sociológico da psicanálise, fazendo a seguinte observação sobre as bases emocionais da relação do indivíduo com a sociedade: “Foi descoberto que os sentimentos sociais contém invariavelmente um elemento erótico - elemento que, se for super enfatizado e depois reprimido, tornar-se-á um dos sinais distintivos de um grupo particular de distúrbios mentais” (FREUD, 1913/1969, p. 223).

É importante destacar que a ideologia também tem uma função de produzir laço social, pois através de seu discurso o sujeito se enlaça ao social e às instituições. Mesma função que encontramos no ideal do Eu que tem, por função social, fixar os sujeitos ao laço social. Segundo Miller (1992, p. 21): “No nível do ideal do eu, vocês não têm nenhuma dificuldade de introduzir o social. Podem, perfeita e legitimamente, interpretar o ideal do eu como uma função social e ideológica”.

A ideologia é uma articulação entre discurso e imagem, entre simbólico e imaginário. O mais importante a destacar aqui é de que forma o discurso ideológico demanda do sujeito. Pois seu discurso constrói ideais na civilização que interpelam os sujeitos de maneiras singulares. Para Silveira, a façanha mais interessante dessa interpelação ideológica é suprimir a alienação subjetiva. “Ela promete já, isto é, no ato mesmo da interpelação, a desalienação do sujeito, o que faz com que ele se tome pelo que não é: um indivíduo (indiviso, inteiro, unificado, claro) ou um ego (claro de novo, plenamente realizado)” (SILVEIRA, 2010, p. 172).

Freud possuía um senso de responsabilidade cívica, suas experiências pessoais na universidade com o antissemitismo lhe serviram de poderosa influência na motivação para descobrir as raízes do ódio individual e social. Em seus inúmeros textos, sobre essa temática, iremos citar o escrito sobre *O mal-estar na civilização*, onde Freud (1930/1969) também faz discussões de cunho político. Apesar de se dedicar a descrição de seu objeto, pois nesse texto concebe as suas formulações sobre as restrições externas da cultura como principal fonte de origem da frustração das satisfações pulsionais, não obstante, é esse cerceamento à satisfação pulsional necessária à própria civilização. A sobrevivência humana será concebida não apenas por meio da força individual ou do livre-arbítrio, mas sendo regulada na vida social apenas em benefício do coletivo. Sendo o primeiro requisito da civilização o da justiça. Para tanto, era necessário a garantia de uma lei e que esta não fosse violada em favor de um indivíduo. Como Freud não compreendia a lei, provida pelo Estado, com articulações submissas às instituições

de poder, que estavam concentradas nas mãos de uma classe dominante, nos questionamos se: é possível avançar na prática analítica no campo social, ou em qualquer outro território, sem considerar a lei e o poder sem articulações ideológicas?

Sabemos que o objeto da psicanálise não é a sociedade burguesa e suas instituições de poder. Ao estudar o Marxismo, não podemos correr o risco de confundir o objeto de Freud com o de Marx. “O oferecimento, pelo Materialismo Histórico, de conceitos capazes de promover o estudo das referidas condições poderia acabar conduzindo a uma anexação da Psicanálise pelo Marxismo, sob o pretexto de não possuir o que ela poderia oferecer-lhe, ou seja, uma teoria da ideologia” (EVANGELISTA, 1984, p. 18). Mas, em uma aplicação do método psicanalítico no campo social, que se predispõe a não incorrer em altruísmo, não seria importante compreender a dimensão da justiça propiciada pelo Estado através de outras articulações teóricas? Para tanto, nossa hipótese seria a de que concernir a uma leitura materialista histórico-dialética dessas instâncias, poderia ventilar o debate e propiciar ainda mais avanços nesse campo de pesquisa.

Cabe destacar que apesar de não discutir a violência de uma guerra através de determinantes históricos e econômicos do poder, é sob as consequências de um conflito armado que Freud irá repensar o lugar científico e social da psicanálise, propondo rever a posição do seu procedimento terapêutico. Em 1918, um pouco antes do fim da primeira guerra, Freud pensa na ampliação e alcance do dispositivo analítico a serviço dos cidadãos que não eram ricos e propõe uma clínica no setor público que oferecesse atendimento da mesma forma que oferecia aos ricos. Nesse novo modelo de intervenção, proposto por Freud, ele defendia o direito dos pobres a uma assistência, assim como outros direitos como habitação e educação. “Numa série de posições ideológicas visando a desestigmatização da neurose, Freud estava propondo que somente o Estado poderia colocar os cuidados com a saúde mental no mesmo nível da assistência à saúde física” (DANTO, 2005, p. 9).

Vamos presumir que, por meio de algum tipo de organização, consigamos aumentar os nossos números em medida suficiente para tratar uma considerável massa da população. Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quanto o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, de que, como esta, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade (FREUD, 1918/1969, p. 210).

O posicionamento de Freud estava distante de um desejo de caridade, mas ensejava um futuro para a pesquisa do método psicanalítico em outro campo que não o do consultório privado. Os psicanalistas foram ao encontro do campo social, se envolvendo fortemente na criação das Clínicas e Institutos de Formação e instituições públicas. O que inspirou muitos

psicanalistas a difundirem a psicanálise além dos dispositivos inventados por Freud, forjando uma clínica que ocupasse inúmeras instituições. Isso também impulsionou a inserção da psicanálise em outros campos clínicos, que também eram fundamentais para a sobrevivência de sua teoria e clínica, segundo Broide:

Freud não se limitou aos geniais dispositivos que inventou (a poltrona e o divã), pois estimulou a criação de uma clínica no território da cidade e em variadas instituições. [...] Ele sabia que a sobrevivência da psicanálise dependia de sua profunda inserção no tecido social (BROIDE, 2005, p. 17).

O desafio dessa seção é pensar uma articulação entre esses dois campos de saber e não propor uma fusão entre as duas tópicas, com o fim de fundar uma teoria única ou mesmo criar um saber absoluto. O Marxismo enquanto ciência da luta de classes não pode tratar a subjetividade individual. Esse não é o seu objeto de conhecimento. Apenas pode se autorizar a falar de formas sociais da individualidade. Do mesmo modo, a psicanálise enquanto teoria do inconsciente, não pode se autorizar a falar de formas histórico-sociais da individualidade, mas pode dizer da subjetividade individual ou de suas posições subjetivas face ao social.

Na teoria psicanalítica, outros teóricos tentaram desenvolveram articulações entre o marxismo e a psicanálise, mas iremos nos deter na leitura feita pelo psicanalista francês, Jacques Lacan, que em nossa interpretação foi o psicanalista que ofereceu um lugar apropriado a essa relação na teoria e na clínica.

3.2 Lacan e o marxismo

Freud e Marx, o que os caracteriza é que não dizem besteira.

Lacan (1969-70/1991, p. 74)

Freud não é simplesmente o autor da *Traumdeutung* ou de O Chiste; Marx não é simplesmente o autor do Manifesto ou do Capital: eles estabeleceram uma possibilidade infinita de discursos.

Foucault (1969, p. 11)

Quando Marx pensou a ideologia como um conceito, sua construção derivou de suas reflexões sobre a alienação, pois a ideologia é algo que expressa a consciência de um ser

humano que se alienou de si, tornando-se, assim, um termo fundamental para pensar a realidade social de uma época.

O princípio para entender a ideologia é que ela impede que as determinações sócio-econômicas e históricas de uma época sejam percebidas, viabilizando que as ideias dominantes de cada época sejam da classe dominante.

Se por um lado, ao conhecer os modos de operação da ideologia, podemos antever como esse fenômeno se manifesta discursivamente em uma dimensão de práticas sociais e políticas no território. Por outro lado, é impossível pensar que um território se constitua sem uma ideologia, uma vez que é preciso destacar que a ideologia é um dos aspectos constitutivos na formação do que é reconhecido como a realidade de cada território. Como nos afirma Zizek (1994b, p. 312): “A própria realidade não pode reproduzir-se sem essa chamada mistificação ideológica. A máscara não esconde simplesmente o verdadeiro estado de coisas; a distorção ideológica está inscrita em sua própria essência”.

A ideologia exerce uma função estruturante da nossa própria realidade social. Essa realidade também faz parte da realidade psíquica do sujeito, tanto quanto qualquer outra representação investida. Essas realidades se atravessam, sendo uma parte constituinte da outra, não se tratando de uma obtendo primazia sobre a outra. Isso nos ajuda a compreender que a cena inconsciente é atravessada por significantes e imagens que são produzidas por discursos ideológicos presentes no mundo. Nesse sentido, a determinação do laço social para o sujeito é sempre significante, inconsciente e particular, pois ele é atravessado pelo Outro simbólico dos significantes produzidos em seu tempo.

Lacan em inúmeros momentos em seus seminários e escritos, faz referências a Marx, chegando a nomear, em seu seminário 16 – *De um Outro a outro* -, o tipo de relação que a psicanálise mantém com o marxismo, afirmando se tratar de uma relação de homologia, ou seja, uma relação que possui uma semelhança de origem e estrutura, mas que possuem objetos de pesquisa diferentes. “Recorrei a Marx [...] importunado que sou por ele há muito tempo [...]. É de um nível homológico calcado em Marx que partirei para introduzir hoje o lugar em que temos de situar a função essencial do objeto *a*”. (LACAN, 1968/2008, p. 16).

De modo diferente do que foi a leitura de Freud sobre a teoria marxiana, sempre que Lacan retoma a figura de Marx em seu texto, faz-lhe referências sublinhando a contribuição de Marx no que diz respeito a uma transmutação no campo da verdade e do saber, chegando a atribuir-lhe a responsabilidade pela invenção do sintoma. Em 1970, no *Seminário RSI*, Lacan afirma (1970, p. 37): “Buscar a origem da noção de sintoma, que não é absolutamente a se buscar em Hipócrates, mas em Marx, em sua ligação entre o capitalismo e o tempo feudal”.

Essa não é uma referência histórica qualquer, pois a descoberta de Marx nos ensina que com a entrada do capitalismo na história, instaura-se um corte e uma perda do lado do trabalhador, este é, além de espoliado de seus instrumentos de trabalho, despojado de sua função de saber, restando-lhe vender o seu trabalho como mercadoria. Se antes as famílias camponesas produziam e processavam sua matéria prima para consumo próprio, com a mudança do modo de produção para o capitalismo essa matéria prima se transforma em mercadoria. De acordo com Marx: “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles os seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (MARX, 1867/2011, p. 531). Esse processo de despojamento constitui o que conhecemos como proletariado e as descobertas de Marx, através dos seus estudos sobre o modo de produção capitalista, trazem nova luz sobre o campo da verdade e do saber desse processo produtivo.

A passagem do capitalismo para o feudalismo, onde se estabelece a sociedade burguesa, institui uma perda para o homem. Nesse momento histórico, o que Marx descortina e o que Lacan identifica na teoria marxista é justamente uma assimetria que desmente o universalismo dos direitos entre burgueses e proletariados. Para Žižek:

Esse desequilíbrio, longe de anunciar a ‘realização imperfeita’ desses princípios universais — isto é, uma insuficiência a ser abolida pelo desenvolvimento ulterior —, funciona como seu momento constitutivo: o ‘sintoma’, estritamente falando, é um elemento particular que subverte seu próprio fundamento universal, uma espécie que subverte seu gênero (ŽIZEK, 1994, p. 306).

Lacan afirma que a dimensão da verdade é altamente diferenciada na crítica de Marx, uma inversão operada a partir de Hegel e constituída justamente por esse retorno da questão da verdade. Em 1946, em seu escrito “Formulações sobre a causalidade psíquica”, Lacan (1946/1998, p. 194) nos diz: “Pois nem Sócrates, nem Descartes, nem Marx, nem Freud podem ser ‘superados’, na medida em que conduziram suas investigações com essa paixão de desvelar que tem um objeto: a verdade”. Lacan sempre se dirige a Marx, alinhando-o junto a Sócrates, Descartes e Freud, a partir do objeto que esses quatro autores conceituaram: a verdade.

Marx e Freud puderam comprovar em sua práxis que a verdade é sempre um meio dizer, que sempre insiste ali onde algo se mascara, se oculta. Segundo Naveau (1988/1997, p. 155): “Há entre Hegel e Marx, a mesma relação que há entre o recalque e o retorno do recalado. [...] isso porque os dois termos são articulados um ao outro, o saber e a verdade”. É o que podemos observar no exame sobre o modo de produção capitalista, onde aparentemente parecemos estar lidando com uma liberdade que nos foi concedida, de se ser livre para vender sua própria força

de trabalho, quando, na verdade, não existe outra opção para o proletariado. Para Lacan, a grande descoberta de Marx foi conseguir perceber que alguns discursos estão sempre velados. O que é recalcado no capitalismo são as relações de dominação e servidão, que são transformadas em mercadoria. Essa verdade recalcada é um sintoma que subverte a aparência ideológica de liberdade e igualdade. Em seu escrito de 1966, *Do sujeito enfim em questão*, Lacan irá afirmar:

É difícil não ver introduzida, desde antes da psicanálise, uma dimensão que poderíamos dizer do sintoma, que se articula por representar o retorno da verdade como tal na falha de um saber. Não se trata do problema clássico do erro, mas de uma manifestação concreta a ser ‘cl clinicamente’ apreciada, onde se revela, não uma falha de representação, mas uma verdade de uma referência diferente daquilo, representação ou não, pelo qual ela vem perturbar a boa ordem (LACAN, 1966/1998, p. 234-235).

Lacan, a cada vez que se remete ao sintoma, se refere a Marx. Quando pensamos no sintoma, devemos lembrar que na psicanálise é sempre conceituado a partir do que ele presentifica, ou seja, um desejo. Desde antes da Psicanálise, o sintoma é uma dimensão que se articula ao significante, à verdade e ao saber.

O sintoma tem um longo percurso na obra de Freud, mas existem três momentos fundamentais em suas elaborações. A Psicanálise nasce como campo de saber, a partir da escuta de pacientes histéricas que, naquela época, tinham os seus sintomas subjugados a um valor de mentira. Ainda em seus trabalhos com Breuer, Freud afirmava que: “Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (FREUD, 1893/1969, p. 45). Esses restos de experiências rejeitadas da memória, retornavam como sintomas corporais, e se apresentavam na forma de cegueira, dores e paralisias. Através da hipnose, os pacientes recordavam eventos traumáticos relacionados aos seus sintomas e carregados de afeto.

Freud segue avançando em seus desenvolvimentos em relação a etiologia da histeria e, nesta época constrói a hipótese de que um trauma sexual estaria na gênese da neurose. “Os sintomas da histeria só poderiam ser compreendidos se remetidos a experiências de efeito traumático referindo-se esses traumas psíquicos à vida sexual do paciente” (FREUD, 1896/1969, p. 155). Esse é um momento da elaboração conceitual do sintoma em que ao “trauma sexual” era concedido um valor de verdade. Mas, no ano seguinte, quando trocava cartas com Fliess, Freud relata mudanças em algumas de suas concepções, dentre elas a própria noção da origem da histeria em traumas sexuais reais, o que o leva a fazer a seguinte afirmação:

A tendência à defesa, porém, torna-se prejudicial quando é dirigida contra ideias também capazes de, sob a forma de lembranças, liberar um novo desprazer — como é o caso das ideias sexuais. É nisso, realmente, que se concretiza a possibilidade de

uma lembrança ter, posteriormente, uma capacidade de liberação maior do que a produzida pela experiência correspondente (FREUD, 1897/1969, p. 308).

Em suas novas elaborações, a experiência traumática adquire um novo valor de verdade. O trauma torna-se suposto, não se tratando de uma vivência real, o que leva Freud a pensar na fantasia traumática como produtora de sintoma. É nesse momento, que a ficção, na gênese do sintoma, adquire valor de verdade.

Com a publicação de *A interpretação dos sonhos* (FREUD, 1900/1969) e a tese freudiana de que os sonhos são uma realização de desejo e, também, formações que descortinam conteúdos inconscientes, que o sintoma também adquire novas elaborações teóricas, dentre elas a característica de uma realização de um desejo sexual através de uma mensagem cifrada, que seguiria as mesmas leis dos outros fenômenos inconsciente, sendo estas a condensação e o deslocamento, responsáveis por submeter os conteúdos inconscientes a torções, antes de se realizarem nos sonhos, chistes, sintomas ou atos falhos. Para Maia et al.:

O sintoma, portanto, é um produto transfigurado pelo impulso de satisfação inconsciente da libido, e pela proteção exercida pelo recalque, atendendo num só momento a dois senhores, mantendo o equilíbrio entre essas instâncias, até que o sofrimento que o acompanha convoque o indivíduo a buscar outra solução (MAIA et al., 2012, p. 49).

Em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, Lacan (1953/1998, p. 270) afirma que: "O sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada". Neste período de suas formulações e leitura dos mecanismos e leis do inconsciente através da linguística, Lacan elabora que o sintoma é, tal como o inconsciente, estruturado como uma linguagem, porque utiliza da linguagem e de suas leis.

A formulação de que o sintoma é uma mensagem que pode ser decifrada é sustentada por Lacan através de sua interpretação do sintoma como uma cadeia significante que sustenta seu próprio sentido e significação. Em 1953, Lacan define o sintoma como uma irrupção da verdade ligada a um sem-sentido no discurso do sujeito, por se tratar de, nas palavras de Lacan (1953/1998, p. 282): "o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito".

Após 1920, Freud acrescenta contribuições a sua teoria do aparelho psíquico, apontando para uma pulsão destrutiva que age no sujeito. Com essa incorporação teórica, o sintoma que tinha os sentidos na obra freudiana: de mensagem cifrada e, também, de satisfação pulsional, agora cumpre a função de resolver um conflito psíquico que, ao mesmo tempo que produz satisfação inconsciente, essa reparação também perturba. Nas palavras de Freud: "Um sintoma

é um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de repressão" (FREUD, 1926/1969, p. 112).

No sintoma, assim como nas demais formações do inconsciente, há uma satisfação de desejo, mas essa satisfação é uma "satisfação às avessas" (LACAN, 1957-1958/1999, p. 331) e, que está vinculada à pulsão de morte, e para além do princípio do prazer, o que demonstra a sua dificuldade insolúvel em relação ao desejo. O sintoma em (1959-1960/1991) é formulado por Lacan em termos também de uma satisfação pulsional que se satisfaz não com um objeto em si: “o retorno, por via de substituição significativa, do que se encontra na ponta da pulsão como seu alvo [a satisfação]. [...] Trata-se justamente de alvo e não, propriamente falando, do objeto, embora [...] este entre rapidamente em consideração” (LACAN, 1959-1960/1991, p. 139).

No final de sua obra, sobretudo nos seminários *R.S.I.* (LACAN, 1974-1975) e *O Sinthoma* (LACAN, 1975-1976/2005), Lacan faz uma importante passagem teórica da Linguística à Topologia e utiliza os textos do escritor irlandês James Joyce para demonstrar o que seria sua definição de *Sinthoma*, que ele definirá com uma grafia diferente do sintoma para sublinhar que se tratava de um resto de gozo inassimilável pela articulação significativa, o qual poderia ter um outro destino que não a submissão ou a morbidez do sintoma comum. Para Lacan (1975-76/2007): "A boa maneira é aquela que, por ter reconhecido a natureza do sinthoma, não se priva de usar isso logicamente, isto é, de usar isso até atingir o seu real, até se faltar".

Lacan, nesta etapa do seu ensino, define o sintoma como invenção e criação singular do sujeito, não podendo ser extraído de sua estrutura, uma vez que é o próprio trabalho para tratar o seu mal-estar, podendo através de um trabalho de análise ter outro destino; para Ocariz (2003, p. 102): “O sintoma não é uma palavra, uma metáfora na qual a significação é função do significativo (definição de metáfora), mas é uma função da letra, que não é um significativo”.

Em suas conferências no *Hospital Saint Anne*, Lacan, em *O Saber do psicanalista* (1971), ratifica ainda mais essa referência a verdade que o sintoma possui: “O sintoma tem o sentido do valor da verdade” (LACAN, 1971, p. 25). Para Naveau, a dimensão do sintoma, ao ser representada como o retorno da verdade como falha de um saber, articula dois termos imprescindíveis em sua concepção: “Nessa frase, dois termos são articulados um ao outro, o saber e a verdade. Está indicando que o campo do saber comporta uma falha” (NAVEAU, 1997, p. 155). Ao se remeter a essa relação intrínseca entre o sintoma e a verdade, Lacan afirma:

O sintoma só é interpretado na ordem do significante. O significante só tem sentido por sua relação com outro significante. É nessa articulação que reside a verdade do sintoma. O sintoma tinha um ar impreciso de representar alguma irrupção da verdade. A rigor, ele é verdade, por ser talhado na mesma madeira de que ela é feita, se afirmarmos materialisticamente que a verdade é aquilo que se instaura a partir da cadeia significante (LACAN, 1966/1998, p. 235).

A relação do sintoma com o recalque é estabelecida porque ao recalcar os componentes libidinais de uma moção pulsional, o produto dessa operação é o sintoma. Por outro lado, o sentimento de culpa seria o produto de componentes agressivos dessa mesma moção pulsional recalcada. Essas observações retiradas do texto *O Mal-estar na Civilização*, nos ensinam sobre um dos objetivos do sintoma, que diz respeito a implicar o sujeito posicionando-o frente ao seu mal-estar na civilização, implicando-o no laço social. Pois o homem em sua tarefa de reconciliação com a civilização precisa a todo momento reorganizar os seus componentes libidinais adaptando-se constantemente e mudando o seu mundo conforme seus próprios desejos. Para Freud (1930/1969), o sintoma é o produto do recalque, esse é o mecanismo responsável por enlaçar o que há de mais estrangeiro no mundo, ou seja, que diz respeito ao estrangeiro interno do eu. Segundo Freud, em sua conferência 31, afirma:

Os sintomas são derivados do reprimido, são, por assim dizer, seus representantes perante o ego; mas o reprimido é território estrangeiro para o ego - território estrangeiro interno - assim como a realidade (que me perdoem a expressão inusitada) é território estrangeiro externo (FREUD, 1933-32/1969, p. 75).

O sintoma permitirá uma amarração ao que há de mais estrangeiro no eu com o próprio eu. Para o psicanalista Sidi Askofaré, o sintoma representa: “A congruência entre o recalque, na medida em que instaura a dimensão da verdade, e o desconhecimento enquanto está no princípio da ilusão - a ser entendida no sentido freudiano - ideológica”. (ASKOFARÉ, 1989/1997, p. 173-174). A operação do recalque consente incluir no sujeito a sua verdade, ou seja, o seu sintoma. No sintoma, a verdade é velada, assim como no discurso, sendo o sintoma aquilo que, pelas leituras lacanianas, sabemos que se trata sempre de um meio-dizer sobre a verdade do sujeito, e essa verdade é sempre da ordem de uma ficção. Essa verdade mentirosa, que conhecemos como “mito” é o que possibilita que cada sujeito crie um sintoma particular. Lacan afirma:

A verdade não tem outra forma senão o sintoma. O sintoma, quer dizer a significância das discordâncias entre o real e isso por qual lá ele se dá. A ideologia se querem. Mas com uma condição, é que por esse termo vocês iriam até incluir aí a percepção mesma. A percepção é o modelo da ideologia. Visto que é um crivo em relação à realidade (LACAN, 1967, p. 357-358).

Para Lacan, o social não se opõe ao particular assim como individual não se opõe ao coletivo e nem o subjetivo se opõe ao social. Não é suficiente apontar alienação estrutural universal, o que nos interessa saber quais são os aspectos particulares da alienação do laço simplificado pelo capitalismo. Pois o que nos interessa é a postura subjetiva envolvida em cada enunciação do sujeito. É o que Žižek afirma no que concerne à psicanálise em relação a ideologia: “levar a consciência ideológica ingênua a um ponto em que ela possa reconhecer suas próprias condições efetivas, a realidade social que ela distorce e, mediante esse ato mesmo, dissolver-se” (ŽIŽEK, 1994b, p. 312). Se não existe realidade que não se apoie no espectro da ideologia, uma vez que ela está presente em tudo o que vivenciamos como realidade, ao reconhecê-la como discurso e ao entender as formas como exerce a sua dominação, podemos manter distância sustentando uma crítica em relação aos seus efeitos junto a cada sujeito.

4 UMA CONTRIBUIÇÃO PSICANALÍTICA AO CONCEITO DE TERRITÓRIO DE MILTON SANTOS: O ÍNTIMO E O ESTRANGEIRO QUE FORMAM UM TERRITÓRIO

Já discutimos a alienação como forma histórica através das considerações de Marx, e onde essas formas históricas atuam na interpretação do que é o território para os seus habitantes. Isso também surte efeitos na não apropriação dos sujeitos ao território, pois não se reconhecem como parte constituinte desse espaço. Se a alienação social provoca uma perda da verdade histórica por parte do proletariado e afeta a relação do indivíduo com o produto, não reconhecendo-o como parte de si; logo, para a psicanálise esta operação que opera uma perda da verdade do sujeito é necessária. Lacan retira consequências do conceito de alienação para a própria constituição do sujeito.

Neste capítulo iremos percorrer o uso do termo alienação na constituição do sujeito em alguns momentos do ensino de Lacan e que compreende o efeito dessa perda necessária como estruturante para o sujeito. Da alienação do sujeito ao campo do Outro se efetua uma operação que deixa como resto um objeto, que Lacan nomeou como objeto *a*.

A partir desse encontro, do sujeito ao Campo do Outro, sua estrutura será formulada em três dimensões, (i) a sua existência: o imaginário, que corresponde às identificações ideais que existem no mundo; (ii) o simbólico que corresponde ao campo do Outro como campo da linguagem e dos significantes e (iii) do real, encarnado no objeto *a*, que delimita o campo do gozo para cada sujeito e como ele estabelece essa relação com o seu sintoma.

Para finalizar o capítulo traremos uma articulação dessas três dimensões do sujeito ao território, através do conceito de extimidade de Lacan, que localiza a relação dentro-fora mediada pelo objeto *a*.

4.1 Alienação e separação: as operações de constituição do sujeito

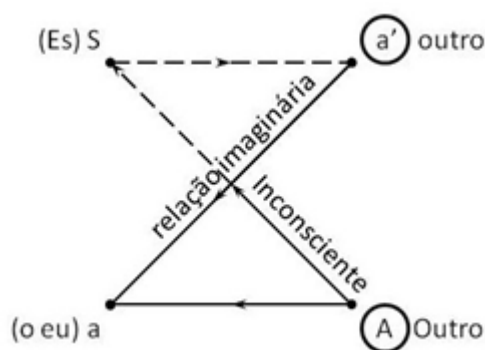
Iniciaremos esse capítulo com a articulação entre as operações de constituição do sujeito e o que nelas encontramos de articulação para a constituição da subjetividade. Lembremos uma definição de Lacan (1966-67, p. 215) trabalhada em seu *seminário, livro 14: a lógica da fantasia*: “O ato é um significante”, não qualquer significante, um significante primeiro que

funda uma repetição e insere uma cadeia, no qual o sujeito pode se inscrever. Portanto, podemos afirmar que é através de um ato que se funda o sujeito.

Nesse sentido não pode haver ato maior do que conceder em perder parte do seu ser, permitir que parte de si seja elidida em um não-sentido, para com isso advir como sujeito enquanto tal. Para podermos ter acesso a essa operação significativa inaugural para cada ser, precisamos percorrer as operações de constituição do sujeito, denominadas por Lacan de alienação e separação.

Em seu ensino inicial, Lacan (1949/1998) elaborava suas considerações sobre o *estádio do espelho* como uma identificação mediada por uma matriz simbólica que, ao ser assumida pelo sujeito, provocava nele transformações necessárias para a construção de uma consistência imaginária do eu. Com relação a isso, ele já utilizava a seguinte expressão: “função alienante do [eu]” (LACAN, 1949/1998, p. 102). A essa altura de sua teorização, o que se destacava como fundamental era a importância de uma alienação a uma identificação primária. É o que observamos delinear-se por exemplo no esquema L de Lacan (1955/1998, p. 58) apresentado na figura abaixo.

Esquema 1: Esquema L de Lacan



Fonte: Lacan (1998).

Essa construção inicial da relação do sujeito ao campo do Outro, começa por meio de uma dialética, ao registro do imaginário, abordado pelo eixo a-a' (eu - eu ideal), é destacado como esse campo privilegiado do narcisismo que ressalta o valor fálico da identificação primeira mediada pela matriz simbólica do eu. Em um segundo momento dessa dialética a alienação a uma identificação primeira, será abordada pelo eixo simbólico (A – S). Nessa construção o sujeito questiona-se por meio da identificação fálica sobre o que ele teria sido como o objeto no desejo do Outro. A partir desse enigma o sujeito tenta obter um sentido, um nome que denomine o seu ser de gozo.

Se o homem chega a pensar a ordem simbólica, é por estar primeiramente aprisionado nela em seu ser. A ilusão de que ele a formou com sua consciência provém de ter sido através de uma hiância específica de sua relação imaginária com o semelhante que ele pôde entrar nessa ordem como sujeito (LACAN, 1955/1998, p. 57).

Observamos uma passagem no ensino de Lacan do campo imaginário ao campo simbólico, mediado pelo desejo. A importância dessa passagem se desdobra em indicações para a clínica. Em *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache* (LACAN, 1960/1998, p. 688) ele acentua: “chamamos a atenção para o desejo, sobre o qual se costuma esquecer que, muito mais autenticamente do que uma busca de ideal, é ele que regula a repetição significativa do neurótico e sua metonímia”.

No texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, Lacan (1955-56/1998) ensina que, para que o campo da realidade se estabeleça, é preciso que o objeto *a* seja extraído dele. Essa operação permite um tratamento do gozo pelo aparelho de linguagem, pois no momento em que o sujeito se aliena a um significante do campo do Outro, constitui-se como sujeito, em contrapartida há a perda de uma parte do seu ser, que corresponde ao objeto de gozo, o objeto *a*: “O campo da realidade, e este só se sustenta pela extração do objeto *a* que, no entanto, lhe fornece seu enquadre” (lacan, 1955-1956/1998d [nota de 1966], p. 559-560).

A não extração desse objeto *a* do campo da realidade reverbera em consequências para a estrutura psicótica que, no momento do desencadeamento, apresenta perturbações no campo da realidade – delírios e alucinações. No desencadeamento da psicose, o sujeito não possui uma identificação ao significante fálico – mediada pela metáfora do Nome do pai - que o separa do objeto *a* e da condição de objeto de gozo, que um dia o sujeito foi para o Outro. A ausência dessa operação metafórica é vivenciada pelo psicótico como uma invasão de gozo que retorna no real. De acordo com Alberti e Ribeiro:

Se não há metaforização, não há dialetização da imagem pois, para aceder a essa última, seria necessário que a castração do Outro já não mantivesse o sujeito preso à certeza de sua identificação na imagem real, essa última levando o sujeito a uma identificação cega ao I. O paranóico não está realmente no lugar de I, mas na medida em que ele está aderido ao I e que lhe falta a mediação simbólica, o corte entre *i(a)* e *a* não se realiza, ou seja, sua imagem seria uma imagem que contém o *a*, o *a* não é um objeto separado, mas ele o “carrega no bolso”, lhe proporcionando um gozo narcísico que, no entanto, lhe custa muito caro (ALBERTI; RIBEIRO, 2012, p. 201).

Nesses textos, somos surpreendidos pela elaboração de Lacan de uma invenção particular ao seu ensino: o objeto *a*. Esse objeto, que já se encontrava no início da sua

teorização, mas que se caracterizava como um objeto que concernia ao desejo, será um conceito fundamental para pensar essa “função alienante” de um outro parâmetro.

Com este conceito, Lacan vai mais além da identificação que compõe o imaginário e avança em direção ao que fundamenta o inconsciente: um sem-sentido que resta de uma operação de linguagem e que determina a realidade psíquica: o objeto *a*. Esse é o objeto característico que define o real lacaniano. Mas porque o real de Lacan é sem-sentido? É o que Lacan demonstra com essas operações de fundação do sujeito como função do campo da linguagem, denominadas por: alienação e separação, e que discutiremos a seguir.

A linguagem é um campo com um código definido que pré-existe ao sujeito. Esse Outro, como o tesouro dos significantes, proporcionará as ferramentas necessárias para que o sujeito possa se servir da linguagem. Esse encontro inaugural com o Outro da linguagem é o primeiro encontro do sujeito com o Outro. A partir disso, deixa-se de ser um indivíduo, no sentido de uma massa indivisível, para se tornar um ser divisível. Dividido pelo encontro com o Outro, de onde o sujeito retirará um significante que o represente para um outro significante e nomeei a sua existência como sujeito. Lacan nos ensina que:

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante o representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante (LACAN, 1964/1998, p. 849).

Ao se produzir esse significante no lugar do Outro, também surge ali o sujeito do ser e esse ser se fará representar em uma cadeia $S_1 - S_2$. Por isso a necessidade fundamental da presença do Outro nessa dialética do sujeito, pois nenhum sujeito pode se representar a si mesmo. O sujeito advém dessa parte mortificada do ser resultante do encontro com o Outro da linguagem. Portanto, sempre será determinado por um Outro discurso. Isso implica em admitir que as ações, a fala, o pensamento, em tudo o que nos é mais íntimo existe o inconsciente como determinante.

Nesse sentido, essa escolha inicial para o sujeito, na verdade, é uma escolha forçada. A escolha do sujeito pelo ser ou pelo sentido, que nos é definida como alienação, é pensada por Lacan em uma direção que vai de Hegel a Marx, construindo assim a leitura lacaniana do que seria o processo de alienação. Hegel é o primeiro a instituir esse vocábulo fora do arcabouço jurídico e econômico, esse termo refere-se a:

Tornar-se estranho, desconhecido, ou seja, um separar-se de si mesmo e realizar-se sob a forma de uma cisão, de uma *spaltung* que se nega a si mesma de maneira

invertida e hipostasiada. Ou seja, neste caso, não se trata mais de ceder a algo da ordem de uma propriedade, mas, ao contrário, de um perder-se em outro (CARDOSO; DARRIBA, 2016, p. 193).

É o sentido dado por Hegel ao princípio da alienação que irá sedimentar a construção dada por Marx a este termo, elaborando-o através de uma crítica à economia política. Por meio de Hegel e a dialética do senhor e do escravo. Na *Fenomenologia do espírito* (1807/2016), observamos a função do ato ser devidamente expressa na luta de morte por puro prestígio, instituída entre o senhor e o escravo. Nessa dialética, Lacan aborda qual o lugar do sujeito frente ao saber absoluto, representado pelo saber da morte, presente neste mito do senhor e do escravo. Uma vez que o estatuto do sujeito do saber estaria suspenso nesta forma radical instituída pelo saber da morte, o que se instituiria seria o saber do mestre, onde se origina uma *aufhebung*, uma negação do gozo. Essa forma de abordar a dialética hegeliana confere a Lacan (1964/1998, p. 102) substrato para abordar a “experiência do devir do gozo depois da primeira alienação”:

É renunciando, em um ato decisivo, ao gozo para se fazer sujeito da morte, que o mestre se institui. Para nós, é também neste ponto, já ressaltai a seu tempo, que se promove, por um singular paradoxo, a objeção que podemos fazer a isso. Paradoxo inexplicado em Hegel: é ao mestre que o gozo retornaria desta “*Aufhebung*” (LACAN, 1964/1998, p. 102).

A questão hegeliana sobre o princípio da alienação nos ensina que a primeira alienação, o momento inaugural através do qual o homem entra na via da escravidão por uma falsa escolha, engendra-se dessa forma: a liberdade ou a vida! Se escolhe a liberdade não pode obter a vida, apenas a liberdade de morrer. Mas se escolhe a vida, tem-se uma vida decepada da liberdade. O que nos conduz à certeza da morte como fator inerente a ambas as escolhas e que impõe apenas uma escolha lógica entre os dois termos. Por isso, Soller (1997) define a alienação não como uma escolha do sujeito, mas como um destino. Lacan comenta sobre esse jogo de cartas marcadas e destino selado para o sujeito:

Tão logo o significante se encarna, num nível mais personalizado, no pedido ou na oferta: no ‘a bolsa ou a vida’ ou no ‘a liberdade ou a morte’. Trata-se apenas de saber que vocês querem ou não (*sic aut non*) conservar a vida ou recusar a morte, pois, no que concerne ao outro termo da alternativa, a bolsa ou a liberdade, sua escolha será de qualquer maneira decepcionante (LACAN, 1960/1998, p. 855).

Mesmo capturado em sua existência pelo sentido recebido, o sujeito ao mesmo tempo em que se aloja nesse campo do sentido não pode ser, ainda assim, inteiramente representado no campo do Outro. Nesse campo, apenas podemos ser representados de maneira parcial. Sempre existirá um resto não absorvido pela operação da linguagem que se apresenta como

sem-sentido para o sujeito. Essa parte não recoberta pelo sentido e que não pode ser representada pela linguagem é o objeto *a*, como o resto de uma operação. Esse objeto *a* é justamente o que encontramos em Hegel como o saber da morte, que funda o estatuto de um gozo e que através de Descartes será atribuído como a rejeição do saber. Essa representação parcial remete à posição de gozo eleita pelo sujeito em suas experiências de demanda oral e anal e em seus encontros com o desejo do Outro, que se presentificam através dos objetos olhar e voz (LAURENT, 1997, p. 41).

Lacan acentua nessa operação de constituição do sujeito e a sua dependência significativa ao lugar do Outro. Portanto a alienação consiste nesse *véu* que condena o sujeito a aparecer apenas nessa divisão significativa, de um lado como sentido, produzido pela entrada do significativo, do outro lado como afânise²¹. O ser do sujeito está sob o sentido e ao escolhê-lo, parte do sujeito desaparece, cai no sem-sentido. Já o sentido tem parte do seu campo eclipsado pelo desaparecimento do ser, induzido pela função significativa.

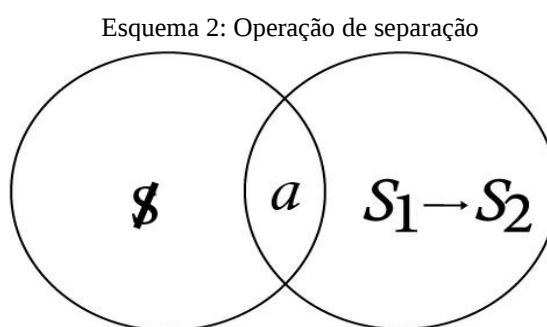
A segunda operação que encerra a causação do sujeito é definida como separação. É sobre a rubrica desta operação que encontramos o que foi definido por Freud como a *spaltung*, a fenda do sujeito. O fundamental a ressaltar sobre essa operação é que ela não é oposta e disjunta da alienação, na verdade: “A separação representa o retorno da alienação” (LACAN, 1960/1998, p. 858). Através dessa perda em que se fundamenta o sujeito do inconsciente, o sujeito se realiza mediante a falta que produz no Outro e encontra a sua equivalência como inconsciente.

O efeito de causação dessa operação do sujeito será experimentado através de uma Outra coisa, que não se refere apenas aos efeitos de sentido que o discurso solicita e que encontramos na alienação. Na separação, o que motiva o sujeito, efetivamente, é a perda constitutiva do próprio sujeito que, como dimensão do desejo, é o que torna possível a operação da separação.

²¹ O termo “afânise do desejo” foi forjado pelo psicanalista inglês Ernest Jones (1879-1958) em 1927. A expressão “afânise do desejo” foi pensada como uma contribuição ao debate sobre a fase fálica vigente àquela época. Jones utilizava o termo para se referir a castração como o desaparecimento do desejo, no sentido de uma abolição total e permanente da capacidade de gozar (CHATERLAND, 2001). O termo de Jones é retomado por Lacan (1964/1985) por um outro viés, sendo utilizado para se referir a um desaparecimento do sujeito em consequência daquilo que o causa como tal: o significativo. O primeiro significativo deixa o sujeito assujeitado e subordinado a um significativo do Outro e esse outro significativo tem por efeito a afânise do sujeito. “O sujeito aparece primeiro do Outro, no que o primeiro significativo, o significativo unário, surge no campo do Outro e no que ele representa o sujeito, para um outro significativo” (LACAN, 1964/1985, p. 207). Lacan (1964/1985, p. 206) define a divisão do sujeito da seguinte maneira: “quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro ele se manifesta como *afânise*, como desaparecimento”.

Ao certificar-se de que há uma falta no Outro, uma vez que os intervalos do discurso desse Outro são experimentados, ao longo das experiências vividas pela criança, como “ele me diz isso, mas o que é que ele quer?” — o sujeito apreende o desejo do Outro nessas falhas do discurso, nesses intervalos entre os significantes. Para haver separação é preciso que o Outro seja dialetizado, isto é, que não lhe seja atribuída uma onipotência, a qual impediria o sujeito de fazer o que quer que fosse para escapar à sua presença. (ALBERTI, 2004, p. 25).

Lacan também tenta explicitar a estrutura lógica da alienação, através da teoria matemática das operações com conjuntos, conhecidas como “união” e “intersecção”. Ele cria um conjunto próprio para representar a alienação. Mas como Lacan não desenvolveu um conjunto que representasse a operação de separação, faremos referência a um esquema de Jacques Alain-Miller, citado por Laurent (1997, p. 43):



Fonte: Laurent (1997).

Dessa união do sujeito com o Outro resta sempre uma perda. Ao tomar para si um S_1 , um significante mestre do campo do Outro, o sujeito identifica-se ao sentido que advém desse campo e, em troca, perde parte do seu ser que se define também nessa parte perdida que se refere ao objeto pulsional enigmático do seu gozo em relação ao Outro. Laurent (1997) fala-nos sobre esse traçado do sujeito, de onde o sujeito parte da posição de objeto para o Outro:

O sujeito é fundamentalmente um objeto do gozo do Outro, e seu primeiro status como *enfant* é ser uma parte perdida desse Outro, o Outro real (geralmente, a mãe). Ele começa a viver no lugar do objeto *a*, em seguida tem de se identificar com aquela parte perdida e ingressar na cadeia de significantes (LAURENT, 1997, p. 43-44).

A via da alienação é necessária como fundamento do sujeito. Essa operação essencial, através da via do sentido, Lacan define nos seguintes termos:

O véu da alienação se define por uma escolha cujas propriedades dependem do seguinte: que há, na reunião, um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um nem um, nem outro [...] ilustremos isto pelo o que nos interessa, o ser do sujeito, aquele que está ali sob o sentido. Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente. (LACAN, 1964/1985, p. 206).

A partir do pensamento hegeliano, Lacan nos consolidou uma leitura da alienação para a teoria psicanalítica. Mas, se com Hegel, Lacan pensa a alienação, será com Descartes que ele irá desenvolver, mais apropriadamente a dupla função da alienação e da separação e, para tanto, utilizará da máxima cartesiana: o cogito²².

É necessário que aqui eu indique de onde procede o logro hegeliano. Ele está incluído no encaminhamento do *eu penso* cartesiano, onde lhes indiquei o ponto inaugural que introduz, na história, em nossa experiência, em nossa necessidade, o véu da alienação, e que nos impede para sempre de desconhecê-lo. É no encaminhamento cartesiano que o *véu* é tomado pela primeira vez como constituinte da dialética do sujeito, desde então ineliminável em seu fundamento radical (LACAN, 1964/1985, p. 216).

O pensamento cartesiano é subvertido desde o início pelo próprio Freud. O sujeito cartesiano, alicerçado no pensamento, se fundamenta na mestria e na consciência de si interrogando o não-ser, o cogito cartesiano instaura o eu como o sujeito do saber, e o pensamento freudiano é alicerçado no saber inconsciente. Como nos ensina Soler (1997, p. 55), “é o sujeito como escravo e assujeitado ao efeito de linguagem, um sujeito subvertido pelo sistema significante.”.

Lacan interessado em extrair do cogito cartesiano considerações sobre o ser, subverte o método cartesiano na psicanálise, considerando que a divisão subjetiva não oferece nenhuma resposta ao questionamento do ser: “‘lá onde o isso estava’ é falta a partir do sujeito. Na verdade, ela só o é se o sujeito se faz perda. Ora, é que ele só pode pensar fazendo-se ser. ‘Eu penso, diz ele, logo eu sou’. Ele se rejeita invencivelmente no ser desse falso ato que se chama

²² O cogito é abordado através dos textos de Descartes sobre a “dúvida metódica” que consiste no questionamento de que tipo de certeza um sujeito pode ter e de onde extrai essa certeza. O cogito cartesiano surge em um momento histórico para o pensamento científico. Por volta do século XVI o pensamento filosófico encontrava-se estagnado em uma crença no misticismo religioso e no pensamento intuitivo, que proibiam qualquer tipo de pensamento racional considerado subversivo aos desmandos da igreja católica. Nesse contexto, surge o filósofo René Descartes que introduz uma ruptura extraordinária com o pensamento vigente da época. Através do seu procedimento metódico, afirmava que se podia duvidar de tudo, principalmente dos sentidos. Ao mesmo tempo em que conclui que pode duvidar de tudo, também se depara com o fato de que existe algo do qual não se pode duvidar: o fato de que pensa. Paul Strathern, ao escrever sobre a vida e o pensamento de Descartes, afirma que a partir dessa certeza de que pensa, na crença do pensamento nasce o método cartesiano. “Não importa quanto eu possa estar enganado em minhas idéias sobre mim mesmo e sobre o mundo, há apenas uma coisa em que não se pode negar. Estou pensando. Apenas isto prova a mim mesmo minha existência. Na mais famosa observação feita na filosofia, Descartes conclui: ‘*Cogito ergo sum*’ (penso, logo existo)” (STRATHERN, 1996, p. 41).

o cogito” (LACAN, 1967-68, p. 89). Para Brodsky (2004, p. 61), a única afirmação que podemos obter sobre o ser deve ser procurada entre dois significantes, uma vez que o sujeito é representado apenas para outro significante e onde o sujeito está, na condição de objeto que um dia ele foi para o Outro, ele nunca se reconhece nesse lugar.

Do sujeito instalado em seu falso-ser lhe faz realizar algo de um pensamento que comporta o ‘eu não sou’, isso não se dá sem reencontrar, como convém, sob uma forma cruzada e invertida, seu lugar do mais verdadeiro, seu lugar sob a forma do ‘lá onde isso estava’, ao nível do ‘eu não sou’ que se encontra nesse objeto *a* (LACAN, 1967-68, p. 87).

O pensamento cartesiano através do seu cogito afirma uma certeza sobre o ser no ato de pensar. Para Lacan, o estatuto do pensamento lacaniano sobre o sujeito encontra-se em uma subversão do cogito cartesiano. Pois o sujeito do inconsciente nem pensa, nem é. E é o não pensar que permite afirmar o ser. Nessa direção Lacan afirma que:

Tentarei introduzir um tal aparelho como sendo a melhor produção que poderíamos dar, para o nosso uso, do cogito cartesiano, para servir de ponto de cristalização ao sujeito do inconsciente. Esse inverso [...] que o *eu não sou* ou então *eu não penso* realiza em relação ao cogito, se tratará para nós de interrogá-lo, de um modo tal que descubramos, e o sentido desse vel (ou) que o une, e o alcance exato que a negação aqui pode tomar, para nos darmos conta do que diz respeito ao sujeito do inconsciente (LACAN, 1966-67, p. 105-106).

Esses dois avatares da constituição do sujeito possuem uma importância fundamental na elaboração do sujeito como ser desejante. Esses processos de alienação e separação nas relações do sujeito com o Outro, assim como na dinâmica da constituição do sujeito, em seu drama ético, de fazer-se sujeito desejante.

No percurso da construção dessa tese fizemos um recorte de dois momentos onde a alienação se engendra na estrutura do sujeito no ensino de Lacan. Inicialmente é tomada como determinante das nossas identificações, onde o processo em que o sujeito se aliena e passa desconhecer a verdade que o causa é instituído desde as primeiras construções sobre a rúbrica do registro do imaginário e, em um segundo momento, observamos a sua construção como operação que efetua um resto, um excedente, nomeado como o objeto *a*. A descrição e gênese desse objeto será o propósito do nosso próximo subitem.

4.2 O conceito de objeto *a*: uma extração do ‘território’ do Outro

Até agora, percorremos os conceitos fundamentais à construção teórica de uma articulação lacaniana por excelência. Alienação e separação são operações fundamentais para a compreensão da gênese e da estrutura do sujeito. Mas intrínseca a essa operação está também a constituição do objeto *a* como parte perdida do corpo do sujeito na dialética ao campo do Outro. Para esse percurso é importante construir a gênese do objeto lacaniano, uma vez que, será através dele que irá se constituir o campo do gozo para sujeito e, nessa articulação entre sujeito e objeto, descreveremos uma cartografia do campo do gozo.

Ao iniciarmos essa pesquisa, primeiramente, devemos compreender a origem do nome “objeto *a*”. Por que esse objeto não tem nome e é definido por uma letra? A escolha por uma palavra sempre se refere a um posicionamento metafórico, no qual a função própria ao significante ficaria fora da significação e é nisso que a importância da função algébrica da letra “*a*” se introduz. Segundo Lacan, (1962-63/2005) um posicionamento puro da identidade pois ela permitiria reconhecer a identidade do objeto nas diversas incidências em que ele surge.

Outro ponto fundamental sobre a referência a esse objeto é que Lacan o designa referindo-se ao objeto do conhecimento, contudo ele designa o objeto *a* como aquilo que faz furo no conhecimento:

No entanto, não se deve confundir esse objeto do desejo com o objeto definido pela epistemologia. O advento do objeto de nossa ciência é muito especialmente definido por uma certa descoberta da eficácia da operação significante como tal. Isso quer dizer que o que é próprio de nossa ciência, digo, da ciência que existe a dois séculos entre nós, deixa em aberto a questão do que chamei há pouco de faceta cósmica do objeto (LACAN, 1962-63/2005, p. 47).

A objetividade concernente ao pensamento científico não se aplica ao conceito de objeto para Lacan, uma vez que o objeto *a* não se submete ao reino da representação que habita o imaginário da ciência. Trata-se de um corte irreduzível que o significante introduz e faz incidir sobre o corpo uma perda radical e constitutiva para o sujeito, essa perda é representada em sua função de causa do objeto.

O percurso teórico que Lacan utilizou para fundamentar o objeto e demarcar a sua presença na economia do sujeito, parte de uma retomada teórica dos objetos parciais, a partir da primazia concedida ao significante. Para Costa-Moura e Costa-Moura,

[...] mais que um inventário dos objetos freudianos, o que se produziu aí foi antes o lugar do objeto próprio da psicanálise, por assim dizer. Objeto que deriva da estrutura de linguagem, mas que toca diretamente ao sujeito como parte perdida de si (COSTA-MOURA; COSTA-MOURA, 2011, p. 266).

A originalidade da posição de Lacan, em relação às outras teorias objetais, está em tomar o seu objeto do lado da falta, como uma função de causa. Por isso, a sua definição do objeto está sempre do lado do objeto *causa* de desejo e não do objeto *de* desejo. Esta diferença é fundamental. “O objeto perdido nos diferentes níveis da experiência corporal em que se produz o seu corte, é ela que constitui o suporte, o substrato autêntico, de toda e qualquer função da causa” (LACAN, 1962-63/2005, p. 237). Através desse corte efetuado pelo significante, nos diferentes níveis em que a experiência corporal se deu, são disponibilizados ao sujeito, possíveis significados para o objeto *a*.

Lacan argumenta que sua novidade conceitual é concernente à lógica topológica estrutural adotada pela pulsão. A satisfação da pulsão encontra-se em realizar o circuito em torno do objeto, sempre no intuito de restaurar a sua perda. Sobre esse circuito de satisfação inapreensível ao reino da imagem, Lacan afirma:

O objeto desliza para dentro, passa para algum lugar. É a mesma palavra que serve *Verschiebung*, o deslocamento. Que o objeto, em sua função essencial, é algo que se furta ao nível de captação [...] Por outro lado, há nesse nível uma posição expressa entre dois termos – *ausseres*, externo, e *inneres*, interior. É indicado com precisão que o objeto deve ser situado *ausseres*, no exterior, e, por outro lado, que a satisfação da tendência só consegue realizar-se na medida em que se liga a alguma coisa que deve ser considerada no *inneres*, no interior do corpo, onde ela encontra sua *befriedigung*, sua satisfação (LACAN, 1962-63/2005, p. 115).

Essa ideia de uma interiorização-exteriorização concernente ao objeto, irá situar o objeto *a*, como uma forma anterior ao momento em que o sujeito se deixa capturar como especular no campo do Outro. Uma parte alucinada de satisfação que é perdida de si, ao adentrar no campo da linguagem, através da demanda do Outro. Com a entrada desse Outro, aprendemos que o campo pulsional também entra no jogo. Essa concepção lacaniana sobre a interiorização-exteriorização concerne a esse circuito de satisfação pulsional, que o sujeito sempre tenta refazer através da demanda que estabelece ao Outro.

Esse circuito de interiorização-exteriorização também é explorado por Lacan ao utilizar o exemplo topológico da banda de Moebius em que designará a diferença do seu objeto da angústia e o objeto constituído na relação especular. Por não possuir uma imagem especular a face interior-exterior transforma-se em uma única face, essa operação constitui-se através de um corte na figura do *cross-cap*. A parte vazada da superfície que resta como residual é a banda de Moebius.

Quando Lacan (1964/1985, p. 166) define o objeto da pulsão, ele nos ensina, por meio do exemplo da satisfação obtida pela pulsão oral, que a satisfação da pulsão inclui sempre um outro como exterior ao sujeito. Desta forma, ele nos diz: “A esse seio, na sua função de objeto,

de objeto *a* causa do desejo, tal como eu trago a sua noção – devemos dar uma função tal que pudéssemos dizer seu lugar na satisfação da pulsão. A melhor fórmula nos parece ser esta – que a pulsão o contorna”. Este ensinamento nos permite abordar a ideia de causa e o lugar do objeto *a* na estrutura. Sobre esta ideia Quinet afirma:

O postulado fundamental da psicanálise sobre o objeto perdido do desejo se conjuga com a impossibilidade de satisfação completa da pulsão. Esta não pode atingir o objeto que poderia satisfazê-la, pois ele está, por definição, estruturalmente perdido. Os objetos que ela encontra para se satisfazer, como o seio por exemplo, o dedo ou uma chupeta para a pulsão oral, são sempre substitutos, *Ersatz*, desse objeto que um dia, como um mito, traz uma primeira satisfação. Mas isso não quer dizer que a pulsão não se satisfaça, pelo contrário, a pulsão está sempre se satisfazendo. Como? Através do objeto (QUINET, 2012, p. 37).

O sujeito se constitui no lugar do Outro e a sua marca se constitui na relação com o significante. Mas o objeto ressitua o campo estrutural do sujeito e circunscreve um lugar problemático na relação do sujeito ao significante. Esse lugar se refere onde somos causados como sujeito, o nosso lugar como desejantes na estrutura, e diante do qual o maquinário significante sempre fracassa, uma vez que o objeto aponta para algo na estrutura que não se deixa reduzir à linguagem.

Por meio dessa captura do desejo do Outro o objeto distingue-se por diferentes formas de apreensão pelo sujeito. Lacan divide essas formas de apreensão em dois grupos. No primeiro grupo encontram-se os objetos da demanda: objetos oral e anal; no segundo, os objetos do desejo: objeto olhar e voz. Cada encontro com esses objetos é correlato a um tipo de angústia. “Em todos os níveis dessa constituição, o objeto adere a si mesmo como objeto *a*. Sob as diversas formas em que ele se manifesta, trata-se sempre de uma mesma função, e de saber como ele se liga à constituição do sujeito no lugar do Outro e o representa” (LACAN, 1962-63/2005, p. 320-321). Os objetos oral e anal instituem a presença da demanda na constituição do sujeito. O objeto oral é um objeto paradigmático, trata-se do seio na função de desmame e de uma certa configuração do objeto no qual é o sujeito que tem que se destacar do objeto. O objeto seio é constituído nessa relação como pertencente ao sujeito e não à mãe. “A mama é como que aplicada, implantada na mãe. É isso que lhe permite funcionar estruturalmente no nível do *a*, que se define como algo que a criança é separada de maneira interna à esfera da sua própria existência” (LACAN, 1962-63/2005, p. 256).

O objeto seio demonstra que esse corte, que pressupõe a castração, incide sobre a mãe e sobre o bebê, mas sempre deixando restos e consequências diferentes para ambos. Nessa relação do sujeito com o objeto oral, o que se coloca é a condição objetal do sujeito por relação ao Outro. Essa separação efetuada do corpo da mãe é a condição fundamental para a

constituição do sujeito. “O *a* é um objeto separado, não do organismo da mãe, mas do organismo da criança” (LACAN, 1962-63/2005, p. 258).

O objeto anal presentifica a sua relevância como objeto no discurso analítico ao instituir a sua demanda no campo do Outro. “Por que via o excremento entra na subjetivação? Bem, entra por intermédio da demanda do Outro, representada, no caso, pela mãe” (LACAN, 1962-63/2005, p. 327). Na organização libidinal anal, um objeto será demandado pelo Outro e é a entrada dessa demanda no campo do Outro que será determinante no abandono ou não desse objeto. A perda desse objeto implica uma dialética por relação a satisfazer o Outro. Se observarmos, no nível do objeto oral, uma separação parte do sujeito, no nível anal será a dinâmica exercida pela demanda do Outro que controlará esse abandono.

A demanda, também nesse aspecto, tem um papel decisivo. Aquele pedaço que o sujeito tem um certo receio de perder, afinal, vê-se reconhecido por um instante a partir de então. É elevado a um valor muito especial, é pelo menos valorizado por satisfazer a demanda do Outro (LACAN, 1962-63/2005, p. 327).

O objeto fálico possui uma função central em relação a todos os objetos. Este objeto é o falo como falta, o falo no que ele acena para a detumescência. Essa possibilidade de falta, inerente ao instrumento é o que regula todo o funcionamento fálico. Lembremos que a introdução da dialética fálica implica uma intervenção Outra. É a intervenção paterna na dialética imposta entre o sujeito e o Outro que apontará que existe algo mais além da demanda do Outro: existe o desejo. Costa-Moura nos ensina que:

A função central do falo – definida pela falha do falo – coloca a questão (que é ética, que não se resolve por si mesma) da inexistência de uma satisfação que pudesse ser resolutive para o sujeito. Graças ao que, o desejo está para sempre apenas à questão do gozo, e não à questão da regulação homeostática (COSTA-MOURA, 2011, p. 233).

Essa função central ao falo devido a sua intervenção como falta na dialética do sujeito, resultará sobre a dinâmica de todos os objetos. No nível oral, a intervenção do falo aponta para um além do desejo da mãe, ressaltando retroativamente que existe uma impossibilidade de satisfazer inteiramente a essa demanda ao Outro. No nível anal, essa influência do objeto fálico nessa dialética imposta pela demanda do Outro, é o que fará desse objeto anal o suporte do objeto *a*, pois a perda das fezes remete o sujeito à castração, a perda do falo como um objeto precioso. Para Lacan:

No estágio da castração fálica, há o menos-falo, a entrada da negatividade quanto ao instrumento do desejo, no momento do surgimento do desejo sexual como tal no campo do Outro. Mas, nessas três etapas, o processo não se detém, uma vez que, em

seu limite, deveremos encontrar a estrutura do *a* como separado [...] em suma, a mola radical que faz passar do nível da castração para a origem do objeto do desejo. (LACAN, 1962-63/2005, p. 251).

Por intervenção da posição que ocupa o objeto fálico, é que o olhar e a voz poderão retornar e se remeter aos objetos oral e anal. É através dessa relação de retroação operada pela posição do objeto fálico que poderemos explicar as ligações entre a fase oral e as manipulações primárias do supereu como voz; assim como a ligação da fase anal com a escopofilia. “Todos sabem [...] das ligações da fase oral e de seu objeto como as manifestações primárias do supereu. Ao lembrar-lhes sua ligação evidente com a forma de objeto *a* que é a voz” (LACAN, 1962-63/2005, p. 321).

O objeto da pulsão invocante, por excelência, é a voz, a qual Lacan desdobrará como supereu. Esse objeto invocante é algo que cai do Outro, cai da demanda materna e no qual o sujeito tem o privilégio de testemunhar o lugar da alteridade. Ao se referir a que voz se trata quando evocamos esse objeto, Lacan (1962-63/2005, p. 274) prontamente responde: “De que voz se trata? [...] Veremos o seu sentido e o seu lugar referenciando-nos pela topografia da relação com o grande Outro”. Trata-se de uma voz que ressoa num vazio, um vazio que evoca uma garantia do Outro como tal, em que o sujeito se encontra. “Se a voz, no sentido em que a entendemos, tem alguma importância, não é por ressoar num vazio espacial qualquer” (p. 300). A voz, diz Lacan (1962-63/2005, p. 300), “responde ao que é dito mas não pode responder por isso. Em outras palavras, para que ela responda, devemos incorporar a voz como alteridade do que é dito”. O que introduz o sujeito na ordem da demanda é o Outro, ao nos introduzir no campo da linguagem, essa voz referente ao Outro e que se dirige ao pequeno sujeito, apenas faz eco para um vazio que é o lugar vazio do Outro como tal.

Heloisa Caldas em seu livro *Da voz à escrita: clínica psicanalítica da literatura*, nos ensina sobre esse lugar da voz na constituição do sujeito: “A voz como objeto ocupa esse lugar limite, litoral, entre a presença de um querer dizer e o silêncio como avesso do dito. Ela se articula com o objeto indizível, indica justamente o que não pode ser dito” (CALDAS, 2007, p. 95). A voz, portanto, não se situa em relação ao som e sim em relação à linguagem. O sujeito está fundamentalmente confrontado à voz como imperativo — que reclama obediência ou convicção. É o supereu. A voz grossa, som no vazio que não se propaga. O objeto aqui é invocante porque, de alguma maneira, chama um sujeito a se representar. Trata-se de um objeto que cai da fala que é dirigida ao sujeito. Algo que é caído do Outro, a incorporar. É a voz como alteridade ao que se diz, há o que eu digo e há algo que cai disso que eu digo que é o objeto voz. Esse objeto extraído do órgão da palavra é a voz como alguma coisa que não se reduz ao

dito, mas que me atinge, provocando uma certa incidência pulsional. Para Caldas, a voz é justamente essa extração do jogo da pronúncia da palavra:

A voz, portanto, não se confunde com a articulação dos fonemas no jogo diacrítico da linguagem e é índice da presença do desejo do Outro. Ela pode dispensar o jogo da linguagem e aparecer na demanda do grito ou no enigma do sopro do shofar, mas não se reduz ao significante, embora seja este que mais frequentemente a veicule. (CALDAS, 2007, p. 94).

Por sua vez, o outro objeto que trataremos será o escópico, que é definido como o campo exemplar da fantasia, que contorna a nossa vida enquanto seres desejantes, “De todos os objetos nos quais o sujeito pode reconhecer a dependência em que está no registro do desejo, o olhar se especifica como inapreensível” (LACAN, 1964/1985, p. 86). Ao se referir ao olhar, Lacan (1964/1985, p. 86) nos diz que “O olhar só se nos apresenta na forma de uma estranha contingência, simbólica do que encontramos no horizonte e como ponto de chegada de nossa experiência, isto é, a falta constitutiva da angústia de castração”.

Mas, inicialmente, o que é olhar para Lacan? Ele define a importância do olhar justamente através do “escotoma”, ou seja, de uma perda do campo visual. “O olhar é produzido pelo esvaziamento na visão de tudo o que é capaz de fazer imagem” (LEGUIL, 1997, p. 312).

Para melhor ilustrar a presença desse objeto no campo escópico, utilizaremos uma experiência pessoal do próprio Lacan (1964/1985, p. 97) em em que ele relata uma experiência à altura dos seus vinte anos, quando se deparou com uma “latinha” que espelhava ao sol. Certa vez, estando ele em um barco junto a membros de uma família de pescadores. Um deles mostra a Lacan algo que boiava na superfície das ondas e diz-lhe: “Tá vendo aquela lata? Tá vendo? Pois ela não tá te vendo não!”. A “latinha”, é óbvio, não vê, mas ela demonstra ao jovem Lacan, que ela olha. Lacan se refere a essa cena como uma mancha que ele era na cena: “Eu era mancha no quadro” (LACAN, 1964/1985, p. 108). Não passava de um corpo estranho ali, querendo fazer ‘Um’ com tudo aquilo. E quando relata isso, descreve que experimenta ainda certa angústia só em se lembrar dessa posição. Brousseau (2008, p. 72) ao comentar esse episódio de Lacan, afirma que: “Nós mesmos temos experiências de grande aflição, quando nos vemos aparecer no Outro como uma mancha. É o objeto olhar que aparece: algo não nos olha e nós nos vemos vistos como uma mancha”.

O que se constituiu anteriormente é essa mancha, é por onde posso, de alguma forma, me interrogar sobre o desejo do Outro. A mancha e o olhar podem ser vistos da mesma forma. Pois os dois introduzem a dimensão de opacidade. É o sujeito que emerge como tal, em sua dimensão objetual, emerge como aquilo que é olhado. Sobre esse olhar e o sujeito Quinet afirma:

O olhar, objeto da pulsão escópica, é o objeto de desejo ao Outro, desejo para o Outro. No âmbito da atividade da pulsão escópica está o fazer-se ver pelo Outro, e assim o sujeito se dá a ver, se exhibe para o Outro: ser olhado se encontra no objetivo final da pulsão voyeurista – exibicionista. Daí tratar-se de um desejo para o Outro, que convoca, portanto, o seu olhar (QUINET, 2012, p. 39).

Para que o sujeito possa ter acesso ao espelho, ao Outro no espelho, há alguma coisa que se constituiu antes que faz com que o sujeito possa identificar ali naquele lugar a imagem e tomá-la como sua. Neste nível em que o objeto *a* intervém na realidade do espelho, ele o faz furando e perturbando essa relação especular. François Leguil, nos remete a essa presença do objeto olhar como visão perturbadora ao especular.

O objeto olhar ‘desespera’ o olho, indica-lhe que não vê tudo – em 1964, Lacan fala de “castração escópica” – pois esse objeto olhar é mascarado nas condições usuais. Ele é dissimulado na visão pela relação especular, aquela em que o sujeito faz a experiência do ver-se vendo-se (LEGUIL, 1997, p. 311).

Os objetos olhar e voz, fundamentam sua presença através do campo do desejo. São eles que corporificam a sua presença como uma interrogação para o Outro sobre o desejo. Mas esses objetos exercem a sua atividade pulsional no campo do gozo, sob a égide de uma instância que se origina, em parte, da identificação, de modo que quando nos remetemos a esta instância estamos nos referindo ao supereu. Este exerce a sua função através dos objetos olhar e voz. Para Quinet,

Nessa posição de objeto do Outro o sujeito está identificado ao *a*: ele é idêntico ao olhar que o vigia, à voz que o xinga, ao objeto oral a ser deglutido, ao dejetado a ser jogado fora. O objeto *a* é também um dos nomes do supereu: o olhar que vigia e a voz que critica (QUINET, 2012, p. 45).

Em 1968, Lacan fez novas contribuições ao seu conceito de gozo. Nesse momento da sua teorização, já havia ultrapassado a predominância do simbólico e feito elaborações em relação ao objeto *a*. Em seu *Seminário 16 - De um Outro ao outro* (LACAN, 1968-1969/2008b), ele estabelece uma relação de homologia ao discurso marxista e explora o dito de Marx para introduzir o lugar em que temos que situar a função essencial do objeto *a*. Lacan busca, através da investigação psicanalítica, o que essa experiência permite enunciar paralelamente à questão marxista sobre o objeto do capital.

O conceito de mais-valia em Marx parte da função do mercado para introduzir como o trabalho se situa nesse mercado, essa observação permite a Marx demonstrar a função da mais-valia, inaugurando assim o seu discurso. “A taxa de mais-valia é, assim, a expressão exata do

grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 1867/2013, p. 294). A mais-valia, consequentemente, consiste em uma parte do trabalho que não é remunerada ao trabalhador, esse trabalho não gratificado é espoliado do proletariado e contabilizado como ganho ao capitalista e uma perda para o trabalhador.

O importante é o que Marx designa e o que quer dizer com o seu procedimento, que é “A identidade do discurso com suas condições” (LACAN, 1968-1969/2008b, p. 17). O trabalho já existia na produção das mercadorias, mas Marx institui um discurso que articula essa relação sob o jugo do capitalismo, pois “O capitalismo alterou por completo os hábitos do poder” (Lacan, 1968-1969/2008b, p. 232). O que importa nessa relação de homologia à teoria marxista não é a equivalência ao seu discurso, mas indagar sobre o que essa descoberta nos permite pensar.

O que Marx denuncia na mais-valia é a espoliação do gozo. No entanto, essa mais-valia é o memorial do mais-de-gozar, é o seu equivalente do mais-de-gozar. A sociedade de consumidores adquire seu sentido quando ao elemento, entre aspas, que se qualifica de humano se dá o equivalente homogêneo de um mais-de-gozar qualquer, que é o produto de nossa indústria, um mais-de-gozar – para dizer de uma vez – forjado (LACAN, 1969-1970/1992, p. 76).

A renúncia ao gozo, que também mantém relações com o trabalho, não é inédita. O que há de novo, nessa relação, é a existência de um discurso que articula essa renúncia e que se evidencia pela função do mais-de-gozar. Essa renúncia ao gozo dá lugar ao objeto *a*, que assume a imagem de entidades efêmeras (seio, olhar, voz, fezes), “O mais-de-gozar é uma função da renúncia ao gozo sob o efeito do discurso” (Lacan, 1968-1969/2008b, p. 19). É essa relação de renúncia engendrada pela função do mais-de-gozar que constitui o sintoma como o articulador do sujeito em sua relação com o gozo e essa é a essência do discurso psicanalítico.

4.3 O sujeito e o território: uma articulação pela extimidade

Lacan vai nos mostrar que a obra de Freud aparece como a análise da relação essencial que une a linguagem ao desejo, e as formações do inconsciente são algumas das formas de expressão substitutivas desse desejo. Nesse sentido, podemos afirmar que para a psicanálise somos constantemente atravessados por um Outro discurso que nos habita e que é antes de tudo: “Pré-histórico impossível de esquecer, do qual Freud afirma a necessidade de uma posição

primeira sob a forma de alguma coisa que é *entfremdet*, alheia a mim, embora esteja no âmago desse eu” (LACAN, 1959-1960/1986, p. 89). Essa “exterioridade íntima” é traduzida em Lacan pelo neologismo “extimité” (“extimidade”) (LACAN, 1959-60/1986, p. 169) e representada mais tardiamente em seu ensino sob a forma topológica da banda de Moebius.

Podemos considerar essa hipótese com Lacan (1955-56/1981, p. 231) que nos ensina que: “De fato, o significante, com seu jogo e suas insistências próprias, intervém em todos os interesses do ser humano – por mais profundos, primitivos, elementares que os suponhamos”. Isso nos permite submeter o território a uma outra leitura que inclua o sujeito e ela pode ser operada de maneira análoga, ao que o analista escuta em uma narrativa de um sonho, de um ato falho ou como trabalha o sintoma neurótico com as arbitrariedades, substituições e deslocamentos que estão ligados a presença do significante.

Essa condição nos leva a pensar no conceito de extimidade, que subverte a perspectiva do fora-dentro e é trabalhado por Lacan desde o seu *Seminário 7 – A Ética da Psicanálise* (1959-60/2008), passando pelo *Seminário 10 – A Angústia* (1962-63/2005) e a extensão do seu desenvolvimento dar-se-á nos anos 70, quando trabalhará os conceitos de real, simbólico e imaginário através da topologia.

'Extimité', que é o vocábulo criado por Lacan, contém uma oposição ao congênere 'intimité', basta indicar isso pelo prefixo 'in' que foi substituído pelo prefixo 'ex'. Para Iannini, que faz um estudo detalhado da morfologia desse significante, é interessante destacar que:

Em português, a morfologia do vocábulo não é diferente: “ex-timidade” (neologismo) opõe-se a “in-timidade”, assim como “ex-terior” opõe-se a “in-terior”. Isso não quer dizer que “êxtimo” seja equivalente a “exterior”: apenas do ponto de vista morfológico as duas palavras são semelhantes. Mas a morfologia não basta. A topologia implicada na oposição entre “interior” e “exterior” não é a mesma da topologia implicada na oposição entre “íntimo” e “êxtimo”. Por ora, vale anotar que, se nas línguas neolatinas como o francês e o português, “êxtimo” e “extimidade” são neologismos, em latim existe o vocábulo “extĭmus”[...] No *Dicionário etimológico do latim-francês*, de 1932, Gaffiot registra: “Extĭmus (extŭmus), 1. situado na extremidade, que está na ponta, o mais distante; 2. Desdenhado, desprezado (IANNINI, 2015, p. 1).

Obviamente, a morfologia não dará conta do que queremos tratar aqui, mas nos trará dois sentidos que são íntimos à nossa prática: o mais extremo, mais distante é também aquilo que é desprezado, desdenhado; e na complexa relação entre intimidade e exterioridade não é justamente o objeto *a* que está em jogo?

Dizer com Lacan que algo é êxtimo é afirmar que possui a condição de ser íntimo e radicalmente exterior. A extimidade é um neologismo que institui maneiras inéditas de se apropriar da clínica e será por meio dela que articulamos uma nova maneira de praticá-la e

transmiti-la. Nosso desafio é o de pensar o conceito de extimidade como um operador no próprio uso do território.

O que propomos é pensar o sujeito e o Outro como os componentes que constituem o território e que também compõem a realidade que desconhecemos: a realidade psíquica. Essa realidade que determina a nossa existência e o modo como nos posicionamos no mundo, não pode ser pensada sem um entrelaçamento entre realidade interna e externa. Ou seja, não há como pensar o território sem considerar a cozedura destas duas realidades, que na verdade possuem limites artificiais e que nos impõem a condição de sermos muitas vezes íntimos e estrangeiros.

Encontramos uma primeira referência em Lacan ao significante território no escrito: *Posição do Inconsciente no Congresso de Bonneval* (1960, retomado em 1964). Neste texto, Lacan aborda a posição do inconsciente como a instauração de uma posição subjetiva, e em uma de suas passagens discute a imagem da libido tal qual um órgão, mas um órgão irreal que precede e condiciona o subjetivo, estando sempre às voltas com o real. Em relação a esse órgão que, de fato, passeia fora do corpo, Lacan afirma: “A libido é a lamela que o ser do organismo desliza até seu verdadeiro limite, que vai mais longe que o do corpo. Sua função radical no animal se materializa, nessa etologia, pela súbita queda de seu poder de intimidação nos limites de seu ‘território’.” (LACAN, 1960, p. 862).

O Mito da lamela no texto “Posição do inconsciente” é o que substitui o mito do pai original, partindo do princípio que essa perda de vida, se constitui como o princípio de toda a libido. Sem a libido o laço não se estabelece. Para Soler. “A libido tem sempre um objeto em vista, ela manifesta e resulta daquilo que Lacan chamou de forma tão bela ‘o poder da pura perda’” (SOLER, 2016, p. 19).

Lacan evoca um estado inicial dessa ideia, ao citar o território que ex-siste ao corpo do animal, e que determina uma zona que, se invadida, representa uma ameaça para este, ou seja, o corpo vai além do envoltório corporal e se refere a uma zona que ex-siste ao próprio corpo. É o que Miller (2003, p. 9) irá afirmar em seu texto sobre a invenção psicótica: “Há um corpo, mas há alguma coisa do corpo, uma certa zona, que se estende em torno do corpo e que é contígua a ele”. Esse órgão que passeia fora do corpo, também diz respeito a como um sujeito elege o seu território e como um território o constitui, sob os significantes que se enlaçam socialmente a sua posição como objeto de gozo do Outro.

Uma outra articulação que iremos abordar junto ao conceito de território, será pela perspectiva de litoral de Lacan, trabalhado em seu escrito: *Lituraterra* (que permitirá a psicanálise construir interfaces com outros saberes). Neste texto, nos deparamos com uma

citação que inclui novamente o significante território: “A fronteira, com certeza, ao separar dois territórios, simboliza que eles são iguais para quem a transpõe, que há entre eles um denominador comum. Esse é o princípio do *Umwelt*, que produz um reflexo do *Innenwelt*” (LACAN, 2003, p. 18). Dizendo, portanto, respeito a uma interioridade – em referência ao mundo interno como realidade psíquica – do sujeito. Costa (2009, p. 26) afirma que o que Lacan trabalha como “borda” em *Lituraterra* suporta a própria constituição do sujeito através da noção de “extimidade” que é uma: “torção necessária a concepção do dentro e fora”.

O “território usado” também diz de um uso de gozo. Pensamos que o uso do território também se remete a posição de objeto em relação a qual o sujeito se constituiu em sua realidade psíquica. Essa relação é norteadora para a compreensão de como o sujeito sofre em sua relação com o seu sintoma.

Introduziremos dois casos clínicos e uma experiência de grupo em um CAPSad III como uma possibilidade de articulação da psicanálise com o conceito de 'território' de Milton Santos, pensando um uso singular do sujeito deste conceito, como uma ferramenta clínica nas práticas de saúde mental.

4.4 Relatos clínicos de experiências em articulação ao trabalho com o território

4.4.1 O homem da farda

Quando cheguei à residência terapêutica, Caio tinha uma farda militar completa com todos os aparatos (algemas, cassete e arma de choque) dos quais não se sabia a origem. O paciente em questão se apresentava como: “guarda de trânsito”, vestindo essa farda todas as tardes para, segundo ele, “trabalhar” como guarda de trânsito. Caio aplicava multas, regulava o trânsito e chegava a dar voz de prisão para as pessoas na rua.

O serviço de saúde mental, referência do caso, me convoca para desenvolver um trabalho que eles entendiam como um “trabalho de território”, o que para eles implicava em minha intervenção na comunidade explicando a situação de Caio e informasse sobre o que os técnicos acreditavam que era o diagnóstico de Caio: um retardo mental leve²³. Outra direção de

²³ Diagnóstico F70 pelo manual de classificação internacional de doenças, CID 10.

trabalho que me foi exigida, foi a de que eu retirasse a sua vestimenta, pois assim estaríamos protegendo o paciente de um possível espancamento ou morte.

Em lugar de fazer o que foi exigido pela instituição, me proponho a acompanhar o paciente algumas vezes pela localidade onde ele tinha destino certo, sempre em determinado sinal de trânsito. Ao questionar Caio sobre a farda do guarda, ele me pergunta se eu iria retirar-lhe a farda e eu lhe afirmo que não iria fazer isso. Aparentemente mais aliviado, o paciente narra que viveu em instituições psiquiátricas desde a primeira infância, que antes dos sete anos já se encontrava internado na instituição e dela saiu apenas para o serviço de residência terapêutica. Enquanto esteve internado em um hospital psiquiátrico, os técnicos entregavam-lhe um cassetete para que ele pudesse estabelecer a “ordem” no recinto e que, a partir desse momento, passou a ser designado pelos outros como o “Xerife” do pavilhão. Uma nomeação que sustenta a farda que ele portava na residência terapêutica, mas não produzia qualquer laço social.

Ao contar sua história, ele relata que seu pai era alcoolista e tinha sido abandonado pela mãe duas vezes: uma quando ela foi viver com outro homem; e a segunda, quando a mãe retorna e se depara com a morte do ex-marido e resolve fugir novamente, deixando Caio aos cuidados dos irmãos, que o abandonam em uma instituição psiquiátrica.

A partir de alguns encontros, produzi algumas hipóteses sobre sua estrutura e a lógica das suas construções sobre a “farda do guarda”. Caio encontrava-se ‘fixado’ à imagem do guarda. A autoridade - que se faz representar na imagem do guarda - que, como lei simbólica, teria sido internalizada se houvesse a intervenção do significante paterno. Para o sujeito psicótico o que não foi internalizado retorna de fora como uma construção corporal delirante na figura do guarda, como uma estereotipia que lhe serviria como uma localização do gozo por uma via imaginária consistente.

Quando Caio muda-se para a residência terapêutica, é destituído de um lugar que o localizava discursivamente no campo do Outro, uma vez que, dentro da instituição psiquiátrica ele era nomeado como “Xerife”, impondo-se em uma imagem de autoridade perante um outro que dele quer gozar como objeto. Sendo assim, ficar sem o lugar do “Xerife” poderia resultar num despedaçamento corporal, e a maneira possível para unificar esse corpo enigmático, e de alguma forma evitar o seu total despedaçamento, foi se fincando na imagem do “guarda de trânsito”. Essa estratégia psicótica lhe conferia um apaziguamento das perturbações tanto no nível da linguagem como no nível corporal e, certamente, alcançou efeitos de pacificação sobre o seu gozo.

Para Miller (2003, p. 7), “É o que Lacan aponta como sendo o particular do esquizofrênico, que se caracteriza por não poder resolver os seus problemas de ser falante como todo mundo, apelando para discursos estabelecidos, discursos típicos”. A afirmação de Miller nos remete ao que conhecemos como uma tipicidade da própria estrutura psicótica, que seria o trabalho solitário que o psicótico realiza e que lhe permite um tratamento inicial do sujeito para o gozo do qual padece, mas que também tende a ruir de acordo com os encontros do sujeito com o mundo e com as contingências do laço social.

Quando estamos diante de um desencadeamento psicótico, também estamos diante dos significantes pertinentes à sua estabilização, sendo, a partir deles, possível dar contorno ao que não foi simbolizado e retornou no real. Apostando nessa premissa, seguimos. Tempos depois, Caio me entregou sua farda e me afirmou que não queria mais ser guarda de trânsito, pois havia encontrado um outro emprego. Agora ele era um “guarda de carros” e que, por essa nova função, estava cobrando e podendo ganhar dinheiro com isso. Aceitei o gesto de me entregar a farda como efeito da minha recusa em tentar tomá-la de Caio desde o início, pois percebi que isso teria um efeito próximo de um rompimento com qualquer possibilidade de tratamento.

Trabalhamos assim na direção de acolher essa virada a partir dos elementos significantes que compõem uma nominação: do Xerife (lugar no manicômio) ao guarda de trânsito (no ‘trânsito’ para a residência terapêutica), e deste ao guarda de carros, que permite um novo laço social, na medida em que pode ser compartilhado e cria seu próprio território. Trata-se de uma passagem que evoca um lugar que havia sido esvaziado na saída da longa internação para o que agora lhe confere um novo lugar no Outro.

O território nos auxilia a pensar o caso e o seu cuidado, não apenas por seu uso como espaço geográfico - que aqui identificamos como os lugares por onde frequentemente circulava Caio - mas também, para nos questionarmos sobre como o sujeito utiliza o território? É importante sublinhar que em instituições psiquiátricas manicomiais - que também são territórios - os lugares ocupados por aqueles que exercem a violência e o aprisionamento têm um valor de poder atribuído ideologicamente por essas organizações. Neste exemplo, podemos considerar que a imagem de “xerife do pavilhão” é sustentada por um discurso ideológico de poder sobre os outros internos. O conceito de território ajuda-nos a entender que por meio da ideologia, se produzem imagens e discursos em conformidade com os interesses de uma classe que ocupa o poder, no caso das instituições psiquiátricas, os técnicos.

Essas imagens e significantes possuem importância na constituição da realidade psíquica do sujeito, pois com elas existe toda uma economia de gozo em jogo. Esse maquinário

de imagens contribui para a constituição de sua realidade psíquica ao eleger esse suporte imaginário para sustentar sua existência e proteger-se de um despedaçamento corporal.

4.4.2 O homem da chave no pescoço

Romário era um paciente oriundo de longa internação em uma clínica psiquiátrica privada e morava na residência terapêutica há alguns anos. A residência em questão era de alta complexidade, todos os moradores tinham extrema dependência dos cuidadores e alguns tinham pouca orientação espacial em relação ao território devido ao quadro crônico dos seus diagnósticos. Quando cheguei à residência, os cuidadores se queixavam da agressividade do morador, principalmente de seus constantes embates para poder sair à rua quando lhe conviesse.

Romário era um paciente psicótico que também possuía um retardo mental moderado, com um dano considerável em relação aos movimentos do lado esquerdo do corpo. Ele era razoavelmente orientado de modo espaço-temporal em relação ao território. Andava por todos os lados e, ainda que se perdesse, sempre conseguia retornar para a residência. A questão era que, para os cuidadores era necessário que Romário saísse sempre acompanhado, pois entendiam que o morador não possuía capacidade para sair sozinho, apesar dele nunca ter deixado de retornar à residência. Outro problema seria pelo volume de trabalho na residência, pois nem sempre os cuidadores tinham disponibilidade para acompanhar o paciente, deixando-o sempre irritado. Assim, Romário recorria com frequência à violência e à intimidação para poder sair de casa a qualquer custo.

Em uma de suas fugas, os cuidadores ligaram-me desesperados dizendo que Romário acabara de fugir de casa. Em seguida, interrogaram-me sobre qual medida punitiva eu iria aplicar por seu comportamento. A minha indicação foi a de que o paciente pudesse me ligar assim que chegasse em casa. Quando ele retornou à residência, me ligou e eu lhe perguntei como tinha sido o passeio. Então ele me respondeu que tinha andado pela cidade e ainda tinha tomado um banho de chuva.

O episódio foi retomado em reunião com os cuidadores, que revelaram o profundo mal-estar que sentiram ao perceber que eu não iria punir Romário, e eles presumiram que o morador iria responder ao meu ato com mais violência. Em conversa com os cuidadores, questiono o porquê de ser essa a única indicação possível para o caso, e escuto a seguinte indagação: *“Como um paciente, com aquele nível de gravidade, podia andar sozinho pelo território?”*. Para a

equipe, o morador só poderia sair acompanhado, justamente por ser um paciente psiquiátrico, com um retardo considerável e os profissionais tinham uma responsabilidade legal sobre o morador.

Sustento que apesar do seu quadro ter uma certa gravidade, isso não alterava a sua orientação e era possível apostar que ele podia sair sozinho, pois afinal só poderíamos saber que ele se perderia se ele, de fato, se perdesse, visto que até então, tudo o que sabíamos era que todas as vezes em que Romário saía de casa, ele retornava. Foram necessárias muitas reuniões para que os próprios cuidadores permitissem acolher a ideia do morador poder sair sem algum deles.

Novamente me deparei com o território como uma ferramenta articuladora de muitas possibilidades para o caso. Certa vez, Romário solicitou uma *cópia da chave da residência para tê-la no pescoço*. A demanda de um objeto do campo da realidade para pendurá-lo em seu corpo, nos remete a uma das referências de Lacan em *Pequeno discurso aos psiquiatras*, onde afirma que o psicótico "carrega o objeto *a* no bolso" (LACAN, 1967, apud ALBERTI; RIBEIRO, 2012, p. 199). Romário estava tentando, através de um trabalho com a chave no pescoço, extrair o objeto *a* do campo da realidade, retirando do outro perseguidor o objeto que condensava o prisioneiro que ele era no gozo do Outro.

O pedido de Romário demandava por parte dos cuidadores uma invenção. Estes se opõem, pois apenas conseguiam conceber que o morador perderia o objeto e inúmeros outros problemas aconteceriam. Eles também questionavam o porquê desse pedido de Romário, uma vez que a residência possuía cuidadores vinte e quatro horas por dia, e que bastava que ele chegasse, batesse no portão ou tocasse a campainha. Demandar que a chave estivesse em seu pescoço poderia ser a possibilidade de circunscrever um gozo do qual o sujeito, antes, era apenas parasitário.

Neste caso, o conceito de território nos ajudou a localizar o discurso ideológico no território da residência terapêutica, presente na fala dos cuidadores. Estes já tinham construções de imagens e conceitos sobre a periculosidade de um paciente psiquiátrico andando sozinho pela rua, reproduzindo a opressão que se exerce dentro das instituições manicomiais, sem questionar a origem ou a lógica dessas ideias.

O ato de não tomar a saída do paciente como motivo de punição, mas de subvertê-la em uma demanda do sujeito que pudesse ser depurada como uma nova direção para o caso, teve um efeito importante sobre o morador e sobre a equipe. Se a questão do território parecia ser um problema para o caso, por que não poderíamos incluí-lo como uma possibilidade de saída para esse sujeito? Esse recorte teve valor de retificação para os cuidadores, pois elucidou que

lidar com Romário exigia uma nova postura da equipe para suportar acolher sua demanda. Para tanto, era necessário que incluíssemos a experiência mais íntima do sujeito com o gozo do Outro, a sua dimensão de tratamento de gozo pela via do enquadre do objeto *a* (no pescoço) e, assim, acolher o uso que fazia do território como um dos principais elementos constitutivos de uma invenção que lhe servia para apartá-lo do gozo mortífero do Outro, do qual sempre tentava se separar com violência.

4.4.3 A invenção de um dispositivo clínico e político

Encontrar no próprio impasse de uma situação
a força viva da intervenção.

Lacan (1947/2003, p. 113)

Após o plebiscito de 2018, em que o candidato do Partido Social Liberal da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, acabara de sair vencedor das eleições presidenciais deste ano. Alguns trabalhadores do CAPSad III Paulo da Portela²⁴ começaram a perceber que, no serviço, os pacientes defendiam fervorosamente os ideais do candidato eleito, o qual representava uma política econômica neoliberal que tinha como alvo o ataque aos direitos dos trabalhadores, as políticas públicas de assistência, de saúde e de proteção às minorias, sob o manto de uma doutrina de austeridade.

Os trabalhadores do serviço estavam impactados pela situação. Contudo era necessário ir além do mal-estar e tomar aquele fenômeno que se manifestava no serviço como uma demanda e um sintoma.

Entre aqueles que defendiam esse discurso, um paciente, que também estava impactado com aquela cena, me olhou e disse: “*Mingnon, isso é uma guerra!*”. Fui tomada por um sentimento de estranheza, por essa interpelação solitária nos corredores do serviço. Mas era preciso tomar a estranheza no sentido em que Freud se apropria dele, como o faz no texto: *O Estranho* de 1919, em que afirma: "O estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar" (FREUD, 1919/1969, p. 277). Neste texto, o retorno de algo familiar que foi recalcado é o disparador da angústia. "Pode-se atribuir, sem exceção, a algo familiar que foi recalcado" (FREUD, 1919/1969, p. 274). Se aquela cena dos

²⁴ Serviço de referência em acompanhamento psicossocial a usuários de álcool e outras drogas, situado no bairro de Madureira, zona norte do município do Rio de Janeiro.

pacientes nos corredores parecia estranha é porque sinalizava para algo não tão desconhecido e que era passível de ser ouvido.

A angústia é uma experiência vivenciada pelo sujeito como uma perturbação da imagem narcísica. Justamente quando as identificações imaginárias vacilam e o objeto, antes elidido da experiência do sujeito, se apresenta preenchendo o lugar da falta. É o que Lacan afirma sob a seguinte afirmação: "a angústia surge quando um mecanismo faz aparecer alguma coisa no lugar que chamarei, [...] o lugar $(-\phi)$, que corresponde, do lado direito, ao lugar ocupado, do lado esquerdo, pelo a do objeto do desejo" (LACAN, 1962/63, p. 42-43).

Para trabalhar com o afeto da angústia, era preciso circunscrever a experiência daqueles pacientes, não apenas através de uma identificação especular e imaginária a um discurso segregador. Era necessário oferecer um espaço de escuta para aquela construção simbólica e extrair o real que faz laço para cada um deles, indo além do que há de socialmente construído e ideologicamente compartilhado entre os sujeitos.

Decidimos criar um campo de escuta para esses sujeitos que retomasse, radicalmente, a construção histórica do seu território. Escutar a narrativa de uma constituição territorial, pelos pacientes, era, proporcionar a abertura de uma cena do mundo social e historicamente concebido por eles, pois era importante compreender como cada sujeito concebia as razões da exclusão material e social em que viviam. Para que estes pacientes tivessem relação com o seu território e, pudessem, como nos ensina, Milton Santos (2000), pertencer àquele território, como uma construção de identidade, era preciso escutar o que os alienava da realidade social do seu espaço. Apropriar-se historicamente do espaço, é a chance que cada sujeito tem de incluir-se e propor saídas e mudanças sobre o território e sobre sua realidade social. Assim como também era fundamental, através dessa dimensão social, que está em jogo para cada sujeito, ouvir o que permitia uma abertura da dimensão da Outra cena inconsciente. Uma vez que, assenhorar-se do que escapa do coletivo e do social é a chance que cada sujeito tem de implicar-se na dimensão do sofrimento do sintoma inconsciente.

4.4.3.1 METODOLOGIA DO GRUPO

O que sei é que o discurso analítico não pode ser sustentado por um só. Tenho a sorte de haver quem me siga. O discurso, portanto, tem aí sua chance.

Lacan (1973, p. 530)

Em parceria com outros trabalhadores do CAPSad III Paulo da Portela. Eu, Dinah Kleve²⁵ e mais dois outros trabalhadores do serviço, Caíque William²⁶ e Ara Nogueira²⁷, pensamos em construir uma modalidade de atividade que reunisse pacientes que desejassem participar de uma discussão semanal sobre notícias e discursos de figuras públicas - políticos, artistas, jornalistas ou pessoas comuns - do cotidiano brasileiro. Semanalmente selecionamos uma notícia e questionamos o que os pacientes achavam daqueles discursos ou ações. A partir disso desejávamos ouvir de que maneira, esses sujeitos constituíam o território e como participavam politicamente dessa constituição, como também isso impactava em sofrimento e se enlaça à posição subjetiva de cada um.

Utilizamos o seguinte programa de atividades, certa vez trouxemos a notícia da invasão da comunidade do Jacarezinho, que aconteceu no dia 6 de maio de 2021 no Rio de Janeiro. Nesta incursão policial, os militares mataram 25 pessoas da comunidade e justificaram a ação como parte de uma operação policial para buscar e apreender suspeitos, além de impedirem a movimentação de um grupo de traficantes que supostamente estaria à caminho da comunidade da Rocinha.

A expressiva maioria dos pacientes se manifestou a favor da operação, afinal eram ‘suspeitos’. No meio da discussão, questionamos se era legítimo matar um ‘suspeito’? Será que, por ser suspeito, não merece um julgamento justo com direito a promotor e a defesa? Por que, quando o suspeito pertence à uma comunidade pobre, não é permitido a ele o direito de legítima defesa? Por que o Estado oferece aos pobres uma execução ao invés de um julgamento legítimo? A partir disso, nos interessamos em ouvir como isso se constituía para cada um deles, os conceitos de polícia, justiça e estado, como também isso se enlaça à posição subjetiva de cada um.

Em relação ao território, para compreender as contradições sociais que constituíam um espaço e como isso mantinha relação com os meios de produção e as forças produtivas, remetendo-os à forma da propriedade, ao trabalho e aos seus instrumentos e técnicas, era preciso o uso do materialismo histórico-dialético. Esse método de pesquisa é pertinente à pesquisa de construções ideológicas elencadas pelas contradições do sistema capitalista. Além de oferecer uma teoria sobre alienação social e sua incontornável ligação ao aparelho de Estado.

²⁵ Dinah Kleve é psicanalista e acompanhou esse trabalho conjuntamente durante alguns meses. Logo depois se despediu de suas atividades no serviço, mas os trabalhos continuaram junto aos outros parceiros Ara e Caíque.

²⁶ Caíque William é produtor cultural do CAPSad III Paulo da Portela.

²⁷ Ara Nogueira é artista e produtora cultural do CAPSad III Paulo da Portela.

O papel do materialismo histórico dialético é apontar as contradições existentes no capitalismo, que esse sistema tenta dissimular através de suas estratégias ideológicas. Para Engels, o materialismo histórico dialético é a expressão teórica do movimento dos trabalhadores e tem como objetivo: “Aprofundar as condições históricas e com elas o caráter específico e as consequências inevitáveis desse ato, dar à classe chamada à ação, classe hoje oprimida, a plena consciência das condições e da natureza de sua própria ação iminente” (ENGELS, 2020, p. 94). A concepção materialista da sociedade, por meio de uma teoria das condições, das formas e dos efeitos da luta de classe, permite-nos compreender uma realidade social de maneira crítica, incluindo no debate as condições materiais de existência de um território e de seus habitantes. Como método de pesquisa, o materialismo histórico dialético é de fundamental importância para entender quais as condições que constituem o imaginário e o simbólico, dentro de um território. Mas essas construções têm relação de efeito sobre o sujeito do inconsciente?

O sujeito do inconsciente é atravessado pelo Outro simbólico através dos significantes do seu tempo, em um determinado campo político e histórico, que lhe são transmitidos por um outro imaginário. Mas para recolher esses efeitos na dimensão do inconsciente, que atinge singularmente um sujeito, foi necessário também o uso do método psicanalítico nessa experiência.

Em seu texto “Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise”, Freud faz pontuações fundamentais no que diz respeito a aplicação do método psicanalítico: “Uma das reivindicações da psicanálise em seu favor é, indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem” (FREUD, 1912, p. 152). Quando pensou na construção da Psicanálise, Freud considerou três dimensões inextricáveis a essa experiência: como tratamento, como pesquisa e como uma teoria. Esses três aspectos estão sempre associados, ou seja, não é possível pensar em pesquisa psicanalítica a não ser na relação analítica. Essa relação se estabelece a partir da transferência, que é uma dimensão indissociável da associação livre. Nogueira (2004) afirma que o método psicanalítico possui dois vértices fundamentais, sem o qual não pode haver pesquisa clínica: a associação livre e a transferência. “Quando Freud propôs a associação livre aos seus pacientes, ele introduziu um novo método de investigação, assim como Galileu e Bacon haviam inaugurado a ciência experimental na Idade Moderna” (NOGUEIRA, 2004, p. 32).

Conhecer a gênese da alienação social, que é implicada pelo capitalismo, é importante para compreendermos como se cria uma realidade compartilhada em um território e de que forma se pode intervir sobre isso. Pacheco Filho (2009) afirma que o capitalismo responde por uma ampliação crescente da alienação do sujeito por sua própria forma histórica de existência

que é a separação do sujeito de sua verdade, como sujeito do inconsciente e como sujeito da História.

4.4.3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder.

Lacan (1958/1998, p. 592)

A proposta de formação deste grupo tinha origem no desejo dos profissionais do serviço de incluir a dimensão do político como extensão da clínica. Para tanto, era necessário ouvir as identificações políticas tanto como formações ideológicas, que reproduzem um campo de idéias construído sob condições de vida desumanas, segregatórias e que repetiam uma condição de alienação social, quanto também era necessário escutar que aquele discurso era também índice do inconsciente, uma vez que existiam sujeitos que falavam, a partir de uma posição singular de saber articulada ao Outro, sobre sua posição de objeto de gozo articulado a um discurso.

O recurso coletivo é um espaço privilegiado no campo da atenção psicossocial, pois faz parte da própria clínica ampliada preconizada pelo SUS (Sistema Único de Saúde), mas impõe aos profissionais, que trabalham na saúde, o desafio diário de não transformá-lo em um dispositivo de tratamento de massa, como, em muitos casos, se convertem os grupos nos serviços da atenção psicossocial.

A construção de um dispositivo clínico e político, no formato coletivo, nos impunha o desafio de pensar como transformar um grupo em um dispositivo analítico? De que maneira poderíamos trabalhar com os efeitos imaginários que uma formação grupal convoca e, a partir disso, extrair o real que singulariza cada sujeito e que faz vacilar uma identificação especular? Para isso, era preciso um retorno a Freud.

Freud evidenciou, por meio de suas pesquisas, que o próprio corpo é o primeiro objeto de investimento libidinal do sujeito, ele também se perguntava como essa libido poderia investir em outros objetos, além do seu originário. É por esses determinantes que Freud articula em seu texto sobre o narcisismo a questão das formações grupais para a Psicanálise, fazendo um enlace sobre o que seria o campo do individual e dos grupos.

Embora Freud nunca tenha trabalhado com grupos diretamente na clínica, foram os seus esboços teóricos sobre essa questão que contribuíram para as primeiras tentativas de aplicação da psicanálise em grupos. Freud em seu texto “Psicologia de grupo e análise do Ego” (1921) se propõe a pensar sobre o funcionamento e a coesão de grupos articulados secularmente como a igreja e o exército. Para ele, era fundamental pesquisar o que assegurava a coesão desses grupos.

A estrutura de coesão grupal é pensada a partir de uma identificação vertical e horizontal. Freud consegue definir essa estrutura libidinal da multidão, através da figura do líder que é constituída pelo significante do ideal que vem do outro e pelo objeto da libido. Esse objeto é posto no lugar de ideal do eu gerando identificação e amor. Esse objeto idealizado seria a figura de um pai para uma criança. A identificação vertical seria constituída sobre a coalescência de um objeto da identificação e do amor. Justamente porque esse objeto está no lugar de ideal do eu, essa identificação corresponderia a que cada um possui com o chefe do grupo. Segundo De Luccia e Prizskulnik (2022, p. 2): “O conceito de identificação foi central para a compreensão da natureza dos grupos na medida em que é através das identificações que o indivíduo se constitui”.

A libido é outro elemento que está em jogo na aderência ao grupo e que também está em jogo nas identificações dentro do grupo. “os laços libidinais são o que caracteriza um grupo” (FREUD, 1921/1969, p. 128). A libido seria um órgão que circula fora do corpo, enlaçando o sujeito a um grupo social.

Freud faz uma comparação entre a vida mental dos indivíduos e as formações de um grupo, deixando como indicação que a estrutura dos grupos possui um funcionamento semelhante ao do inconsciente:

No grupo, as ideias mais contraditórias podem existir lado a lado e tolerar-se mutuamente, sem que nenhum conflito surja da contradição lógica entre elas. Esse também é o caso da vida mental inconsciente dos indivíduos, das crianças e dos neuróticos, como a psicanálise há muito tempo indicou (FREUD, 1921/1969, p. 103).

As indicações de Freud são importantes para entender os fenômenos de identificação em um grupo. Não existe formação grupal sem essas consequências, mas é preciso compreender a sua gênese e condições para atuar sobre esses efeitos. Mas as considerações de Freud sobre o grupo apresentam um ponto problemático: seu texto não oferece um lugar de relevância às variantes históricas construídas discursivamente.

Lacan e Freud possuem visões diferentes sobre o grupo. Para Lacan, existe um tipo de grupo distinto de outros grupos e que promove identificações diferentes. Pois se alguns grupos se estruturam como multidão, outros poderiam se dispor como “grupos sem líder”. Essa

experiência inédita, foi conhecida e relatada por Lacan²⁸ em seu texto: *A psiquiatria inglesa e a guerra* (1947/2003) e é oriunda das aplicações da psicanálise de Bion e Hickmann ao contexto de grupos. Esta prática foi desenvolvida em um contexto de guerra que demandava urgente reconstrução da Europa, para lidar com a devastação agenciada pela campanha e ação nazistas. Para Lacan, Bion e Hickmann conseguiram transpor para a escala coletiva o que o psicanalista encontra no individual, chegando a reconhecer nos dois psicanalistas a marca do trabalho freudiano e dos elementos da psicanálise. Os grupos de Bion e Hickmann eram grupos sem líder, mas a proposta assumida por eles, ia mais além de apenas um grupo com o espaço do líder esvaziado, tratava-se de uma subversão no lugar que era ocupado pelo líder, ao invés de liderar os destinos daqueles seres falantes, esse lugar deveria ser preenchido com a escuta dos participantes, subvertendo a posição do líder à de ouvinte.

O trabalho de Lacan com os grupos, desdobrou-se como política de formação de sua escola. Em seu ato de fundação da Escola Francesa de Psicanálise, retomou a experiência dos grupos e instituiu uma formação grupal, que nomeou como cartel. Em seu escrito *Ato de fundação* (1964/2003), Lacan nos ensina sobre a lógica dos cartéis na política de sua Escola. “Para a execução do trabalho, adotaremos o princípio de uma elaboração apoiada num pequeno grupo. Cada um deles [...] Mais um é encarregado da seleção, da discussão e do destino a ser reservado ao trabalho de cada um” (LACAN, 1973, p. 530).

Para Gonçalves (2006) o cartel é consequência direta do encontro entre Lacan e Bion. Lacan formaliza a estrutura de um coletivo como veículo para a formação do psicanalista, retomando o trabalho psicanalítico com grupos, não como psicoterapia, mas como um dos meios de formação a ser sustentada por um elemento fundamental: o mais-um, que se responsabiliza por subverter a posição do líder e atuar sobre os efeitos imaginários de identificação que ocorrem nas formações grupais. Para Mantovani:

Da mesma forma que os ingleses tratavam ‘o inconsciente’ relativo ao grupo, nos cartéis ‘o inconsciente’ também é o foco da atenção desse Mais-Um, que é componente que ocupa o lugar de escuta da produção do inconsciente do grupo, produção que se manifesta em uma específica determinação de tempo, setting, pela transferência e pelo desejo (MANTOVANI, 2006, p. 28).

A formalização do cartel como dispositivo de formação na psicanálise, nos serviu de direção de trabalho com esse grupo. Pois concebe uma formação grupal, não apenas através da ausência da posição do líder, mas como a presença do mais-um como elemento capaz de

²⁸ Lacan, em 1945, visitou Londres após a vitória das forças aliadas sobre os alemães na Segunda Guerra Mundial. Em solo londrino, teve um encontro com Bion e Hickmann, onde pôde ter contato com os trabalhos de grupo desenvolvidos por eles.

subverter essa posição. O ensino de Lacan sobre esses grupos de formação, veiculados pela função do mais-um, foram essenciais para pensar a posição dos profissionais em um espaço que pudesse ser compartilhado pelos usuários, não como identificação a quaisquer causas ideológicas, mas como possibilidade de questionamento do que havia de excludente em um campo ideológico, principalmente no campo de ideias que constitui cada território e sua realidade social.

O trabalho com grupos já havia sido pensado por outros autores, além dos psicanalistas. De acordo com De Luccia e Prizskulnik (2022) já existiam experiências com grupos, desenvolvidas por Jacob Moreno que definiu a prática do psicodrama na Europa e Kurt Lewin, que, nos anos 30 e 40, havia recorrido sobre a teoria de grupos como uma totalidade dinâmica que envolvia a soma de partes. Dentro da Psicanálise já existia a prática de grupo de Alfred Adler que se desenvolveu através do trabalho com grupos de operários e em clínicas de orientação infantil. Posteriormente, vieram os trabalhos do psicanalista Wilfred Bion, que pensava sua teoria de grupos a partir de uma ideia de regressão tópica às fases primitivas da vida mental,

O que é problemático nessas teorias ou seus autores, é que não conseguiram atravessar o impasse dos efeitos imaginários das identificações em um grupo. A diferença fundamental da prática desenvolvida por Lacan dos outros autores e que circunscreve os seus avanços é a compreensão da dimensão desses efeitos no grupo. Os autores que trabalhavam sobre a perspectiva de grupos, pensavam, cada um a seu modo, uma hipótese de um aparelho psíquico que funcionava no grupo. Segundo Costa-Rosa e Pastore (2011, p. 3): “estes autores partem, cada um a seu modo, de uma hipótese de um aparelho psíquico grupal”.

Podemos presenciar esses efeitos imaginários de identificação durante o funcionamento do grupo. É muito comum que os sujeitos, ao narrarem as situações de violência política e de Estado, identifiquem-se por associação e tentem ajudarem-se com lições de sua própria realidade, através de falas como: “*eu sei exatamente o que você está passando*” ou “*acontece comigo da mesma maneira*”. O efeito de alienação subjetiva do grupo é que distancia o sujeito de sua verdade, a partir das identificações imaginárias que condensam o ideal do eu. O nosso desafio era suspender essa lógica, para que, por meio da associação livre, pudessem surgir os determinantes da história de cada um.

No trabalho com grupos, o analista de orientação lacaniana deve ter em seu horizonte, que o único elemento que todos os participantes de um grupo compartilham e, que é capaz de operar um corte decisivo e subverter o grupo em um dispositivo de tratamento analítico é o objeto *a*. Este objeto, que incide sobre o sujeito enquanto um resto não simbolizável e que

aponta para o real do corpo, é responsável por circunscrever os modos de gozo de cada sujeito, que se articulam aos mais variados discursos ideológicos. Ao refletirem sobre a lógica da prática de experiência de grupos, através do objeto *a*, De Luccia e Prizskulnik (2022, p. 4), afirmam: “Isto é algo fundamental para se pensar na experiência com grupos que compartilham um tipo de falta; na realidade, é deste compartilhamento que se trata: do objeto *a* e das formas de sofrimento mais diretamente a ele relacionadas”.

A relação do sujeito com o objeto *a*, revela o gozo e a dimensão funcional no campo de satisfação de cada um. A função do analista, ao se deparar com esse objeto é operar sobre ele, por meio do simbólico, possibilitando que cada participante do grupo, possa se deparar com o que escapa ao campo do imaginário grupal.

4.4.3.3 RECORTES CLÍNICOS DO GRUPO

Certa vez, duas mulheres negras, se declararam defensoras do presidente Jair Bolsonaro, o que fez alguns usuários se inflamarem contra essas duas mulheres e, no meio da discussão, um auto-declarado alinhado aos ideais comunistas, que chamaremos de Tiago, gritou: “*Como pode, você ser uma preta bolsonarista!?*”. No mesmo momento, uma das mulheres, que chamaremos de Cíntia, saiu aos prantos do grupo e os participantes começaram a gritar uns com os outros. Nesse momento, foi necessário interromper as atividades, pois a discussão e as agressões verbais estavam incontornáveis.

No momento seguinte, resolvemos ouvir Tiago e Cíntia separadamente. Nós, entendemos que, se estavam afetados daquela forma, existia uma outra dimensão em jogo, que precisava de tratamento e não de coerção. Ao escutar os pacientes singularmente, cada um deles, à sua própria maneira, pode dizer em que ponto foi insuportável ouvir a fala de cada um. Em que ponto o campo imaginário, sustentado pelo grupo, se rompeu e excluiu cada um para fora da cena como objeto resto?

Cíntia dizia da importância do pai militar em sua vida e do laço que tinha com ele, e que essa identificação bolsonarista, era um traço paterno que a defendia, de maneira a nunca ter se sido vista como preta e nunca ter se dado conta de nenhuma situação de racismo que passara em sua vida, pois em sua lógica, “*racismo era algo vitimista*”.

Para Tiago, que se enxergava como um homem “*negro de pele clara*”, o atendimento começa com o paciente acusando os bolsonaristas de serem ignorantes e que não mereciam ser

ouvidos, quando é interpelado por nós que questionamos se a ignorância também não estava do lado do que não se quer saber, quando não se quer ouvir. Tiago se surpreende e se questiona se, de uma certa forma, isso também não era um “*tipo de racismo*” que ele estava reproduzindo. Sua interpretação o recoloca na cena como sujeito e o faz construir uma possibilidade de saída para o seu mal-estar, dizendo ser importante conversar com Cíntia para entender o que faz um negro ser bolsonarista.

O trabalho de escuta desses pacientes, permitiu também aos trabalhadores do serviço ter acesso à dimensão de sua própria ignorância. Ao se encontrarem com as construções sociais dos pacientes, puderam observar que também sofriam os efeitos de um discurso ideológico e que, ao tratarem as opiniões políticas daqueles sujeitos como patológicas ou como objeto de desprezo, na verdade estavam reproduzindo uma ignorância sobre a sua própria alienação social e subjetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico.

Lacan (1953/1998, p. 322)

Esta tese tem origem no desejo de pesquisar sobre o conceito de território na saúde mental e de incluí-lo como um dispositivo clínico a partir da teoria psicanalítica. A finalidade desta pesquisa é a de que para que o território seja utilizado pela Psicanálise, na saúde mental, como um dispositivo clínico é preciso apropriar-se deste conceito como uma concepção política, que envolve dimensões materiais e econômicas em um dinamismo com o poder. A pesquisa deixa evidente que para que seja possível fazer contribuições ao uso do território, utilizando esse espaço como uma ferramenta clínica, é preciso apropriar-se deste conceito, também, por uma compreensão política.

Efetuamos um estudo para compreender que o território tem origem na Geografia crítica, que o conceitua com bases políticas, dispondo-o como uma apropriação histórica do espaço por seus habitantes. Em nossa pesquisa, foi possível concluir a forte influência da perspectiva crítica marxista na leitura sobre o território. Consideramos que a força da alienação e da luta de classes como determinantes históricos sobre o espaço urbano afeta o uso do território pelos indivíduos.

Uma condição histórica como a da alienação social sustenta-se porque é viabilizada com uma indispensável legitimação no campo das ideias, ou seja, através da ideologia, que reproduz um discurso que exclui as condições materiais da realidade. Descobrimos que existe uma consequência da alienação social também sobre o uso do espaço pelo sujeito, uma vez que, historicamente, não se reconhece como parte desse espaço e não consegue fazer uso dele. Enquanto o aparelho de Estado toma parte da alienação adotando o uso da força e de suas instituições repressivas para sustentar esse estado de condições.

Cabe ressaltar que a alienação social também reverbera sobre a forma como os trabalhadores da saúde mental utilizam o conceito de território em suas práticas, pois — sem o apoio da leitura crítica marxista — tende-se a utilizar essa noção como demanda de adaptação dos pacientes à realidade social do espaço, quando, na verdade, a concepção de território

reivindica por um uso que questiona a realidade social. Ou seja, sem o apoio teórico do marxismo, tende-se a utilizar a conceituação do território pelo avesso.

Pesquisar o território, por meio do rigor da teoria social crítica marxista, proporcionou um encontro com um dispositivo clínico que não prescinde em suas bases da condição de sujeito dos usuários e, muito menos, demanda adaptação. A essência desse conceito preconiza a luta pelo espaço através do questionamento crítico de uma realidade excludente em seus princípios.

O encontro com a perspectiva crítica nos fez retomar a necessidade de uma reforma ser territorial em sua base política. Descobrimos que a indispensabilidade de ser territorial não se remete apenas à disposição de serviços em espaços públicos, em oposição às instituições manicômios, mas refere-se à batalha ideológica que age nas instituições e que se prolonga no território. Desse modo, é preciso uma perspectiva crítica para reconhecê-la e combatê-la. Isso nos levou a concluir que é necessário pensar nas bases políticas em que são construídas as instituições psiquiátricas manicomiais, pois elas não estão fora do campo de ação do discurso capitalista e foram pensadas e constituídas a partir de um modelo de aparelho repressivo e ideológico de Estado. Descobrimos, inclusive, que as mesmas intervenções sobre o espaço que obedecem a leis econômicas, interferem diretamente na organização e fortalecimento das instituições manicomiais, sobre o destino de políticas e sobre outras esferas da sociedade.

As bases metodológicas de Marx não foram desenvolvidas para tratar o sujeito do inconsciente. Mas, a partir dos estudos desta tese, ficou comprovado que existe nessa teoria uma dimensão das consequências e impactos do sistema capitalista sobre o campo social. Somado a essa dimensão está o sujeito do inconsciente, uma vez que ele também não está excluído destes efeitos. As relações entre psicanálise e marxismo circunscreveram os efeitos da alienação e da ideologia no campo do inconsciente. Lacan, leitor de Freud, foi mais longe nesse diálogo com o marxismo e a partir da leitura lacaniana podemos observar que, como dito acima, esses determinantes agem sobre o sujeito do inconsciente. Lacan já havia observado dentro dos meandros da alienação esses efeitos. Nós desenvolvemos nesta tese mais acuradamente essas relações e efeitos, estendendo para outros conceitos fundamentais a base da psicanálise. Três conceitos de Lacan também são consequência do seu encontro com o discurso de Marx, sendo eles: a alienação, o objeto *a* mais-de-gozar e o sintoma. Iniciamos com a relação entre a alienação social em Marx e a alienação em Lacan, como operação de constituição do sujeito. Para Marx, a alienação afeta a relação do indivíduo com o produto, uma vez que, por ter sido separado do seu modo de produção, o trabalhador não reconhece esse produto como parte de sua existência, tendo a verdade histórica dessa separação alienada de sua existência e do campo social de produção. Enquanto que, para Lacan, a alienação tem um caráter de constituição do

sujeito. O sujeito, em seu encontro com o campo do Outro, identifica-se com o sentido que advém do Outro, tendo como efeito desse encontro uma perda de parte do seu ser, nomeada como objeto *a*. Nessa operação a verdade de ser do sujeito é perdida e alienada de si. Para a psicanálise, essa perda gerada pelo encontro do sujeito com o Outro, estrutura a sua existência.

O objeto *a* mais-de-gozar na estrutura do sujeito, por conseguinte, foi fundado por meio do uso de Lacan da questão marxista do objeto do capital. A mais-valia é o excedente que é espoliado do trabalhador, incluindo uma perda de gozo por parte do trabalhador e um ganho por parte do capitalista. O objeto lacaniano *a* mais-de-gozar é exatamente efeito de uma renúncia ao gozo que circunscreve o seu lugar na estrutura do sujeito. A produção do mais de gozar circula em torno deste objeto na estrutura. Mas a perda desse mais-de-gozar, sob o efeito da experiência psicanalítica, produz um efeito de tratamento para o sujeito e, enquanto ao analista, não há também nenhum ganho por essa operação da análise. A função do mais-de-gozar insere o sujeito em uma relação com o sintoma, que será a maneira como cada sujeito sofre em sua relação com o gozo. O sintoma para Lacan diz respeito ao retorno da verdade, que fora recalcada em seu encontro com o campo do Outro e que retorna como falha no saber, articulando-se com a dimensão significante.

A dimensão do sintoma, que Lacan estabelece como invenção de Marx, diz respeito ao trabalho de Marx em desvelar a verdade em sua articulação com o saber. As descobertas de Marx na História, desnudam o estabelecimento do capitalismo como um sistema que instituiu um discurso que escamoteia a verdade e as consequências da separação dos indivíduos de seu modo de produção, que passou a ser propriedade privada da burguesia.

Destacamos ainda a relação do território com o sujeito, a partir da extimidade. Isso é possível porque há um atravessamento e uma imbricação entre território e psicanálise em uma relação êxtima, a qual inclui o íntimo e o estrangeiro, mas como partes constituintes. A extimidade permite pensar que as fronteiras entre realidade interna e externa estão em um atravessamento em continuidade, ao modo moebiano. O termo extimidade está formalizado no texto lacaniano sobre o vocábulo intimidade, não o avesso. Miller (2011), em seu seminário sobre a extimidade, afirma: “O êxtimo é precisamente o mais íntimo [...] esta palavra indica, sem dúvida, que o mais íntimo está no exterior, que é como um corpo estranho”²⁹ (MILLER, 2011, p. 14, tradução nossa). Um corpo que se estranha como gozo e está em uma posição de exclusão interna, por isso o sujeito o toma como irreconhecível e estrangeiro. A contribuição desta tese permite articular que, se a psicanálise remete-se à realidade psíquica, que é

²⁹ O texto em língua estrangeira é: “Lo éxtimo es precisamente lo íntimo [...] Esta palabra indica, sin embargo, que lo más íntimo está en el exterior, que es como un cuerpo extraño”.

constituída a partir dos elementos: objeto *a*, sintoma, alienação subjetiva, e o território, que se constitui através da: alienação social, ideologia e aparelho do Estado, diz respeito a realidade social do sujeito, logo podemos compreender o território como uma relação de contiguidade com o sujeito do inconsciente. Uma vez que realidade psíquica e social não são desconexas, mas devem ser pensadas em uma relação de atravessamento.

Consideramos que o território de pertencimento do sujeito pode ser constituído barrando a dimensão mortífera do gozo invasor do Outro, mas permitindo que seja possível sustentar uma eleição sintomática que singulariza e estabiliza o sujeito. A extimidade permite pensar que as fronteiras entre realidade interna e externa estão em um atravessamento em continuidade, ao modo moebiano³⁰.

Concluimos que o desafio do psicanalista, no campo da saúde mental, deve ser o de inventar um território em que o real do gozo esteja incluído, ao mesmo tempo em que deve estar advertido que, quando estiver trabalhando com o território, não pode recalcar a verdade material que impossibilita, muitas vezes, que os usuários da saúde mental sejam acolhidos na cidade.

O espaço social é constituído por meio de discursos ideológicos, característicos de cada modo de produção econômico, que se articulam por meio de dois campos, pertencentes à própria constituição do sujeito: o imaginário e o simbólico. Consideramos ser indispensável ao analista que ele retire consequências de seu encontro com a materialidade histórica e com o modo de produção capitalista, para entender como do que se trata o conceito de território e de como pode-se fazer dele um dispositivo de uso político para o sujeito. Entender a raiz da desigualdade e do subdesenvolvimento que excedem os mais variados efeitos sobre o espaço e sobre o inconsciente é fundamental para delimitar as condições da desigualdade e os modos de ação sobre ela. Nesse sentido, o materialismo histórico dialético e a teoria marxista oferecem suporte crítico ao analista nessa prática. Pois, a Psicanálise não estará à altura dos desafios da subjetividade de sua época se excluir-se desse diálogo. E nem perderá sua substância mais preciosa se estabelecer diálogo com o marxismo. A política da psicanálise no território deve ser a de, entre as tensões entre o social e o singular, poder permitir um novo laço do sujeito com o mundo que inclua o real de cada um.

É fundamental que a Psicanálise se aproxime da leitura dos fenômenos sociais e políticos, por meio de uma teoria social crítica. Neste sentido, a teoria marxista, com sua leitura

³⁰ A banda de Moebius é uma figura oriunda da disciplina matemática denominada topologia, que é a ciência dos espaços e de suas propriedades. Lacan faz uso da fita de Moebius em seu ensino para subverter a representação comum do espaço. Ao fazer isso, Lacan “leva em consideração o espaço, a topologia e põe o imaginário pelo avesso, realizando o que o objeto *a* promete no pensamento lacaniano” (RIVERA, 2008, p. 221).

sobre os fenômenos sociais de ideologia e alienação, pode ser norteadora fundamental para a psicanálise em uma articulação com o conceito de território. Uma vez que é impossível pensar o inconsciente apenas como um real singular sem uma articulação ao imaginário e o simbólico, que estão presentes nos discursos que ressoam no mundo. Pois é disso que se trata a ideologia, por exemplo, com sua articulação entre imagem e discurso, que fundamenta uma narrativa de poder sobre o território e as instituições, bem como constitui a realidade social, a qual a realidade psíquica também está articulada.

As dimensões do imaginário e do simbólico, quando em movimento na associação livre, propiciam, para a psicanálise o encontro com o real do gozo e a dimensão do desejo que habita cada um. Através da dimensão histórica de cada sujeito, é possível encontrar o que do sintoma constitui e singulariza um território. Debieux-Rosa et al. (2018), em seu texto “*Intolerância: fronteiras e Psicanálise*”, afirma que a constituição de territórios é operada nessa tensão entre a lógica identitária e a lógica desejante.

Consideramos que, se a dimensão do sintoma está excluída de um diálogo com o território, tampouco haverá possibilidade para a existência de um trabalho rigorosamente clínico na saúde mental. Por isso, a necessidade de não abrir mão do objeto que estabilizava os pacientes: Caio e Romário. Para existir um trabalho de território, a condição não deve ser a extração do objeto para tentar adaptar o sujeito à realidade, é necessário extrair do objeto a sua função, para existir um território. Uma vez que o objeto *a* é condição de organização para a realidade psíquica, tanto para pacientes neuróticos, psicóticos ou perversos. O trabalho clínico em qualquer território deve ter como direção a medida em que o sujeito sofre dentro da sua relação com esse objeto *a*, mirando o real do gozo.

A dimensão do gozo somente pode ser tratada se for tomada como um elemento que não se submete totalmente à lógica identitária e ideológica, mas que deve ser acolhida como um elemento capaz de fazer furo em um território e singularizar uma existência em um espaço compartilhado socialmente.

Soler (2016) em seu livro *O que faz laço?*, afirma: “É preciso ter uma ideia não apenas das formas que o mal-estar adquire, mas também daquilo que o funda, se quisermos responder a isso” (SOLER, 2016, p. 12). Neste seminário Soler nos diz sobre o poder do capitalismo que constrói novos imperativos de gozo, algo que Lacan (1968-69, p. 232) já havia sublinhado anteriormente: “O capitalismo alterou por completo os hábitos do Poder. Talvez eles tenham se tornado mais abusivos, mas, enfim, modificaram-se”. Mas, diante disso, é preciso retomar que, para o psicanalista, o que está em jogo é que os seres falantes, detidos nessa conjuntura, também podem dizer de que ela é feita. Esse princípio da prática analítica foi essencial para fundamentar

a existência de um dispositivo clínico que articulasse a causa da psicanálise e do território, no campo da saúde mental, como uma articulação a partir da posição do sujeito falante, mas sem desconsiderar a condição histórica e material em que os usuários estão inseridos em seu espaço.

Os estudos dessa tese, proporcionaram a criação de um dispositivo clínico e político³¹ que funciona até os dias de hoje (no Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas III Paulo da Portela) que proporciona um debate sobre o que atinge a constituição do território dos nossos pacientes e o que os aliena desse espaço, mas também acolhe suas posições políticas como parte de sua constituição singular. Essa prática, desenvolvida nas dependências do CAPS, nos proporciona a articulação viva do sujeito como uma relação íntima ao território.

O território é imaginário e simbólico, mas para o sujeito dele apropriar-se é necessário que o real esteja incluído. Essas três dimensões enlaçadas podem ser a via de trabalho entre o território e o sujeito. O encontro entre o território e a psicanálise só será possível se a psicanálise, por meio do marxismo, apropriar-se da materialidade histórica e sua importância para a realidade social. Abordar topologicamente essa relação, entre psicanálise e território é um dos futuros destinos desta tese, que poderá se desenvolver em artigos ou em uma pesquisa de pós-doutorado.

³¹ A experiência desse grupo, também fará parte da pesquisa de Mestrado da artista e produtora cultural Ara Nogueira, pelo programa de pós-graduação em estudos contemporâneos das artes, da Universidade Federal Fluminense.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S. *O adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ALBERTI, S. Sintoma e política. *Revista Mal estar e Subjetividade*, v. XI, n. 1, 2011, p. 285-307. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n1/11.pdf>.

ALBERTI, S. O Discurso do capitalista e o mal-estar na cultura. In: *Estados Gerais da Psicanálise - Rede dos estados gerais da Psicanálise*. 2020. Disponível em: http://egp.dreamhosters.com/EGP/163-o_discurso.shtml.

ALBERTI, S.; RIBEIRO, P. Um caso específico de objeto na paranóia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, n. 2, 2012, p. 197-203. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ptp/a/vKrRwnyhH4sxndZWbnhJ3jR/?format=pdf&lang=pt>.

ALLENDE, I. Um sopro de esperança. In: GALENO, E. (Org.). *As Veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. (Obra original publicada em 1976).

ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da Ideologia*. 5a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

AMARANTE, P. Asilos, alienados, alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil. In: AMARANTE, P. (Org.). *Psiquiatria social e Reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 73-84.

AMARANTE, P. *O Homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

AMARANTE, P. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

ARNOLDI, P. R. C.; ARNOLDI, E. H. A. C. Internacionalização da economia, Globalização e as empresas multinacionais. *Revista paradigma*, v. 17, 2013, p. 30-36. Disponível em: <http://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/6/12>. Acesso em: 16 de maio. 2020.

ASKOFARÉ, S. O Sintoma social. In: GOLDENBERG, R. (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização e Psicanálise*. Salvador: Agálma, 1997.

BASAGLIA, F. As técnicas psiquiátricas como instrumento de libertação ou de opressão. In: *A Psiquiatria alternativa. Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil*. São Paulo: Brasil debates, 1979. p. 13-27.

BASAGLIA, F. A destruição do hospital psiquiátrico como lugar de institucionalização. In: BASAGLIA, F. *Scritti I, 1953-1968*. Torino: Einaudi, 1981. p. 249-258.

BASAGLIA, F. Corpo, sguardo e silenzio: l'enigma della soggettività in psichiatria. In: BASAGLIA, F. *Scritti I, 1953-1968*. Torino: Einaudi, 1981. p. 294-308.

BASAGLIA, F. As instituições da violência. In: BASAGLIA, F. *A Instituição negada*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Obra original publicada em 1969).

BASAGLIA, F. A maioria desviante. In: BASAGLIA, F. (Org.). *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2005a. (Obra original publicada em 1971).

BASAGLIA, F. Um problema de psiquiatria institucional. In: BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005b. (Obra original publicada em 1966).

BASAGLIA, F. O Circuito do controle: do manicômio à descentralização psiquiátrica. In: BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005c. (Obra original publicada em 1977).

BAURU. Manifesto de Bauru. In: *II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental*, dezembro de 1987. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>

BRASIL. Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a Alienados. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1903. Seção 1, p. 5853.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 06 abr. 2001.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no hospital psiquiátrico. *Rev. Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, v. 20, n. 2, 2003, p. 35-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/jz7NrpcqGKHTTbrHFZ39cvP/?format=pdf&lang=pt>.

BIRMAN, A.; C. J.F. Organização para uma psiquiatria comunitária. In: AMARANTE, P. (Org.). *Psiquiatria social e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 41-72.

BREVILHERI, E. C. L.; NARCISO, A. M. S.; PASTOR, M. A lógica territorial na política de saúde brasileira. *Serviço Social Revista*, v. 16, n. 2, 2014, p. 36-61. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16348/15184>. Acesso em 01 jun. 2020.

BRITO, F. L.; PERIPOLLI, O. J. Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. *Revista Nera*, v. 40, 2017, p. 39-60. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4490/4016>. Acesso em 02 jun. 2020.

BRODSKY, G. *Shorty story – os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

BROIDE, J. Prefácio. In: DANTO, E. A. *As Clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça social*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BROUSSE, M. H. Las femeneidades: El Otro sexo entre metáfora y suplencia. In: MILLER, J.-A. (Org.). *Del Édipo a la sexuación*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CALDAS, H. *Da voz à escrita: clínica psicanalítica e literatura*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

CARDOSO, M. J. E.; DARRIBA, V. A. A Referência a Marx no Ensino de Lacan. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 1, 2016, p. 189-197. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n1/1806-3446-ptp-32-01-00189.pdf>. Acesso em 13 de jun. 2020.

CHATERLAND, D. S. Algumas considerações sobre o termo afânise a partir de E. Jones e J. Lacan. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2001, p. 61-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/agora/v4n2/v4n2a04.pdf>. Acesso em 17 de mai. 2020.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2010.

COSTA, A. Litorais da Psicanálise. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 21, 2009, p. 26-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21nspe/v21nspea05.pdf>. Acesso em 05 de abr. 2020.

COSTA, E. A concepção científica do socialismo. In: ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 2ª ed. São Paulo: Edipro. (Obra original publicada em 1882).

COSTA-ROSA, A.; PASTORI, F. O grupo psicoterapêutico para além do imaginário: a psicanálise de Lacan, laços sociais e revoluções de discurso. *Revista de Psicologia da Unesp*, v. 10, n. 1, 2011, p. 1-23.

COUTO, R.; ALBERTI, S. Contribuição ao debate entre a Psicanálise e a atual reforma psiquiátrica brasileira. *Revista Mental*, Barbacena, ano VI, n. 11, 2008, p. 15-33. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v6n11/v6n11a02.pdf>. Acesso em 07 de fev. 2020.

CUÉLLAR, P.C. O capital que jorra sangue e lodo por todos os poros. In: CUÉLLAR, P. C.; JÚNIOR, N. L. (Orgs.). *Psicanálise e Marxismo: as violências em tempos de capitalismo*. Curitiba: Appris editora, 2018.

DANTO, E. A. *As Clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça social*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DAVID, H. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade a revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DE LUCCIA, D.; PRIZKULNIK, L. O que faz do grupo um dispositivo analítico? Considerações de Freud e Lacan. *Psicologia USP*, v. 33, 2022, p. 1-13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/nPchH4kPLycWmxgm4FCQKsw/?format=pdf&lang=pt>.

DEBIEUX, R. M.; PENHA, D. A.; FERREIRA, P. P. Intolerância: fronteiras e psicanálise. *Revista Subjetividades*, Edição especial, 2018, p. 105-113. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/6739/pdf>.

DESVIAT, M. *A Reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

DEVERA, D.; COSTA-ROSA, A. Marcos históricos da Reforma psiquiátrica brasileira: Transformações na legislação, na ideologia e na práxis. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 6, n. 1, 2007, p. 60-79.

DUNKER, C. Estado, política e justiça: reflexões éticas e epistemológicas sobre direitos, responsabilidades e violência institucional. In: CUÉLLAR, P. C.; JÚNIOR, N. L. (Orgs.). *Psicanálise e Marxismo: as violências em tempos de capitalismo*. Curitiba: Appris editora, 2018.

ELIA, L. Psicanálise clínica e pesquisa. In: ELIA, L.; ALBERTI, S. (Orgs.). *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2000.

ENGELS, F. Carta para Joseph Bloch, escrita em 21-22 de setembro de 1890. Berlim, 1895. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2020. (Obra original publicada em 1882).

EVANGELISTA, W. J. Althusser e a Psicanálise. In: ALTHUSSER, L. (Org). *Freud e Lacan. Marx e Freud*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FANON, F. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, S. A. F. A complexa relação entre Psicanálise e Marxismo. 2001. *Revista Olhar*, ano 3, n. 5. 2001, p 1-4.

FILHO, R. A. P. A praga do capitalismo e a peste da psicanálise. *A peste*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2009, p. 143-163. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/a peste/article/view/2704/1747>.

FOUCAULT, M. O que é um Autor?. *Bulletin de la Societé Française de Philosophie*, 63º ano, n. 3, 1969, p. 73-104. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/179076/mod_resource/content/1/Foucault%20Miche l%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20autor.pdf.

FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014. (Obra original publicada em 1972).

FOUCAULT, M. O nascimento do Hospital. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. (Obra original publicada em 1974).

FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. (Obra original publicada em 1974).

FREUD, S. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 39-190. (Obra original publicada em 1893).

FREUD, S. A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 135-150. (Obra original publicada em 1896).

FREUD, S. Carta 69 de 21 de setembro de 1897. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 357-359. (Obra original publicada em 1897).

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 17-322. (Obra original publicada em 1900).

FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 147-162. (Obra original publicada em 1912).

FREUD, S. O Interesse científico da Psicanálise. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 199-226. (Obra original publicada em 1913).

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 85-122. (Obra original publicada em 1914).

FREUD, S. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 199-214. (Obra original publicada em 1919).

FREUD, S. O Estranho. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 273-322. (Obra original publicada em 1919).

FREUD, S. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 89-182. (Obra original publicada em 1921).

FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 95-204. (Obra original publicada em 1926).

FREUD, S. O Mal-estar na civilização. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 75-174. (Obra original publicada em 1929).

FREUD, S. Porque a Guerra?. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 193-222. (Obra original publicada em 1933).

FREUD, S. A questão da Weltanschauung. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 193-222. (Obra original publicada em 1933).

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. *Cuadernos de Geografía | Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 1, 2017, p. 221-242. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n1/v26n1a15.pdf>. Acesso em 09 set. 2022.

FURTADO, J.; ODA, W. Y.; BORYSOW, I. C.; KAPP, S. A concepção de Território na saúde mental. 2016. *Cadernos de saúde pública*, v. 32, n. 9, 2016, e00059116. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mhkpNm87vhrXYBWKzy7psjy/?format=pdf&lang=pt>.

GALEANO, E. *As Veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. (Obra original publicada em 1976).

GONÇALVES, D. M. F. *Cartel: um pouco de história*. Rio de Janeiro: Campo Lacaniano, s/n. Disponível em: www.campolacanian.com.br/forum.

GOULART, M. S. B. *As raízes Italianas do movimento antimanicomial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GRESPLAN, J. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRESPLAN, J. Crítica da economia política, por Karl Marx. In: NETTO, J. P. (Org.). *Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GROPPO, L. A. *A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960*. Piracicaba: Impulso, 2005.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

IANNINI, G. *Extimus, Intimus*. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise, 2015. Disponível em: <http://www.ebp.org.br/old/extimidade-extimus-intimus-gilson-iannini/>. Acesso em 10 jan. 2020.

INTRODUÇÃO a David Harvey | Raquel Rolnik. São Paulo: TV Boitempo, 2021. 1 vídeo (1h52min54seg). Publicado pelo canal TV Boitempo Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bTB10tDYgtc>. Acesso em 29 ago. 2022.

ITÁLIA. Lei nº 180 [*Legge Basaglia*], de maio de 1978. Disponível em: <https://laps.ensp.fiocruz.br/linha-do-tempo/37#:~:text=1978,em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20nacional>.

JONES, M. A. *Comunidade Terapêutica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

JINKINGS, I. Apresentação do curso livre Marx e Engels. In: NETTO, J. P. (Org.). *Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LACAN, J. *O Seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. (Obra original publicada em 1955-56).

LACAN, J. *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Obra original publicada em 1964).

LACAN, J. *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (Obra original publicada em 1969-70).

LACAN, J. Formulações sobre a causalidade psíquica. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 152-196. (Obra original publicada em 1946).

LACAN, J. O estádio do espelho. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 96-103. (Obra original publicada em 1949).

LACAN, J. Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324. (Obra original publicada em 1953).

LACAN, J. O Seminário sobre “A carta roubada”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 13-68. (Obra original publicada em 1955).

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 496-536. (Obra original publicada em 1957).

LACAN, J. *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Obra original publicada em 1957-58).

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591-652. (Obra original publicada em 1958).

LACAN, J. Posição do Inconsciente. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 843-864. (Obra original publicada em 1960).

LACAN, J. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 653-691. (Obra original publicada em 1960).

LACAN, J. Do sujeito enfim em questão. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 229-237. (Obra original publicada em 1966).

LACAN, J. A Psiquiatria inglesa e a guerra. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 106-126. (Obra original publicada em 1945).

LACAN, J. Ato de fundação. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 235-243. (Obra original publicada em 1964).

LACAN, J. Televisão. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 508-543. (Obra original publicada em 1973).

LACAN, J. Lituraterra. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 15-28. (Obra original publicada em 1974).

LACAN, J. *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Obra original publicada em 1962-63).

LACAN, J. *O Seminário, livro 23: O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Obra original publicada em 1975-76).

LACAN, J. *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Obra original publicada em 1959-60).

LACAN, J. *O Seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Obra original publicada em 1968-69).

LACAN, J. *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. (Obra original publicada em 1954-55).

LACAN, J. *O Seminário, Livro 14: a lógica do fantasma*. 1966-67. Inédito.

LACAN, J. *O Seminário, Livro 15: o ato psicanalítico*. 1967-68. Inédito.

LACAN, J. *O Seminário: RSI*. 1970. Inédito.

LACAN, J. *O Seminário: O Saber do psicanalista*. 1971. Inédito.

LAURENT, E. Alienação e separação I. In: FELDSTEIN, E.; FINK, B.; JAANUS, M.; ESTRADA, D. D. (Orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a.

LAURENT, E. Alienação e separação II. In: FELDSTEIN, E.; FINK, B.; JAANUS, M.; ESTRADA, D. D. (Orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

LEÃO, A.; BARROS, S. Território e serviço comunitário de saúde mental: as concepções presentes nos discursos dos atores do processo da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde Soc.*, v. 21, n. 3, 2012, p. 572-586. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xY8fmXkn3PP4VHqScgJg7fr/?format=pdf&lang=pt>

LEGUIL. F. Lembra-se do objeto que vimos, minha alma.... In: KALIMEROS - Escola Brasileira de Psicanálise. (Org.). *Os destinos da pulsão: sintoma e sublimação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997.

LEMKE, R. A.; SILVA, R. A. N. Um estudo sobre a itinerância como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. *Revista Physis*, 2011, p. 979-1004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/nhPfJYtdnhcjTsPDrFXDwCs/?format=pdf&lang=pt>

LEWKOVITCH, A. D. P.; BASTOS, A. A atualidade dos conceitos freudianos de eu ideal, Ideal do eu e supereu. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 16, n. 4, 2016, p. 1189-1198. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v16nspe/n16a08.pdf>.

LIMA, E. M. F. A.; LIMA, Y. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde debate*, v. 38, n. 102, 2014, p. 593-606. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QbbzS8wB6xFWrmKHPKCNRMB/?format=pdf&lang=pt>.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. (Obra original publicada em 1974).

MAIA, A. B.; MEDEIROS, C. P.; FONTES, F. O Conceito de sintoma na Psicanálise: uma introdução. *Estilos da Clínica*, v. 17, n. 1, 2012, p. 44-61. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v17n1/v17n1a04.pdf>.

MANTOVANI, A. A Guerra e os grupos: um encontro entre Bion e Lacan. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, v. 7, n. 2, 2006, p. 23-29. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v7n2/v7n2a05.pdf>.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular, 2008. (Obra original publicada em 1859).

MARX, K. *A miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão popular, 2009. (Obra original publicada em 1847).

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Obra original publicada em 1843).

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Obra original publicada em 1869).

MARX, K. *O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Obra original publicada em 1932).

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2019. (Obra original publicada em 1848).

MASCARO, A. L. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, J. P. (Org.). *Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEZAN, R. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo. Brasiliense, 1990.

MICHAEL, S. *A Tirania do mérito o que aconteceu com o bem comum*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.

MILLER, J.-A. “Les réponses du réel”. In: *Aspects du malaise dans la civilisation*. Paris: Navarin, 1987.

MILLER, J. A. A invenção psicótica. *Opção lacaniana – Revista Brasileira Internacional de psicanálise*, São Paulo, n. 36, p. 6-16, 2003.

MILLER, J. A. *Extimidad*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (Brasil). Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 de fev. 2002.

MORAES, A. C. R. *Território na geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume Editora, 2013.

MOURA, F. C.; COSTA, R. C. Objeto a: ética e estrutura. *Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 61-72, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/agora/v14n2/a05v14n2.pdf>. Acesso em 05 de jan. 2020.

NAVEAU, P. Marx e o retorno da verdade no saber. In: GOLDENBERG, R. (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização e Psicanálise*. Salvador: Agálma, 1997.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NOGUEIRA, L. C. A Pesquisa em Psicanálise. *Psicologia USP*, v. 15, n. 1/2, 2004, p. 83-106. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/nMGDnFmKgySBkGkdshtfzPg/?format=pdf&lang=pt>.

PASSOS, I. C. F. *Reforma psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PITTA, A. M. F. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 12, 2011, p. 4579-4589. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JnBHtt8Q8NNHFHbVw5ww5mC/?format=pdf&lang=pt>

POMMIER, G. *Freud apolítico?*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PORTOCARRERO., V. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

PORTOLESE, D. A.; FIGUEIREDO, G. R.; MASCARENHAS, P. *Franco Basaglia - A Psiquiatria alternativa. Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil*. São Paulo: Brasil debates, 1979. p. 7-11.

QUINET, A. *Os Outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

RAYMOND, W. *Palavras-chave - Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

REINHEIMER, P.; LEAL, E.; LIMA, E.; SILVA, M. Território e Práticas em Saúde Mental: um diálogo possível entre saúde, Geografia e Antropologia. *Revista Habitus*, PUC Goiânia, v.

7, 2009, p. 125-163. Disponível em:
<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2011>. Acesso em 12 de abr. 2020.

RATZEL, F. 1882/1990. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. (Org.). *Ratzel - Geografia*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107. (Obra original publicada em 1882).

SANTOS, M. *Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 1978.

SANTOS, M. A Trajetória revista. In: LEITE, M. A. F. P. (Orgs.). *Encontros - Milton Santos*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 1989.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SERAPIONI, M. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v. 26, n. 4, 2019, p. 1169-1187. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xyFt7t59w8czHWXY3TSgLVLC/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVEIRA, P. A Interpelação ideológica: a entrada em cena da Outra cena. *A peste*, v. 2, n. 1, 2010, p. 167-182. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/a peste/article/view/12080/8753>.

SÍLVIO, C. Importância e atualidade da Comuna de Paris de 1871. *Revista espaço acadêmico - PUC Goiás*, n. 118, 2011, p. 16-24. Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12603/6697>. Acesso em 10 de jul. 2020.

SOLLER, C. O sujeito e o Outro I. In: FELDSTEIN, E.; FINK, B.; JAANUS, M.; ESTRADA, D. D. (Orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SOLLER, C. O sujeito e o Outro II. In: FELDSTEIN, E.; FINK, B.; JAANUS, M.; ESTRADA, D. D. (Orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SOLLER, C. *O que faz laço?*. São Paulo. Escuta, 2011.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

STRATHERN, P. *Descartes em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TEIXEIRA, M. O. L. Pinel e o nascimento do alienismo. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2019, p. 540-560. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/44288>. Acesso em 13 de jun. 2020.

TELES, G. Movimentos estudantis e lutas sociais na década de 60: a experiência do cordobazo argentino (1969). *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 42, 2019, p. 189-203.

TENÓRIO, F. A Reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *História, Ciências, Saúde*, v. 9, n. 1, 2002, p. 25-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em 14 jan. 2018.

VENANCIO, A. M. T. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do instituto de psiquiatria da universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde*, v. 10, n. 3, 2003, p. 883-900.

VENTURINI, E. A desinstitucionalização: limites e possibilidades. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum.*, v. 20, n. 1, 2010, p. 138-151. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n1/18.pdf>

OCARIZ, M. *O sintoma e a clínica psicanalítica*. São Paulo: Via Lettera, 2003.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RIVERA, T. Ensaio sobre o espaço e o sujeito: Lygia Clark e a psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2008, 219-233. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982008000200004>.

YOUNG, M. D. *The rise of meritocracy*. 2ª ed. Londres: Routledge. 2017.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da Ideologia*. 5a edição. Contraponto, 1994.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da Ideologia*. 5a edição. Contraponto, 1994.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.